

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof^a Juleusa Maria Theodoro Turra

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal, 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXX - Nº 170 ISSN-0101-4919 JULHO - SETEMBRO 1998

SUMÁRIO

Jesuítas húngaros no Brasil	205
Odilon Nogueira de Matos	
Uma fábrica de carapuças	209
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Os duzentos anos do fundador da Sociologia: Augusto Comte	215
João Ribeiro Júnior	
As origens da circuncisão	221
Dúilio Battistoni Filho	
Cidadãos, mas não cidadãs!	224
Rui Ribeiro de Campos	
Sérgio Buarque de Holanda, mestre em Ciências Sociais	226
João Ricardo de Castro Caldeira	
A propósito de um quinto centenário	231
Armando Alexandre dos Santos	

Reflexões sobre a "Arte da Gramática" do Padre José de Anchieta	239
Erasmus d'A. Magalhães	
Saber e poder nos Institutos e Sociedades Geográficas no Brasil: um olhar sobre o IHGB	248
Sérgio Nunes Pereira	
Repercussões do 15 de Novembro	259
Arthur Virmond e Supplicity de Lacerda	
Martins Fontes, estudante no Rio de Janeiro	265
Rui Calisto	
De uma pasta de velhos recortes	
Memorial pela imigração japonesa	279
Aluísio Azevedo	
Memória Campineira	
A Escola Corrêa de Mello (F. J. Monteiro Salles)	287
Textos (sugestões para seminários)	
Mudanças que se fazem necessárias no governo do Brasil (Hipólito da Costa)	291
O exemplo da Revolução Americana, (Chamfort)	292
Vultos da Historiografia Brasileira	
Carlos A. Rizzini	294
Seleta	
Combate às instituições anacrônicas	299
Carlos Rizzini	
Rabiscos de um escrevinhador	
O santo de hoje	305
Vicente Tapajós	307
O significado de um encíclica	308
Padres na vida política	310

JESUÍTAS HÚNGAROS NO BRASIL

Odilon Nogueira de MATOS

Quando se fala de missionários jesuítas no Brasil, pensa-se logo em portugueses e espanhóis. De fato, dada nossa ascendência ibérica, é natural que a maior parte dos discípulos de Santo Inácio que prestaram serviços ao nosso país tenha provindo de Portugal e da Espanha. E a estes, portanto, cabe talvez noventa por cento da preciosa literatura missionária que nos legaram e que constitui, como é sabido, fonte valiosa para o conhecimento do Brasil nos primeiros séculos de sua crônica.

Todavia, é preciso que se leve em conta, também, jesuítas de outras nacionalidades que vieram para o Brasil, como húngaros, tchecos, poloneses, italianos, e ainda de outras nacionalidades. Ao eminente e saudoso escritor Paulo Rónai (1907-1992), húngaro de nascimento, mas brasileiro de adoção e que em nosso país viveu boa parte de sua vida, com assinalados serviços à nossa cultura, ficamos devendo o conhecimento de alguns missionários jesuítas, seus compatriotas, que atuaram no norte do Brasil e também em outras regiões da América Latina, como Paraguai, Bolívia, Chile, Equador e México. Alguns deles faleceram na América, agredidos por indígenas ou vitimados por endemias tropicais.

Em trabalho de Paulo Rónai divulgado em o nº 113 desta publicação (primeiro trimestre de 1984), são mencionados treze jesuítas húngaros que tomaram a América do Sul como campo de suas atividades. Desses, cinco no Brasil. E desses, dois tiveram, além dos trabalhos missionários, importante tarefa científica como astrônomos e cartógrafos, com participação efetiva no reconhecimento das fronteiras do Brasil com a América Espanhola, em decorrência dos tratados de limites do século XVIII.

Isso não impediu, contudo, que ambos fossem vítimas da campanha anti-jesuítica movida ao tempo de Pombal, cuja "ditadura" em Portugal começou logo após a subida ao trono de D. José I. Uma dessas vítimas pombalinas foi o padre Inácio Szentmártonyi. Apesar de exibir documentos comprobatórios de sua nomeação pelo próprio Estado, para a missão científica de que fora incumbido, foi aprisionado na fortaleza de São Julião, donde só saiu depois de dezoito anos, apesar dos esforços em seu favor por parte do embaixador da Áustria e Hungria junto à corte de Lisboa.

Após a libertação, voltou a Viena, onde foi recebido pela Imperatriz Maria Teresa, a quem contou toda a sua história. Condoendo-se dele, concedeu-lhe a Imperatriz uma pensão, que o jesuíta nobremente recusou. Preferiu regressar à Hungria, onde faleceu pouco depois, em 1793.

De outro ativo missionário húngaro, do qual conhecemos alguns escritos, poucos, aliás - apenas duas cartas - mas que revelam muito de sua personalidade, e que também foram divulgadas entre nós pelo mesmo escritor húngaro que escolheu o Brasil para sua residência e que, num sítio pitoresco do interior fluminense, viveu até ao fim de seus dias, deixando uma contribuição imensa para a cultura brasileira, como já foi lembrado.

Trata-se do padre David Aluísio Fay. Tal como seus companheiros de hábito, também não resistiu ao suplício do cativo que lhe foi imposto pelo antijesuitismo pombalino e faleceu na prisão, em 1767, com apenas 45 anos de idade.

Personalidade de destaque, seu valor nos é revelado, como dissemos, através de duas cartas por ele endereçadas à mãe, e de "grande interesse histórico", no dizer de Paulo Rónai. A primeira contém a curiosa relação de uma travessia de Lisboa ao Brasil, levada a efeito em 1753, com a duração de mais de quarenta dias; e também uma descrição preciosa (e até "engraçada", no dizer do tradutor) do Maranhão, de seus habitantes, de sua flora e de sua fauna. A segunda carta encerra valiosos dados sobre as usanças dos indígenas e a narrativa da conversão duma tribo indígena.

O padre Fay - ainda na informação de Paulo Rónai - deveu a morte à sua própria atividade de missionário e escritor. Não contente

em catequizar e pregar a doutrina cristã, quis, talvez inconseqüentemente (quem o poderá dizer?) prestar um grande serviço à causa da Igreja, divulgando a réplica de um jesuíta espanhol a um folheto anti-jesuítico supostamente de autoria do próprio Marquês de Pombal, no qual o poderoso ministro, entre outras coisas, acusa os jesuítas de estarem tramando a criação de "estados independentes" dentro do Brasil, atentando, assim, contra a soberania do Estado português.

O fim da história já foi dito. O trabalho do padre Fay caiu no domínio da poderosa censura do governo e daí sua prisão em Lisboa, onde encontrou a morte.

Não temos indicações precisas acerca do escrito de Pombal (ou a ele atribuído) contra os jesuítas e que provocou a defesa do sacerdote espanhol e do padre Fay. Talvez seja a **Relação abreviada da República que os jesuítas das Províncias de Portugal e Espanha estabeleceram nos domínios ultramarinos das duas monarquias, e da guerra que neles tem movido e sustentado contra os exércitos espanhóis e portugueses**, publicada em Lisboa, em 1757, e há poucos anos reeditada pela Livraria Martins, de Porto Alegre, com o título **República Jesuítica Ultramarina**, violento libelo pombalino, na mesma linha de tantos outros que, na época, apareciam (autênticos ou falsos) visando a denegrir a obra jesuítica.

Ao divulgar pelos "Anais da Biblioteca Nacional" (volume 64, de 1942, mas efetivamente publicado em 1944) o valioso material sobre o padre David Fay, inclusive suas duas cartas, o escritor Paulo Rónai intitulou seu trabalho "Contribuição para a história das missões jesuíticas no Brasil no século XVIII". E considerando que o documentário relativo a essas missões constituem páginas essenciais da história da civilização brasileira, acrescentou, como que justificando sua publicação: "As reminiscências, as memórias e as cartas dos missionários jesuítas contêm um tesouro de informes valiosos não somente no tocante à catequese dos índios, como também no que diz respeito ao folclore, à geografia, à história natural e à evolução étnica e política do Brasil".

Quando se lê as duas cartas do padre Fay lamenta-se que ele não houvesse escrito mais, pois revela-se ele, na simples forma epistolar um observador arguto, capaz de registrar com precisão dados relativos

a tudo o que seu compatriota indica como característica da literatura missionária. Eis porque essas fontes estão sendo cada vez mais valorizadas. E, ao lado de um Anchieta, um Fernão Cardim, um Vieira, figuras de primeira grandeza na história missionária do Brasil, há que se considerar, também, os menos conhecidos, ou por terem vivido menos tempo no Brasil ou porque suas áreas de ação tenham sido menores.

Eis porque não tivemos dúvida em colocar um excerto do padre Fay na seção "Textos: sugestões para seminários", de um dos números desta publicação (nº 109, do primeiro trimestre de 1983). Dessa transcrição, julgamos oportuno destacar alguns tópicos. A certa altura de seu relato, informa o missionário que está para ser transferido para outra missão, na aldeia denominada "Maraen" (uma corruptela do próprio nome Maranhão). Essa aldeia era conhecida por "paraíso terrestre", o que leva o padre a explicar o nome:

"A dita aldeia chama-se paraíso terrestre porque, tendo um chão bom e fértil em tudo, possui campos e florestas excelentes. Existe ali, particularmente, um lago bem grande; como agora, no verão, os riachos e torrentes da região secaram, todos os animais se encontram ali de manhã e de noite para matar a sede. Estando de canoa, é um prazer observar aquela variada multidão de bichos. Aqui a variação das estações consiste em verão e inverno; na verdade, o tempo é igual o ano todo, como na Hungria costuma ser nos meses de junho; no inverno, porém, chove quase todos os dias; no verão, de noite e de dia não pára o vento, enquanto não há chuva.

Descrevendo a cidade do Maranhão, tece considerações quanto a condição dos livres e dos escravos, e destes, tanto dos africanos como dos índios. Para estes havia proteção especial: "Quase anualmente, S. M. manda ordens para que os governadores protejam a todo transe a liberdade dos índios. Nas aldeias só habitam índios, porém os desta ilha são já todos cristãos. Aqui já não há pagãos, mas no interior do país existe ainda uma multidão enorme deles".

Embora escassos, esses dois pequenos trechos nos mostram o interesse das impressões do missionário húngaro, numa linha muito comum a de tantos outros que deixaram depoimentos sobre o início da cristianização do Brasil. E, no caso, proveniente de sacerdote não ibérico, mas que facilmente se identificou com a terra e a gente do Brasil.

UMA FÁBRICA DE CARAPUÇAS

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Foi com essa expressão que o Padre Lopes Gama referiu-se ao seu próprio jornal - "O Carapuço" -, pois sua missão precípua era distribuir "carapuços de todos os tamanhos e para toda a casta de cabeças". Daí o seu nome: "Façam de conta que assim como há loja de chapéus, o meu periódico é uma fábrica de carapuços". Mesmo que não se lhe aplicasse essa expressão, o leitor perceberia tratar-se de um jornal de natureza panfletária, como muitos existiram na época, mas nenhum ao que parece, com o sentido e o significado do que se publicou no Recife de 1832 a 1842, portanto durante mais de dez anos, com um total de 427 números.

De tal maneira se identificou o autor com sua obra que o apelido se lhe colou à maravilha e por "Padre Carapuço" tornou-se conhecido. Inclusive, assim se chama a via pública que evoca sua memória, na capital pernambucana. O mesmo, aliás, ocorrera na Corte alguns anos antes, com um seu colega que recebeu o epíteto de "Padre Perereca", que ele próprio assinava em vez do solene Luís Gonçalves dos Santos.

Alguns dados sobre o famoso jornalista e panfletário: Figura proeminente da vida cultural de seu tempo, Miguel do Sacramento Lopes Gama nasceu no Recife a 29 de setembro de 1791 e na mesma cidade faleceu em 9 de dezembro de 1852. Dedicando-se à vida eclesiástica, ingressou em 1805 no mosteiro de São Bento de Olinda seguindo pouco depois para a Bahia, onde concluiu os estudos e recebeu as ordens sacras. Só então retornou a sua terra.

Deixou fama de grande orador sacro. Pereira da Costa assim o descreve: "Figura elegante, alto, bela fisionomia, olhar radiante, palavra

fácil e eloqüente, gesticulação e transportes naturais, tais eram os dotes que distinguiam-no; e a tudo isso unindo a sua inteligência vigorosa e a ilustração que ostentava em seus discursos, tornou-se um orador sagrado de primeira ordem, conquistou louvores e renome e o título honorífico de pregador da Capela Imperial¹⁾

Sua atividade foi incessante: professor do Seminário de Olinda e depois do Colégio das Artes, redator do "Diário do Governo", diretor da Tipografia Nacional, visitador das aulas primárias e secundárias da capital da província e diretor do Liceu do Recife.

Seus primeiros contatos com os jornais despertaram-lhe o interesse pela vida de imprensa, na qual, mais que na própria Igreja, encontrou campo propício para sua vocação de escritor, de lutador e, sobretudo, de defensor das liberdades públicas. De 1829 a 1831, empenhou-se na defesa da monarquia constitucional representativa contra as idéias absolutistas de alguns, mas também contra o excessivo liberalismo de outros. Esta é a sua fase de "O Constitucional", título por si bastante significativo.

A abdicação de D. Pedro I em 1831 fez cessar pelo menos temporariamente as lutas dos grupos partidários que agitavam o Império. Entre outras medidas, dissolveu-se uma sociedade absolutista que havia no Recife, denominada "Coluna". Isto propiciou ao nosso autor escrever um interessante poema em quatro cantos, em estilo herói-cômico, intitulada **A Coluneida**, no qual, de maneira satírica, historiou a vida da "Coluna" e dos seus filiados. Um deles, Marinho Falcão (também padre), respondeu-lhe em poema também satírico a que denominou **Migueleida**, embora não chegando a publicar seu trabalho.

Suas atividades prosseguem. Tornado o último arrimo de sua família, impetrou da Santa Sé o breve de secularização e deixou o hábito religioso. Assim, desaparece **Frei Miguel** (como era conhecido) e surge **Lopes Gama** (como passa doravante a ser denominado). Continuou no magistério e no jornalismo; tornou-se vice-diretor da Faculdade de Direito do Recife; consagrou-se denodadamente à causa da instrução pública; começou a escrever com mais freqüência. Atraído pela política, elegeu-se deputado provincial passando pouco depois para a Câmara Imperial, na qual representou a província de Alagoas.

(1) Costa, F. A. Pereira da - **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**, p. 723. Recife, Tip. Universal, 1882.

A Corte ofereceu-lhe perspectivas mais amplas. Publicou em "Marmota Fluminense", em 1852, uma série de artigos sob o título **O filósofo provinciano da Corte a seu compadre na província**, que alcançou grande repercussão. Informa Pereira da Costa quanto a estes artigos: "Os primeiros tratam da cidade do Rio de Janeiro, seus usos e costumes, civilização, etc.; e os últimos, da literatura, especialmente sobre a questão do classicismo e romantismo, e sobre o teatro, ostentando nesse trabalho uma riqueza de erudição e conhecimentos imensos"².

Aliás, não houve quem tratasse de Lopes Gama que não se referisse às suas qualidades literárias. O próprio jornal "O Carapuceiro" continha, além da matéria política, peças literárias as mais variadas: contos, poemas, crônicas, como foi pertinentemente observado por Alfredo de Carvalho:

"Era de ordinário ("O Carapuceiro") escrito em prosa singela e amena, contendo ligeiros contos, anedotas engraçadas e a crítica aos abusos e desvios dos costumes do tempo; às vezes - raras - ao redator aprazia deliciar os seus leitores com pequenas produções rimadas do mesmo sabor dos seus escritos em prosa (...) e assim, em prosa e verso, exerceu "O Carapuceiro" a sua ação proveitosa e salutar, fustigando os erros, censurando os desmandos, destruindo abusões e escarnecendo das parvoíces dos contemporâneos, de mistura com ditos agudos, fábulas engenhosas e historietas galantes. Primeira amostra do jornalismo humorístico e satírico em Pernambuco, teve extraordinária voga e o seu título passou como alcunha ao espirituoso redator"³.

"Era o jornal impresso na Tipografia Fidedigna, de José Nepomuceno de Melo, à rua das Flores. Formato de 21 x 15, com quatro páginas de duas colunas, exibindo sobre o título o desenho do interior de uma loja de chapeleiro, de cujo balcão se aproximavam fregueses de aspecto importante; das paredes, pendiam barretinas, chapéus, coroas imperiais, mitras e carapuças, suspeitando-se na figura do lojista o próprio redator. À guisa de moto uma divisa de Marcial, em latim, mas com a respectiva tradução:

(2) Costa, F. A. Pereira da - Op. cit., p. 725.

(3) **Panorama do conto brasileiro**, vol. 1: Os precursores. Intr., pesquisa e seleção de Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1960. o. 22/23.

**"Guardarei nesta folha as regras boas
Que é dos vícios falar, não das pessoas"**

A apresentação do jornal não poderia ser mais objetiva: "Enquanto os outros periódicos de alto coturno todos se empregam na política, uns explicando direitos e deveres sociais, outros levantando questões sutilíssimas; entres dando alvitres, ora acertados, ora com o pequeno defeito de serem impraticáveis (...) eu, que sou um piegas no círculo dos gladiadores periodiqueiros, não me meterei nesses debuxos, nem é minha intenção pôr-me a escarrapelas e tracamundanas com o meu próximo, uns porque os respeito por bons, outros porque os temo por ferrabrazes"⁴.

Não tinha no início "O Carapuceiro" periodicidade certa. A alguém que lhe perguntou certa vez sobre isto, só teve uma resposta: "Sairá o pobrezinho quando Deus o ajudar e conforme a generosidade que com ele quiserem ter os padrinhos, que são os senhores leitores". A partir de certa época passou a circular duas vezes por semana e nesta periodicidade chegou até o fim.

Uma coleção desse jornal já era considerada rara poucos anos após o falecimento de seu redator. Foi certamente pensando tanto no interesse do periódico, como na sua raridade, que a Fundação de Cultura da Cidade do Recife promoveu, em 1983, uma edição fac-similar de "O Carapuceiro", com prefácio de Leonardo Dantas Silva e estudo introdutório de Luiz do Nascimento. Consta a publicação de três alentados volumes, integrando, sob nº 27, a preciosa Coleção Recife. Como explicou o prefaciador, a coleção reúne os 427 números do jornal, totalizando 1706 páginas. 31 números estão mutilados e o leitor é advertido ainda de que, "face à situação precária em que se encontram as edições consultadas, algumas páginas se mostram parcialmente ilegíveis"⁵.

Julgamos oportuno lembrar o excelente estudo do Professor Amaro Quintas - **O Padre Lopes Gama político** - como sendo realmente o primeiro estudo sistemático elaborado sobre o famoso padre. Amaro Quintas vê em Lopes Gama, com boa dose de razão, o

⁽⁴⁾ "O Carapuceiro", nº 1, Recife 7 de abril de 1832.

⁽⁵⁾ Gama, Lopes - O Carapuceiro, edição fac-similar, p. 3. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1983.

verdadeiro pioneiro no estudo (ou pelo menos no levantamento) de alguns problemas sociais que ainda hoje são presentes na conjuntura brasileira: questão de terras, de propriedade, de privilégios, de injustiças sociais, de moralidade pública e privada, de nacionalismo econômico e até de luta de classes.

Em verdade, cumpre-nos enfatizar que a situação de desajustamento social, a generalizada corrupção campeante na sociedade recifense da época, a miséria do povo, a ausência de sentido ideológico nos partidos políticos brasileiros... nada passou despercebido ao Padre Carapuço em sua extraordinária versatilidade, notabilizando-se como um crítico de costumes, como um verdadeiro analista social de seu tempo, utilizando-se sempre da sátira, do chiste, da chacota para enfrentar seus opositores, onde, através dos epigramas, acentuava as fraquezas de seus adversários.

Salientamos, à guisa de exemplificação desta preciosa fonte, uma de suas páginas das mais elucidativas para análise - o que falta ao Brasil - onde a preocupação central foi a de demonstrar que após a emancipação política brasileira nada teria melhorado em seus costumes, uma vez que a justiça estava cada vez mais venal. Dizia "O Carapuço": "Os princípios da Política têm-se disseminado por todas as partes. Já não há sapateiro, já não há barbeiro, etc., que não fale na soberania do povo, e que não distinga os direitos civis dos direitos políticos. A palavra liberdade anda por todas as bocas, e todos gritam que já se acabou o cativo, em que gemia oprimido o Brasil; nunca se viu tanto palavreado de liberalismo, e nunca se viu também tanto crime e tanta impunidade. Qual será a causa de tão desgraçado fenômeno? Verei se a descubro segundo as minhas fracas idéias."⁶

Salienta a continuidade da falta de educação do povo, os malefícios decorrentes do regime da escravidão e o nada que se fazia para a prosperidade real do Brasil, uma vez que "cuida-se muito em vulgarizar as idéias políticas, as jurídicas e sociais, o que em verdade é conveniente, mas não foi dado um passo para tornar os povos industriais e morais".⁷

(6) "O Carapuço", nº 7, 11 de maio de 1937; p. 1/2.

(7) "O Carapuço", idem, p. 3.

Muito pelo contrário, escrevia ferinamente: "todos têm os olhos cravados nos cofres públicos: finalmente a população do Brasil compõe-se em grande parte de papagueadores e ergotistas políticos, de chicanistas e empregados públicos. De indústria bem poucos são os que se ocupam; porque muitos que não podem pegar algum empregozinho, seja de que natureza for, entregam-se à ociosidade e calaceria, quando não dão para viver das suas agências, que não há nada mais temível".⁸

Crítica, de igual modo, a tendência geral das famílias encaminharem seus filhos para o curso jurídico ou então para o sacerdócio, com ou sem vocação por parte deles, mas jamais para os ofícios, manuais ou para as artes mecânicas. Daí os desajustes havidos em sociedade, o aumento do número de crimes, e a "nossa liberdade (que não tiramos da boca) ser quase toda teórica".⁹

Acrescia ainda que, embora houvesse considerável número de periódicos, estes pouco estavam fazendo no sentido de alterar essa situação calamitosa, mantendo, desta forma, o "programa de carapuças", dando-as, indistintamente, a quem as servisse e fazendo votos para que os interessados as usassem e se corrigissem..., principalmente no sentido dos brasileiros fugirem das sedições.

Creemos, pois, que todo "O Carapuceiro" é um rico material a ser investigado pelos estudiosos da ciência histórica numa tentativa de interrelacionar idéias e fatos, influências ideológico-sócio-políticas à história dos costumes do Brasil, até porque a postura de Lopes Gama não é comum ao pensamento da época e, embora hoje possa nos parecer sua produção em muitos aspectos "naive", deixa entrever uma gama de problemas extremamente pertinentes para a reflexão não apenas dos costumes, mas também do caminho ideológico brasileiro e de suas transformações infra-estruturais.

(8) "O Carapuceiro", nº 7, Recife, 11 de maio de 1837, p. 3.

(9) "O Carapuceiro", nº 7, Recife, 11 de maio de 1837, p. 4.

OS DUZENTOS ANOS DO FUNDADOR DA SOCIOLOGIA: AUGUSTO COMTE (1798-1998)

João RIBEIRO JÚNIOR

Nascido em Montpellier, no dia 19 de janeiro de 1798, Augusto Comte ainda provoca reações das mais diversas. Jamais lido integralmente, sempre citado em segunda mão, Comte permanece um ilustre desconhecido, apesar das suas idéias que, se não perduraram como concepção filosófica, especialmente no que diz respeito à crítica do conhecimento, chama a atenção, merecendo ser estudado e conhecido, não só pelo valor que encerra na demonstração das contradições, para as quais não pudemos ainda encontrar solução racional, mas que ele acreditou haver encontrado -, como pelas polêmicas que origina devido a insistência deste filósofo na necessidade prévia de uma "reorganização das idéias", uma vez que, para ele, a crise social, econômica, política, cultural e religiosa, é essencialmente uma crise intelectual.

A obra desse filósofo na fundação da ciência social foi (e é), sem dúvida mais extensa do que a que lhe atribuiu Stuart Mill em seu livro **Augusto Comte e o Positivismo**. Comte não demonstrou somente que a Sociologia podia ser fundada, mas, efetivamente, ele a fundou.

O século XIX decretou-lhe, afinal, pela opinião comum dos seus grandes pensadores, esta glória. Porém, não quer isso dizer, que a mais difícil e complexa de todas as ciências tivesse nascido perfeita e acabada do cérebro de Comte, como Minerva da cabeça de Júpiter.

A ciência natural das sociedades, como era então chamada a Sociologia, devia necessariamente, em virtude mesmo das leis que dirigem a evolução de todas as ciências, acompanhar passo a passo o desenvolvimento operado em todas elas durante o curso do século dezenove, principalmente das que mantêm com essa ciência as mais

diretas relações; por conseguinte, não podiam deixar de influir em toda a sua complexa estrutura. E é isso o que demonstra a sua história durante o século passado. O aparecimento, posterior a Augusto Comte, de um Stuart Mill, de um Spencer, de um Ardigó, de um Scheffe, de um Lilienfeld, de um Gumplowicz, de um Fouillée, de um Tarde, de um Degreap, de um Durkheim, de um Novicow, de um Worms, de um Giddines, de um Baldwin., e de outros mais, hoje completamente esqueci-dos -, não foi e nem podia ser um simples acidente na vida intelectual das sociedades do século XIX. Estes recolheram a herança científica de Comte para aumentá-la cada vez mais, enriquecendo a Sociologia.

Mas, que era necessário para que Comte fundasse a Sociologia? Era necessário, em primeiro lugar, que o caráter e a natureza geral da ciência fossem determinados com precisão; era necessário, que o método de suas investigações fosse estabelecido e demonstrado; era necessário, enfim, que a sua doutrina geral fosse sistematizada, ao menos em seus lineamentos fundamentais, baseando-a em alguns princípios, e indicando algumas das leis a que a marcha das sociedades se subordinasse. Foi nisso, exatamente, que consistiu a obra científica de Comte

O conjunto de concepções sobre a nova ciência social elaborada por Comte foi exposto no 4º volume do seu **Curso de Filosofia Positiva**, publicado em 1830. Nessa parte de sua obra começa o filósofo francês por demonstrar a oportunidade da fundação da "ciência física" da sociedade, a qual vindo completar a hierarquia das ciências abstratas e fundamentais, que estudam os seis grupos de fenômenos: os fenômenos matemáticos, os fenômenos astronômicos, os fenômenos físicos, os fenômenos químicos, os fenômenos biológicos, os fenômenos sociais, - vinham também exercer uma alta função social, qual seja, a de pôr termo à "anarquia moral e política" que então reinava, e que tinha por causa a "anarquia intelectual em que se debatiam os partidos e os pensadores, por falta de concepções homogêneas e uniformes positivamente estabelecidas, sobre a direção natural da marcha das sociedades".

Comte estuda depois o problema do método e determina como o único apropriado às investigações da Sociologia, o método histórico, confirmado pelos princípios da organização da natureza humana. Estuda ainda as relações da Sociologia com a que lhe é

imediatamente inferior na ordem classificatória das ciências, a Biologia, e aborda, afinal, a divisão da Sociologia, a *estática e a dinâmica*, que Comte foi buscar na Mecânica. Estuda a estática: as condições fundamentais da sociedade, sua estrutura, sua organização, sua ordem; estuda a dinâmica: as funções, a vida, o movimento, o desenvolvimento ou o progresso.

Como fato geral que regula os fenômenos estáticos, descobre Comte a lei do *Consenso*, da correspondência, harmonia e interdependência entre os fenômenos; como fato geral da dinâmica, descobre ele a *Lei dos Três Estados*, segundo a qual os principais conhecimentos teóricos passam por três fases diferente, a primeira, aquela em que os fenômenos do universo são explicados pela ação de agentes sobrenaturais, e que constitui o Estado teológico ou fictício; a segunda, aquela em que os fenômenos são explicados por entidades abstratas que se personificam, e que constitui o Estado metafísico ou abstrato; a terceira, finalmente, aquela em que o espírito humano, emancipando-se das suas especulações teológicas e metafísicas, explica os fenômenos pela ação de agentes puramente naturais e constitui o Estado positivo ou científico.

A nova ciência, cuja fundação fôra o fim principal do seu **Curso de Filosofia Positiva** era denominada pelo espírito e pelo método geral dessa Filosofia. A nova filosofia, a filosofia positiva, diferentemente da teologia e da metafísica não se propunha jamais a descobrir a essência, a natureza íntima dos seres e das coisas, nem as suas causas primárias e finais, mas sim a observar as suas manifestações, a estudar os fenômenos e suas circunstâncias para descobrir as suas leis, para o que já podia empregar o método geral de Bacon, o método *a posteriori*: a observação e a indução.

A Sociologia devia também, como a Filosofia que a inspirava, propor-se somente ao estudo dos fenômenos sociais, e da maneira como eles se produziam ou de suas leis, seguindo no seu estado a mesma direção metodológica. Esta ciência, em virtude de sua máxima complexidade e especialidade, vinha, outrossim, completar a hierarquia científica, que Comte construira, a sua *classificação das ciências abstratas*, assim formulada: matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia. Esta classificação, assoalhada na natureza dos

fenômenos, tinha por base o princípio da generalidade e da simplicidade decrescentes e da complexidade e especialidade crescentes. Estas últimas idéias foram expostas por Comte no primeiro volume de seu **Curso**.

À esta ciência da sociedade, que a princípio denominara "Física social", Comte deu o nome que a consagrou até hoje: Sociologia, contudo, um escritor francês Courcelle Seneuille procurou substituir essa denominação, em seu livro **Estudos de Ciência Social**, publicado no Chile, em 1861, pelo de **Poliologia**. Já Stuart Mill, no seu **Sistema de Lógica** aceitou a denominação inventada por Comte como um barbarismo cômodo, mas Herbert Spencer a consagrou definitivamente no prefácio de sua obra **Princípios de Sociologia**.

A obra científica e filosófica de Augusto Comte ficou, porém, ignorada na França durante algum tempo (como hoje continua aqui no Brasil, a não ser pela transcrição de alguns excertos ou a tradução de suas obras menores, mais conhecidas. **O Cours de Philosophie Positive** (6 volumes), o **Système de Politique Positive ou Traité de Sociologie instituant la Religion de l'Humanité** (4 volumes), o inacabado **Synthèse Subjective ou Système Universelle des Conceptions propres de l'État Normal de l'Humanité** (1 volume), e, principalmente, sua imensa e variada correspondência, ainda permanecem sem tradução integral, e dificilmente são encontradas nas bibliotecas.

A filosofia metafísica, transformada em um sistema eclético nas mãos de Cousin, e a filosofia política dela originada, que produzira a escola dos doutrinários, à qual pertenciam, além daquele filósofo, Royer Collard e Guizot, estavam ainda em todo o seu auge: a eloquência realmente notável daquele; como os estudos históricos e políticos desses pensadores puderam eclipsar, por algum tempo, a nova ciência social e a nova filosofia.

Foi a Inglaterra o primeiro país onde elas se tornaram conhecidas, graças ao seu resumo feito por Harriette Martineau (**La Philosophie Positive de Auguste Comte**) e, mais tarde, à influência de Stuart Mill, que delas se tinha profundamente impressionado. Esse filósofo, amigo de Comte, em seu **Sistema de Lógica**, publicado em 1843, depois de relacionar a Sociologia com a Etnologia e com a Psicologia, estuda o seu método, desenvolvendo e explicando a doutrina

de Comte, e analisa as suas duas grandes leis: a do *consensu* e a dos *Três Estados*, da estática e da dinâmica social, as quais presta ele a mais completa adesão.

Porém, depois de conhecidas as idéias de Comte, foram elas, por muito tempo, o objeto de calorosos e violentos ataques e instrutivas controvérsias.

Herbert Spencer, em seu livro **Da Classificação das Ciências**, publicado pela primeira vez em 1854, sob o título **Gênese das Ciências**, atacou fortemente a classificação de Comte, mostrando que as ciências não podem ser dispostas em ordem hierárquica e propôs, em substituição, outra classificação, distinguindo-as em três grandes grupos, o das ciências abstratas, o das abstratas-concretas, e o das ciências concretas. Spencer encerrava a controvérsia, declarando explicitamente que essas duas classificações se repelem e não podem ser ambas verdadeiras; que, ou é exata a sua e falha a de Comte; ou a deste verdadeira e a sua inexata.

Neste ponto, porém, a maioria dos cientistas sociais da época deu razão a Comte; a sua classificação foi a preferida e a de Spencer foi aceita por poucos.

O biólogo Thomas Henry Huxley, contudo, fez uma crítica completa da Sociologia e da Filosofia Positiva concebidas por Comte. Em seu livro **As Ciências Naturais**, onde toma por tema a tese de que o estudo das ciências naturais deve ser a base da educação moderna, da educação liberal, propôs-se a indagar que benefícios haviam feito a Filosofia e a Sociologia de Comte em prol do progresso dessas ciências, concluindo que nenhuma influência favorável tinham elas exercido sobre tais conhecimentos; e então refuta a Lei dos Três Estados e o conjunto das idéias de Comte.

Mas, a crítica mais notável sobre a obra científica e filosófica de Comte foi elaborada por seu amigo Stuart Mill, em seu livro **Augusto Comte e o Positivismo**, publicado em 1865. Nele Mill faz profunda análise crítica do **Curso** e do **Sistema**.

De todas as idéias de Comte foi a Lei dos Três Estados que sofreu a maior oposição. Não mencionando seus discípulos imediatos, os pensadores que a aceitaram o fizeram com reserva. É assim que Eugene Roberty, em seu **A Antiga e a Nova Filosofia**, publicado em

1887, argumenta que a Lei dos Três Estados deve ser considerada como uma lei puramente empírica e não geral e racional ou propriamente científica, porque ela não é aplicável ao conjunto dos fenômenos sociais, mas a uma só classe deles, os fenômenos científicos.

Todavia, através das controvérsias e disputas levantadas contra a doutrina sociológica e filosófica de Augusto Comte, o seu espírito geral e o seu método foram pouco a pouco conquistando terreno até que, nos últimos anos do século, eles soberanamente dirigiam a alta cultura do saber social.

O principal objetivo de Augusto Comte foi realizar uma reforma espiritual tão profunda que pudesse conduzir a uma verdadeira reorganização social e política.

No Positivismo podemos encontrar duas acepções: a doutrina pessoal de Comte e o pensamento geral de que o comtismo é apenas uma forma ou expressão que a ultrapassa. Neste sentido, o Positivismo indica, ao mesmo tempo, uma disposição interior do espírito, um método de pesquisa científica e uma certa concepção da síntese filosófica.

Como disposição de espírito, o Positivismo traduz uma aversão pronunciada por toda especulação que ultrapassa a experiência; um gosto exclusivo pelo real e pelo útil que se vai juntar à convicção de que somente os objetos da observação, particularmente os da observação sensível, merecem esta qualificação (visão da natureza e do homem, excluída a metafísica). Como método, entende que só é válido e fecundo o conhecimento dos fatos. Não há método *a priori* (método baconiano unido ao racionalismo cartesiano). Como síntese filosófica, não é uma síntese das ciências do século XIX, mas procura uma síntese filosófica para servir de base a uma moral e a uma política, que estivessem de acordo com o grau de desenvolvimento das ciências.

Em suma, para se estudar Augusto Comte, deve-se levar em conta o seu Sistema, que se apresenta como um todo indivisível, compondo-se de uma nova filosofia, de uma nova política, de uma nova religião e de uma nova moral, que pretendem sistematizar as necessidades espontâneas das sociedades modernas, apoiando-se na observação do conjunto do passado humano.

AS ORIGENS DA CIRCUNCISÃO

Duílio BATTISTONI FILHO

Hoje em dia, fora do ambiente judaico, alguns segmentos da população brasileira nunca ouviram dizer o que seja a circuncisão. Segundo o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, refere-se ao "ato ou operação que consiste em cortar e retirar um excesso de prepúcio".

Tal prática, segundo os historiadores, provém do antigo Egito. Relevos do terceiro milênio a.C. mostram que a circuncisão era feita por pais e sacerdotes, com o auxílio de uma faca de pedra em meninos entre 6 e 12 anos. Para Heródoto a circuncisão e a depilação eram práticas higiênicas no Egito. Ainda o mesmo historiador nos informa que a circuncisão era praticada largamente entre fenícios e sírios, assim como entre judeus e árabes.

Há três motivos que explicam este costume antiquíssimo. O primeiro encerra um simbolismo religioso. Seria a última fase de evolução dos sacrifícios humanos ou da imolação das crianças. O rito era ao mesmo tempo de dedicação e de propiciação. Relembra a oferta dos filhos a Deus. Era sinal de resgate de suas vidas. Ritual doloroso, expiação dos desejos libidinosos da infância; ritual sangrento, com a participação da imortalidade divina através do sangue, fonte da vida. Alguns etnógrafos interpretam-no como cerimônia denunciadora de remotos cultos fálicos.

O segundo motivo traz um sentido social. Seria ato de iniciação com o qual o menino se considerava apto para a procriação, ingressava na realidade tribal, dando prova de determinação e de resistência à dor. Sabemos que os ritos de passagem, isto é, ritos praticados por ocasião do nascimento, da puberdade, do casamento e da

morte, estão ligados às instituições primitivas. O rito de iniciação, que torna o candidato capaz para a vida matrimonial e social em seu clã, exige uma prova de valentia e coragem. Matar um homem, cortar alguns dedos, arrancar os dentes incisivos, estão entre alguns procedimentos. A circuncisão, que, se acha em uso entre os povos primitivos, hoje em dia, é realizada como rito de iniciação na idade da puberdade, como em algumas tribos africanas em que a operação se faz diante da futura esposa. Se o rapaz demonstrar reações de dor, a mulher cospe-lhe no rosto e se afasta com desprezo.

O terceiro motivo, sem dúvida o mais razoável, fundamenta-se numa questão de higiene. Sob esse aspecto a operação se pratica rotineiramente em todos os hospitais do mundo. Realmente as afecções que atingem as extremidades dos membros são freqüentes causas de doença ou de mal-estar em razão da acumulação de secreção espessa em suas dobras internas. Às vezes uma aderência excessiva pode dificultar a cópula e a micção. Além disso, pode com freqüência causar irritação, inflamação e até câncer do pênis, sem falar das doenças venéreas, cujo contágio é enormemente facilitado pela membrana que retém os germes.

Em alguns povos, especialmente africanos e asiáticos, existe a circuncisão feminina, que consiste na ablação total ou parcial dos órgãos genitais externos. Tal procedimento, muitas vezes, é feito por pessoas leigas, inescrupulosas, em casa, sem as mínimas condições higiênicas, causando verdadeiros sofrimentos à pessoa. Normalmente a imprensa notícia casos horrorosos que acontecem, principalmente nos países africanos. Segundo alguns especialistas, a circuncisão feminina é anterior à masculina.

Em Israel, a circuncisão recebeu um caráter religioso pelo fato de capacitar a pessoa para a vida dentro da comunidade do povo eleito, tornando-se um sinal da aliança que Deus estabeleceu com Abraão e seus descendentes. A legislação israelense só indica a circuncisão por ocasião das leis pascaís, quando menciona a purificação da parturiente e dos primeiros frutos das árvores. Para poder participar da festa da Páscoa, a festa da comunidade israelense, antigamente também os escravos e os habitantes não israelenses deveriam ser circuncidados.

Durante a época do exílio o circuncidado era distinguido por pertencer ao povo da Aliança. Mais tarde tal costume ficaria esquecido por algum tempo, tanto é verdade que Moisés não era circuncidado. Somente depois da ocupação da Terra Prometida, mais precisamente, em Canaã, tal prática voltaria em toda a sua plenitude.

Flávio Josefo, historiador de origem judaica, nos informa que no seu tempo, isto é, no século I D.C. só os judeus eram circuncidados. Outros povos que porventura seguissem a fé judaica, obrigatoriamente deveria seguir tal processo. No tempo de Jesus, a circuncisão era executada pelos judeus mesmo em dia de sábado.

Uma coisa temos certeza: os incircunciosos eram tão mal vistos que eram considerados ateus, incrédulos, fora-da-lei, chegando muitas vezes a serem condenados a penas severas.

CIDADÃOS: MAS NÃO CIDADÃS!

Rui Ribeiro de CAMPOS

Uma das discussões mais importantes atualmente no (e para o) Brasil é a questão da cidadania. A própria necessidade de combater o neoliberalismo, a tecnocracia, enseja um retornar da reflexão e do debate sobre o humanismo, sobre o conceito de cultura.

E os fundamentos de um humanismo hoje reclamado se encontram no pensamento grego.

A Grécia tinha no relevo um sério obstáculo à unidade; a porção continental é recortada por inúmeras cadeias de montanhas, o que dificultava a comunicação. As planícies e vales férteis mal chegam a vinte por cento. O relevo recortado da península e as numerosas ilhas (mais de quatrocentas) aproximaram a Grécia do mar.

Como os vales não possibilitavam uma grande ampliação da produção de alimentos, fato que dificultava abrigar grandes contingentes populacionais, a civilização grega acabou se desenvolvendo a partir de cidades que não controlavam diretamente grandes extensões: as cidades-estado: Quando o crescimento demográfico atingia o limite da capacidade de produção, havia emigração e fundação de novas cidades, semelhantes às de origem. Esse processo levou a cultura grega a boa parte do Mediterrâneo. Nessa apropriação de espaços, exportaram um modo de civilização urbana, uma cultura que marcou a história do chamado mundo ocidental.

Porém, quando nasce a Razão grega? O que ela deve ao mito e como dele se libertou? Qual a relação entre o advento da Polis e o nascimento da filosofia? A sociedade influenciou a ciência de Mileto ou foi vice-versa? O que distingue a Razão grega da de hoje?

A resposta a estas e a outras questões pode ser encontrada no livro **As origens do pensamento grego**, de Jean-Pierre Vernant (edit. Bertrand Brasil, 95, p., tradução de Isis Borges B. da Fonseca). O francês J. P. Vernant, da Ecole Pratique de Hautes Études (Paris) e que já ministrou um curso na Universidade de São Paulo em 1971, é um especialista no assunto.

O livro, dividido em oito capítulos, começa com o quadro histórico, partindo da invasão dos minios, entre 2.000 e 1.900 a.C. na Grécia Continental. Passa pelos hititas, pela realeza micênica e pela chegada dos dórios. Analisa o surgimento da polis e seu universo espiritual, a crise da cidade e a tradição mais ou menos mítica dos Sete Sábios e como a efervescência religiosa preparou o esforço de reflexão moral, orientado por especulações políticas, para desembocar na nova imagem do mundo, com destaque para a obra de Anaximandro.

Pouco analisa o fato de a divisão da sociedade não ser somente entre classes sociais mas também entre os sexos; as mulheres (de todas as classes) não eram consideradas cidadãs da polis. Em Atenas, o lugar da esposa era a reclusão no lar e normalmente não aparecia em público com o marido; os homens precisavam de alguém para tomar conta da casa e de esposas legais para garantir alguns filhos legítimos e/ou adquirir, por meio de dote, alguma propriedade. Até nas peças de teatro eram atores masculinos, com máscaras, que representavam personagens femininas. Em Esparta, a situação era menos pior, possuíam mais liberdade, porém decorrente principalmente da ausência do marido. As mulheres chegavam a participar de jogos, a praticar exercícios ginásticos mas pela necessidade de se prepararem fisicamente para gerar filhos sadios; ou seja, aptos para a guerra.

Contudo, a leitura facilita o entendimento do chamado "período áureo grego". O que dificulta são alguns cuidados que a edição brasileira podia ter tomado, como a inclusão de mapas, principalmente nos capítulos iniciais. Alguns termos gregos (assim como algumas expressões) poderiam ser melhor traduzidos; outros, não constantes dos dicionários mais usados no país, deveriam ter explicações em notas de rodapé. Ao autor, que mostra uma notável erudição sobre o tema, faltou o cuidado de colocar as datas de nascimento e morte (mesmo que presumíveis) da maioria das personagens citadas e uma análise da razão da exclusão das mulheres da "agora", da cidadania. No entanto, realizou um estudo importante sobre os fundamentos da polis, sobre as bases de nossa cultura.

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

João Ricardo de Castro CALDEIRA**

Há 40 anos, o eminente historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) tornava-se Mestre em Ciências Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Para relembrar essa passagem de sua vida, escrevi o presente texto.

Ao longo de sua vida, Sérgio Buarque consolidou-se como um dos maiores intelectuais brasileiros, autor de obras de imenso valor para o entendimento da história e da cultura de nosso país¹. Tendo participado do Movimento Modernista de 1922, atuou também em importantes instituições culturais e científicas nacionais e estrangeiras, como diretor, professor e pesquisador². Dentre essas instituições, destaca-se a Escola de Sociologia e Política de São Paulo - antiga Escola Livre de Sociologia e Política -, à qual esteve ligado na segunda metade da década de 1950.

Recentemente, graças ao trabalho que vem sendo realizado por professores da Escola de Sociologia, objetivando resgatar a memória

(¹) Versão modificada deste texto foi publicada no jornal **Correio da Cidadania**, de 26 de janeiro de 1998.

(²) Doutorando em História-USP. Pesquisador do CEDHAL-USP (Grupo de Trabalho "Historiografia Brasileira"). Bolsista FAPESP.

(¹) Veja-se, por exemplo, os livros *Raízes do Brasil* (1936), *Monções* (1945), *Visão do Paraíso* (1959) e a coletânea - recentemente lançada - de seus ensaios de crítica literária, intitulada *O Espírito e a Letra*, organizada por Antonio Arnoni Prado (Companhia das Letras, 1996).

(²) Para maiores informações acerca da biografia de Sérgio Buarque, leia-se, entre outros, *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Arquivo do Estado: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

da instituição, fundada em 1933, foi localizado importante material, no qual se encontra registrada a passagem de Sérgio Buarque de Holanda por aquela Escola³. Tendo tido acesso a essa documentação, julguei ser imperioso comunicar a descoberta, posto tratar-se de fontes inéditas, relativas á biografia de um dos nossos maiores historiadores. Cumpre ainda ressaltar a importância da própria Escola de Sociologia no contexto da história do ensino e, principalmente, da pesquisa na área das ciências sociais no Brasil. Por ela passaram, na condição de professores ou de alunos, importantes estudiosos nacionais e estrangeiros da antropologia, sociologia, história, etnologia e economia, como, por exemplo, os alemães Herbert Baldus e Emilio Willems, os norte-americanos Donald Pierson e Samuel H. Lowrie e os brasileiros Darcy Ribeiro, Roberto C. Simonsen, Mauricio Segal e Odilon Nogueira de Matos etc.

Por sua vez, Sérgio Buarque foi tanto professor quanto aluno da Escola de Sociologia. Com relação à primeira atividade - conforme indicado em sua ficha de funcionário da Escola - lecionou ao nível de Graduação, entre março de 1955 e fevereiro de 1957, quando se afastou do cargo. No entanto, da sua atuação como professor, a documentação localizada nada mais informa além do período acima indicado. Por outro lado, a mesma é rica em informações a respeito da sua passagem pela Escola como aluno de Pós-Graduação.

Com efeito, entre seus diferentes dispositivos, a Escola de Sociologia mantém, desde os anos de 1940, a Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, que confere o título de Mestre em Ciências Sociais aos candidatos que, ao concluírem o Curso, tenham cursado certa quantidade de disciplinas e defendido Tese original, elaborada sob a orientação de um professor. Até o final da década de 1950, os Mestres em Ciências Sociais pela Escola foram alguns dos maiores expoentes da intelectualidade brasileira deste século no campo das humanidades: Virginia Leone Bicudo, Gioconda Mussolini, Oracy Nogueira, Lucila Hermann, Noemia Ippolito, Florestan Fernandes, Fernando Altenfelder Silva e o próprio Sérgio Buarque de Holanda⁴.

(3) Destaque-se, nesse sentido, a atuação da historiadora Iris Kantor, professora da Escola de Sociologia, e da bibliotecária Wilma, que localizaram os documentos aqui referidos. Agradeço ainda ao historiador Joaci Pereira Furtado, por ter me comunicado a descoberta.

(4) Para um maior entendimento da atuação e importância da Escola de Sociologia em suas primeiras décadas de existência, vide por exemplo, NOGUEIRA, Oracy. *A Sociologia no Brasil*. In: FERRI, Mário Guimarães e MOTOYAMA, Shozo (coords.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1981. v. 3. esp. pp. 205-207.

Sérgio Buarque ingressou na Escola Pós-Graduada a fim de obter o título de Mestre em Ciências Sociais, pois este lhe possibilitaria participar de Concurso para provimento da Cátedra de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo (USP)⁵.

A ficha do aluno de Pós-Graduação Sérgio Buarque de Holanda inclui os seguintes documentos: requerimentos de matrícula, relação das notas por ele obtidas nas disciplinas em que se inscreveu, ata da sessão de Defesa da Tese e trabalhos por ele entregues. É importante frisar que, em seu conjunto, essa documentação constitui precioso acervo de fontes para os estudiosos da obra e da biografia de Sérgio Buarque de Holanda.

De acordo com esses documentos, ele se matriculou por três vezes: em março e agosto de 1956, e em fevereiro de 1957.

Entre os exames a que se submeteu, incluem-se duas provas de línguas estrangeiras, ambas realizadas em novembro de 1957. Na primeira delas, traduziu um texto em alemão, extraído do livro *Weltgeschichte des Mittelmeerraumes*, de autoria de Ernest Kornemann. Seus avaliadores, Herbert Baldus e Lolita E. Almeida, conferiram-lhe nota "A". Realizou ainda a tradução de um trecho do artigo "Plural and differential acculturation in Trinidad", de Daniel J. Crowley. Avaliado por Octavio da Costa Eduardo, obteve nota nove. Embora tenha tirado notas elevadas em ambos os testes, a diferença entre as mesmas provavelmente deveu-se a que, tendo tido um maior contato com a língua alemã desde jovem (residiu na Alemanha no final da década de 1920 e início da seguinte, trabalhando como jornalista), dominava-a mais amplamente que ao inglês.

Em relação às disciplinas nas quais se matriculou, Sérgio Buarque entregou, para cada uma delas, um trabalho escrito (à exceção do curso "História Social do Brasil", para o qual entregou dois textos). Esses ensaios com, em média, cinco páginas de extensão, datilografados, alguns portando sua assinatura, constituem a parte mais valiosa da documentação localizada na Escola de Sociologia. Em síntese,

⁽⁵⁾ Desde 1956, Sérgio Buarque de Holanda era professor dessa Cadeira, em substituição a Alfredo Ellis Jr. Em novembro de 1958, defendendo a Tese **Visão do Pa-raíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**, tornou-se Catedrático.

apresentam os seguintes conteúdos: a) análise da obra *Viagem no Interior do Brasil*, de autoria do médico, mineralogista e botânico Johann Emanuel Pohl, que esteve no Brasil no século XIX; b) estudos sobre sociedades indígenas do período colonial, ressaltando o modo como guerreavam os índios Caiapó e Paiaguá, e o quanto os mesmos eram temidos pelos colonizadores; c) estudos acerca do papel das embarcações fluviais empregadas na exploração do sertão brasileiro entre o fim do século XVI e meados do século XVIII, destacando as técnicas de construção e o uso das piperis e canoas de casca (de origem indígena) e das balsas jesuíticas; d) considerações sobre a arte pré-histórica; e) história dos contatos entre os luso-brasileiros de São Vicente e os colonos da América Espanhola entre os séculos XVI e XVIII; f) análise do processo de formação da Vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá no século XVIII.

Cabe salientar que Sérgio Buarque era bastante familiarizado com esses temas, pois, à exceção da obra de Pohl e da arte paleolítica, tratou dos demais em seu livro *Monções*. São estudos que podem ser qualificados como etno-históricos fundamentados basicamente em relatos de cronistas e documentos escritos diversos. Na sua quase totalidade, esses trabalhos foram aprovados com nota "A", à exceção daqueles referentes à disciplina "História Social do Brasil" - sua principal especialidade -, que mereceram nota "A+" conferida por Octavio da Costa Eduardo.

Os responsáveis pelas disciplinas em que Sérgio Buarque se inscreveu foram os professores Herbert Baldus e Octavio da Costa Eduardo. Cabe destacar que, provavelmente, deve ter sido importante para ele, nessa sua passagem pela Escola de Sociologia, poder reforçar seu contato com o importante etnólogo Herbert Baldus, posto que o método etnológico lhe era bastante caro, especialmente em seus estudos sobre o Brasil colonial.

Finalmente, para obter o título de Mestre em Ciências Sociais, Sérgio Buarque defendeu, no dia quatro de julho de 1958, Tese intitulada *Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos descobrimentos*. Compuseram a Banca Examinadora que o aprovou os professores Herbert Baldus, Fernando Altenfelder Silva, Odilon Nogueira

de Matos, A. R. Muller e Octavio da Costa Eduardo. Este último foi o responsável pela supervisão do preparo da Tese, da qual infelizmente não foi encontrado nenhum exemplar na biblioteca da Escola.

De todo modo, o Mestrado em Ciências Sociais de Sérgio Buarque de Holanda, a partir de agora melhor documentado, pode ser analisado mais detidamente em futuros estudos sobre sua vida e obra.

A PROPÓSITO DE UM QUINTO CENTENÁRIO

Armanda Alexandre dos SANTOS

Já se deram os primeiros passos em ordem à comemoração, a ser feita no próximo ano 2000, do quinto centenário do descobrimento do Brasil. O acontecimento se revestirá de particularíssimo significado, pois na mesma ocasião se estará comemorando também o fim de um século, de um milênio e quiçá de toda uma era histórica.

Cinco séculos decorridos da chegada das naus cabralinas à Bahia, que pensar das navegações lusas - em cujo ciclo naturalmente se inserem o descobrimento e a colonização do Brasil - e como julgar os objetivos com que elas foram realizadas?

Se considerarmos, de um lado, o tamanho exíguo do território português e as condições geográficas em que se situa - espremido, por assim dizer entre a Espanha vizinha, o Mar imenso e o Norte da África hostil e ameaçador, e, de outro lado, a portentosa obra missionária e civilizadora de Portugal no Brasil e no Mundo, veremos que há absoluta desproporção entre causa e efeito, entre os meios disponíveis e a magnitude da obra realizada.

Para não nos estendermos sobre toda a epopéia lusa em África e no Oriente, limitemo-nos ao Brasil. Consideremos que no século XVI a população portuguesa era, segundo estimativas fidedignas, de pouco mais de um milhão de habitantes - não muito mais do que a população atual de Lisboa, ou, para falar em termos brasileiros, de uma cidade como Campinas. Foi com essa população tão exígua que Portugal iniciou o povoamento e a civilização do Brasil daquela "quarta parte

nova" cujos "campas ara" - como escreveu Camões, para em seguida acrescentar seu verso famosíssimo: "*E se mais mundo houvera lá chegara*".

O vulto gigantesco das navegações portuguesas, como também das espanholas, surpreende e impressiona observadores imparciais de outras nacionalidades. Tantos seriam os depoimentos a citar, nesse sentido, que seria um não mais acabar. Citemos, entre muitos outros, o do escritor sul-africano Sidney Welch, em seu livro "*Descobrimto da África do Sul pela Europa*", a respeito do que que chama "*a heróica epopéia do século XV de Portugal, por uma nação de incomparável força de caráter e profunda fé religiosa*".

Diz ele:

"Ao lerem-se as proezas dos atores proeminentes, sentimos que um tributo é devido ao povo português, a esses milhares de heróis sem nome cujos feitos individuais pereceram. Neles acharam os seus reis não apenas o material humano de inultrapassada energia e elevação de propósitos. O barro humano moldou-se aí numa dessas gerações de homens que criam e transmitem os bens da história.

"Dias no Cabo da Boa Esperança em 1488, e Colombo nas Bahamas em 1492, deram os primeiras passos dessa maravilhosa corrida que fez de Portugal e da Espanha os pioneiros da maior expansão da civilização ocidental em todos os tempos.

"Eles abriram o horizonte e, mais do que isso, estenderam potencialmente o domínio da nossa sociedade ocidental, dum canto obscuro do Velho Mundo até abarcar todas as terras habitáveis e os mares navegáveis na superfície do planeta. É devido a esta energia e iniciativa ibéricas que a Cristandade ocidental cresceu como, na parábola, a grão de mostarda semeado, até que se tornou a grande Sociedade: uma árvore em cujas ramos todas as nações da terra se abrigaram e alojaram"¹².

(1) A "quarta parte nova" a que se refere Camões é precisamente o Brasil. Após falar, no Canto VII, Estâncias 4 a 13, de várias grandes nações da Europa, todas esquecidas do espírito de Cruzada que em tempos idos as animara, o Épico constata que em Portugal ainda perdurava esse espírito. E concluiu: "*Mas, entanto que cegos e sedentos / Andais de vosso sangue, ó gente insana, / Não faltaram Cristãos atrevimentos / Nesta pequena casa Lusitana. / De África tem marítimos assentos; / É na Ásia mais que todas soberana; / Na quarta parte nova os campos ara; / E, se mais mundo houvera, lá chegara*" (VII, 14).

(2) Apud Antero Simões, Nós... somos todos nós, Ed. dos Serviços de Publicações do Comissariado Provincial M. P., Luanda, 3^o vol., 1972, p. 72.

Como explicar que um país tão desfavorecido em extensão territorial e em riquezas naturais tenha feito o que países maiores, mais povoados, incomparavelmente mais ricos e mais bem aparelhados, só fizeram muito depois, seguindo a trilha já aberta pelas caravelas lusas e quase simultaneamente pelas naves espanholas?

Para outra observadora estrangeira, a bem conhecida Elaine Sanceau, de nacionalidade inglesa, não há explicação razoável para isso:

"A expansão portuguesa de além-mar - diz ela - é fenómeno inexplicável à face da História.

"O desejo de expansão supõe falta de espaço e os portugueses tinham mais do que o bastante na sua linda pátria pequenina; a população era muito inferior a dois milhões. A nação acabava de sair dum luta de vida ou de morte que durara séculos, primeiro com os mouros, depois com os castelhanos. A razão por que havia este povo de sentir-se instigado a espa-lhar-se pelo mundo desconhecido, depois de ter alcançado a paz pela vitória sobre as seus vizinhos, é enigma indecifrável. O reino está muito pobre e minguado de gente para guarnecer as terras de além-mar. Seria impossível conservá-las! Assim dissera o sábio Infante D. Pedro em 1436, quando se premeditava a conquista de Tânger. Não se pode negar que fossem sensatas as suas palavras. Todavia, menos de um século depois, sem qualquer auxílio de homens ou de dinheiro estranhos, Portugal estava senhor, não só de todas as cidades mais importantes de Marrocos, mas também de territórios em toda a costa da África, e impunha a sua vontade a metade dos reis da Ásia"³.

Na realidade, o móvel principal da epopéia ultramarina portuguesa - como também da espanhola - foi a continuação, fora dos estreitos limites continentais, da mesma Cruzada que, havia séculos, vinha sendo promovida pelos povos peninsulares.

"A idéia da cruzada continuou a viver sobretudo na Espanha e em Portugal, onde a guerra com os mouros se renovou periodicamente até concluir com um ataque a África", escreveu o insuspeito historiador alemão Leopold von Ranke, sustentando que "os primeiros descobri-

⁽³⁾ Afonso de Albuquerque - O sonho da Índia, Livraria Civilização, Porto, 1939, Introdução.

mentos e colônias estavam relacionados com a guerra aos mouros de dois modos: primeiramente, por meio das expedições à África, das quais *brotou o plano de chegar à Índia; e em segunda lugar, pela idéia de defender e propagar a Cristandade. Os intentos dos portugueses concentram-se imediatamente no ponto central da fé dos muçulmanos; queriam vingar Jerusalém em Meca; impelidos pelo entusiasmo dos peregrinos de Jerusalém é que eles conseguiram uma vez mais as suas vitórias*"⁴.

Já se foi, felizmente, o tempo em que a ideologia marxista predominava nos meios culturais do Ocidente. Não é em torno de questões econômicas que gira o eixo da História. Essas questões, é claro que existem e por vezes até se revestem de considerável importância, mas não devemos exagerar tal importância a ponto de fazê-las preponderantes ou até exclusivas.

No caso concreto da epopéia ultramarina luso-espanhola, contrariamente ao que muita gente ainda repete numa espécie de psitacismo cultural já fora de moda, a sede do ouro não foi o principal móvel. São inúmeros os depoimentos da época que mostram que o desejo de bens materiais - aliás legítimo - estava muito longe de ser o principal.

Apenas à guisa de exemplo, aqui vão alguns documentos que fazem luz insofismável sobre os mais altos objetivos da expansão ultramarina portuguesa:

* Em princípios do século XV, quando os filhos de D. João I propuseram ao pai a expedição a Ceuta, a imediata resposta do monarca, narra Gomes Eanes de Azurara, foi que desejava saber se tal expedição - a primeira que Portugal faria em África - era ou não do serviço de Deus:

"El Rei disse que não queria determinar nenhuma coisa daquele feito até que soubesse se era serviço de Deus de se fazer e mandou chamar letrados para o saber".

Diante dos conselheiros convocados, o rei foi taxativo:

⁽⁴⁾ Geschichte der romanischen und germanischen Völker Sämtl. Werke 33-34). Einleitung pág. XXIX.), apud Carl Erdmann, A idéia de Cruzada em Portugal, Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1940, p. 3.

"Antes que eu nenhuma coisa responda, quero primeiro saber se isto é serviço de Deus de se fazer, ca (pois) por mui grande honra nem proveito que me disse possa seguir, se não achar que é serviço de Deus não entendo de o fazer, porque somente aquela coisa é boa e honesta na qual Deus é inteiramente servido".

Os letrados responderam ao Rei *"que era serviço de Deus de se tomar a cidade de Ceuta"*⁵. E Ceuta foi efetivamente tomada.

* Na célebre carta ao Rei D. Manuel, comunicando o descobrimento do Brasil, Pero Vaz de Caminha insiste muito na salvação das almas como o objetivo principal da expansão ultramarina. Obviamente, se essa idéia não fosse mais do que assente no Portugal da época, o escrivão-mor da armada não a teria externado ao Monarca nos termos em que o fez:

"Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto, se os degredados que aqui hão de ficar, aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tensão de vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhes quiserem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons. E o Ele nos para aqui trazer, creio que não foi sem causa. E portanto vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação deles. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim".

Mais adiante, referindo-se à terra que acabava de ser descoberta, prossegue o escrivão no mesmo tom:

"Até agora não podemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares, frescos e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo dagora assim os achávamos como os de lá. As águas são muitas, infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem.

"Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa

⁽⁵⁾ Zurara, Crónica da Tomada de Ceuta, Cap. X.

Alteza em ela deve lançar. E que não houvesse mais do que ter Vossa Alteza aqui esta pousada para essa navegação de Calecut, bastava. Quanto mais, disposição para se nela cumprir e fazer a que Vossa Alteza tanto deseja, a saber acrescentamento da nossa santa fé"⁶.

* Quando D. João III deu a Tomé de Sousa, primeiro Governador-Geral do Brasil, o regimento de 17-12-1548, dizia explicitamente:

*"Eu, El Rei, faço saber a vós, Tomé de Sousa, fidalgo da minha casa, que, em quanto serviço de Deus e meu.... a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa santa Fé católica"*⁷.

* Em 1559, quando despachou para Angola, como embaixador, a Paulo Dias de Novais, o documento que em nome do Rei Dom Sebastião foi ordenado por sua Avó (a Regente D. Catarina), deu-lhe instruções precisas de como proceder:

"Paulo Dias, pela confiança que tenho em vós, tive por bem enviar-vos a el-rei de Angola por meu embaixador. A ordem que seguireis em vossa viagem é a seguinte:

*"Sendo Nosso Senhor servido levar para Si a Sua Alteza (D. João III), antes da vinda dos dito embaixadores, e desejando prosseguir a santa e católica intenção de meu senhor e avó, pareceu-me que, assim como a El-Rei sucedera no trono, assim também sucederia no mesmo desejo de sua salvação, que tanto lhe importa, e da pregação no seu reino da nossa Santa Fé, para que a recebam os seus súditos e vassalos. Por isso, despachei os mesmos embaixadores, tendo por bem, além de outras mercês e honras que lhes fiz enquanto residiram em minha corte, dar-lhes segura embarcação e enviar-vos a vós também, juntamente com os Padres Religiosos da Companhia de Jesus, para que seja consolado com sua vinda e doutrina e seu Reino doutrinado e ensinado. E confio em Nosso Senhor que, sendo ele servido de o trazer ao conhecimento da nossa Santa Fé, que é o verdadeiro caminho de sua salvação, ele e o seu reino, não somente será ensinado e alumiado no espiritual, mas também será prosperado no temporal, posto que a sua salvação deva ser o principal intento que ele e os seus devem ter"*⁸.

⁽⁶⁾ Apud Pedro Calmon, História do Brasil, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1959, vol. I, pp. 80-83.

⁽⁷⁾ Regimento de Tamé de Sousa, Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo da Marinha, liv. 1 de ofícios, de 1597 a 1602.

* O mesmo Rei D. Sebastião, em março de 1568, quando enviava D. Luís de Athayde para governar a Índia, "*pôs-se de joelhos para que Deus o inspirasse e escreveu estas palavras que entregou ao novo Vice-Rei, como as supremas instruções que devia seguir na administração e guarda daquele vasto império: Fazei muita cristandade; fazei Justiça; conquistai tudo quanto puderdes; tirai a cobiça dos homens; favorecei aos que pelejarem; tende cuidado da minha fazenda*"⁹.

Note-se a hierarquia de valores na ordem de prioridades: em primeiro lugar, fazer cristandade e ministrar justiça; só depois fazer conquistas e zelar pela fazenda real.

* "*Os Lusíadas*" é bem sabido que, ademais de toda a incomparável beleza literária que possuem, constituem uma descrição muito fiel da época em que viveu seu autor. Em numerosas passagens está bem consignada a finalidade religiosa da epopéia marítima. Entre muitíssimas outras:

E também as memórias gloriosas
Daqueles Reis que foram dilatando
A Fé, o Império, e as terras viciosas
De África e de Asia andaram devastando (I, 2)

E vós, ó bem nascida segurança
Da Lusitana antiga liberdade,
E não menos certíssima esperança
De aumento da pequena Cristandade;
Vós, ó novo temor da Maura lança,
Maravilha fatal da nossa idade,
Dada ao mundo por Deus (que todo o mande,
Para do mundo a Deus dar parte grande) (I, 6)

Nalgum porto seguro, de verdade,
Conduzir-nos, já agora, determina,
Ou nos mostra a terra que buscamos,
Pois só por teu serviço navegamos" (II, 32)

No fim de tantos casos trabalhosos,
Por que somos de Ti desamparados,
Se este nosso trabalho não Te ofende,
Mas antes Teu serviço só pretende? (VI, 82)

⁽⁸⁾ Apud Antero Simões, op. cit., 1.º vol., 1969, p. 97.

⁽⁹⁾ Damião Peres, História de Portugal, vol. V, p. 61.

Ó ditosos aqueles que puderam
 Entre as agudas lanças Africanas
 Morrer, enquanto fortes sustentaram
 A santa Fé, nas terras Mauritanas (VI, 83)

...*"quem te trouxe a estoutro mundo,
 Tão longe da tua pátria Lusitana?"
 "Abrindo (lhe responde) o mar profundo,
 por onde nunca veio gente humana;
 Vimos buscar de Indo a grão corrente
 Por onde a lei divina se acrescente".* (VII, 25)

*

"Apenas à guisa de exemplo", dissemos acima. De fato, seria possível multiplicar indefinidamente o número de citações de documentos da época, que atestam insofismavelmente que era de cunho religioso a principal finalidade da epopêia ultramarina. Interesses comerciais havia, e era muito legítimo que os houvesse, mas eram de ordem secundária.

Do ponto de vista estritamente lucrativo e utilitário, no seu conjunto a expansão ultramarina não foi benéfica, antes foi deficitária a Portugal, que se dessangrou e despovoou durante séculos. Se considerássemos apenas o aspecto comercial, e se fizessemos abstração do que é mais importante, ou seja, o *"serviço de Deus"*, quem teria razão seria o velho do Restelo¹⁰.

⁽¹⁰⁾ O receio de que as Navegações a longo prazo pudessem se revelar prejudiciais, do ponto de vista material, sempre esteve presente, mesmo nos momentos de maior euforia pelas vitórias conquistadas no Ultramar. Na fala do Velho do Restelo (Canto IV, Estâncias 94 a 104), que assistiu à partida da frota de Vasco da Gama fazendo sombrios augúrios para a futuro, Camões soube exprimir com genialidade os sentimentos da parte de Portugal que não estava de acordo com as Navegações, nelas vendo apenas "... vã cabica / Desta vaidade a que chamamos Fama", "sagaz consumidora conhecida / De fazendas, de reinos e de impérios". "Chamam-te Fama e Glória soberana, / Nomes com quem se o povo néscio engana. / A que novos desastres determinas / De levar estes Reinas e esta gente? / Que perigos, que mortes lhe destinas, / Debaixo dalgum nome preminente? Que promessas de reinas e das minas / De oura, que lhe farás tão facilmente? / Que famas lhe prometerás? Que histórias? / Que triunfos? Que palmas? Que vitórias?". E, depois de lembrar que o inimigo ismaelita estava tão próximo, no norte da África, censura à Fama a imprudência de lançar Portugal oceano afora: "Deixas criar às portas o inimigo, / Por ires buscar outro de tão longe, / Por quem se despovoe o Reino antigo, / Se enfraqueça e se vá deitando a longe! / Buscas o incerto e incógnito perigo / Por que a fama te exalte e te lisonje / Chamando-te senhor, com larga cópia, / Da Índia, Pérsia, Arábia e de Etiópia!"

REFLEXÕES SOBRE A ARTE DE GRAMÁTICA DO PE. JOSÉ DE ANCHIETA

Erasmus d'A. MAGALHÃES

A releitura atenta dos textos produzidos por religiosos missionários permite ao leitor afirmar, sem perigo de incidir em erro, que, no primeiro momento de atuação em terras americanas, tinham como meta primordial aprender e bem conhecer a língua dos naturais da terra e fazê-los aprender a ler e escrever.

Tal atitude foi seguida pelos inacianos e seguidas, também, por parte de outros religiosos regulares. Foram empregados muitos anos para a aprendizagem e divulgação de línguas indígenas por meio de gramáticas e noções de doutrina cristã, fato que ocorre não só na América portuguesa, como também na América espanhola. F. Zubillaga é um bom exemplo do que está sendo dito:

"Después que se puso aqui um padre (referência a sacerdote conhecedor da língua mexicana Tarasco) que sabe la lengua de los índios desta provincia se ve en ellos mucho acrecentamiento en virtud, y oyen de muy buena gana los sermones que el dicho padre, les predica, todos los domingos, de ordinário, muchos con deseos de confesarse, de sorte que nunca faltam confesiones algunas de ellas generales.¹

Frente à diversidade de idiomas indígenas, duas alternativas: fazer com que os indígenas aprendessem a língua do colonizador ou estudar e, posteriormente, utilizar o(s) idioma(s) da terra descoberta.

⁽¹⁾ ZUBILLAGA, F. (1974). Las lenguas indígenas de Nueva Espana en la actividad jesuita del siglo XVI. **Montalban**, Caracas, p.105-156.

Em conformidade com as determinações das constituições da Companhia de Jesus, o missionário optou (ou deu preferência) pela segunda iniciativa.

No século XVI, o Pe. Manoel da Nóbrega afirmou:

"Trabalhamos de saber a língua deles (os Tupinambá) e nisto o P. Navarro nos leva vantagem a todos. Temos determinado ir viver com as aldeias e aprender con elles a lingua.²

A consciência do conhecimento profundo do instrumento de comunicação, não permitindo ao indígena fazer o aprendizado errôneo de doutrina cristã, por deficiência de um aprendizado superficial da língua do selvícola por parte do conquistador, suficiente para cumprir suas obrigações, foi, sem dúvida, de capital importância para o processo de conquista. Diante do universo metafísico do nativo, o missionário teve presente o perigo de pregar o evangelho e ensinar catecismo se, por ignorância da esfera dos significados de termos, não soubesse bem selecionar os vocábulos indígenas, ressemantizados ou não.

Por certo um etnocentrismo condicionou o trabalho daqueles que vieram descrever as línguas aborígenes, condicionando-as ao único padrão referencial por eles conhecido (o latim) e que gozava de certa sacralidade por ser a língua oficial da Igreja. Mas não poucos foram os religiosos que souberam, com habilidade, se livrar desta camisa de força.

O fato de Anchieta ter estudado e escrito uma gramática sobre o legítimo tupi e não a língua geral falada pelos colonos e descendentes está a demonstrar que nem sempre o etnocentrismo foi levado a suas últimas consequências.

Os seis jesuítas chegados ao Brasil com o primeiro governador geral tinham como incumbência principal preservar os valores católicos tradicionais e os princípios da moralidade cristã, bem como ensinar noções de doutrina aos nativos da terra a ser colonizada. Representantes de um momento europeu renascentista, portanto altamente classicista, eles não tiveram pejo em buscar um denominador comum e necessário

(2) LEITE, Serafim (1954). **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**. São Paulo, Comissão do Quarto Centenário da Cidade de São Paulo. Vol I.

para bem realizar trabalhos de catequese no Brasil. Tal denominador comum foi o aprendizado de uma língua indígena, no caso o "tupi" (também denominado "tupi da costa", "tupi litorâneo", "tupi antigo"; modernamente Tupinambá), falado pelo grupo com quem mais e melhor privavam.

Anchieta após quarenta anos de convívio quase que contínuo e diuturno com os índios, tem preparado os manuscritos de sua **Arte de Gramática da lingua mais usada na costa do Brasil**, publicada quando já havia dois anos de sua morte.

Sete são as edições da Arte de Gramática, a partir da segunda todas conforme a editio princeps de Coimbra. Plínio M. da Silva Ayrosa, fundador da Cátedra de Etnografia e Língua Tupi-Guarani da Universidade de São Paulo (Brasil), cuidou em bem apresentar as quatro primeiras edições³, onde colhemos muitas das informações abaixo.

Primeira edição

Arte de gramática da lingua mais usada na costa do brasil/ Feyta pelo padre Ioseph de Anchieta da Companhia de Iesv. (*Trigrama da Companhia, cercado por faixa elíptica com estes dizeres: Nomen Domini tvrris fortissima, sobre grande vinheta*) Com licença do Ordinario & do Preposito geral/da Companhia de Iesv./Em Coimbra per Antonio de Mariz, 1595.

15,5 x 11,0 - 2 ff. prels. de front. e licenças, não num. , + 58ff. num. pela frente . As licenças são três + Augustinho Ribeyro, datada em Lisboa a 25 de setembro de 1594; do Bispo de Elva - Diogo de Souza, datada em Lisboa a 17 de dezembro de 1594 e a 19 do mesmo mês e ano, assinada por Pereira, diogo Lameira, Damião Daguiar e Antonio Dalmeyda. A primeira p. traz as seguintes indicações: *Arte/ de gramma/ tica da lingua mais/ usada na costa/do Brasil./*

³ AYROSA P. M. da Silva (1943). **Apontamentos para a bibliografia da língua tu-pi-guarani**. São Paulo, Universidade de São Paulo. (Etnografia e Tupi-Guarani - Bol. no 4).

Feita pelo P. Joseph de Anchieta Theologo & Provincial que foy da Com-/ panhia de Iesu nas/ partes do Brasil. Segue-se: Das letras. Cap. I. No v. da última f. lê-se: Laus Deo

Segunda edição

Joseph de Anchieta, /Arte/ de grammatica/ da lingua mais usada/ na costa do Brasil,/ novamente/ dado à luz/ por/Julio Platzmann,/ Cavalleiro da Ordem Imperial Brasileira da Rosa./Mansit lingua per Adam primitus/ data... in ea parte hominum.../ quae Dei portio permansit./ Origenes. /Lipsia,/ Na Officina Typographica de B. G. Teubner./1874.

Edição em Alemão

No mesmo ano de 1874, Platzmann publica uma edição em alemão. Segundo P. Ayrosa é "tradução muito bem feita". *Grammatik/ der/ Brasilianischen Sprache/ mit zugrundelegung des Anchieta,/ herausgegeben/ von/ Julius Platzmann,/ Riter des Kaiserl. Brasilianischen Rosen ordens./ (Epígrafe de Origenes)./ Leipzig./ Druck von B. G. Teubner./ 1874.*

Terceira edição

Arte/ de Grammatica/ da lingoa mais usada na costa/ do Brasil/ feita pelo/P. Joseph de Anchieta./ Publicada por/Julio Platzmann./ Edição facsimiliaria Stereotypa./Leipzig/B.G. Teubner/MDCCCLXXVI

Quarta edição

Arte/ de/ gramática/ da/ lingua mais usada/ na costa do Brasil/ feita pelo P. Joseph de anchieta/ Edição da Biblioteca Nacional/ Rio de Janeiro./ Rio de Janeiro/Imprensa Nacional/ 1933.

16,5 x 11,5 - front. a duas cores. v. e. b. + 3 ff sem num. + 58 nums. pela frente + 1 f. sem num. com seguinte indicação no anv.: *Impresso/ na/ Oficina da Impressão/ da/ Imprensa Nacional.* A primeira das 3 ff. sem num. é ocupada por uma

Explicação, sem assinatura, datada aos 2 de julho de 1993, v. e. b. As ff. seguintes, também sem num., e as 58 nums. reproduzem exatamente as da ed. de 1876

Quinta edição

Arte/ de/ Gramática/da/ lingua mais usada/ na Costa do Brasil/ feita pelo/ Padre José de Anchieta/ Edição Fac-similar/ 1946/ Editora Anchieta SA/ Rua Xavier de Toledo, 216/ São Paulo.

Com prefácio do filólogo Pe. Augusto Magne (p. 1/v)

Sexta edição

José de Anchieta/ Arte/ de/ Gramática/ da Língua/ mais usada/ na/ costa do Brasil/ Edição fac-similada/ em homenagem/ ao/ Venerável Beato/ quando/ da/ visita/ de/ Sua Santidade/ o/ Papa João Paulo II/ à/ Bahia/Universidade Federal da Bahia/ Salvador/ julho de 1980. Fac-simile da edição publicada por Platzmann (1874), exemplar existente na Biblioteca Frederico Edelweiss do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia.

Sétima edição

Arte de/ Gramática da/ Língua mais usada na costa do Brasil/ Edição fac-similar/ Obras completas/ 11º volume/ São Paulo, Edições Loyola, 1990.

Nas páginas iniciais (7-17) há uma "Apresentação", na realidade é um estudo, de Carlos Drumond. Completa o volume "Aditamentos" (índice analítico da gramática, leitura da gramática, etc.), autoria do Pe. Armando Cardoso.

A presente edição faz parte da **Monumenta Anchieta**, publicada em convênio com a "Vice-Postulação da Causa de Canonização do Beato José de Anchieta".

Da edição coimbra da **Arte de Gramática** existem atualmente sete exemplares, distribuídos por diferentes bibliotecas: 1) Biblioteca

Pública e Arquivo distrital de Évora, 2) Biblioteca Nacional de Madri, 3) Biblioteca Nacional Vittorio Emanuele de Roma, 4) Arquivo Geral da Companhia de Jesus, em Roma, 5) Museu Britânico de Londres, 6) Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (dois exemplares).⁴

Como ensina Francisco Faria⁵ "este livro do Padre Anchieta foi brevemente resúmidado nas págs. 274 a 277 da conhecida **Historia Naturalis Brasiliae** de G. Pison e G. Marggrav, publicada em Leiden no ano de 1648, no capítulo intitulado **De Lingua Brasiliensum é Gramatica P. Joseph Anchieta S. J.**, e ainda mais brevemente nas páginas 179 e 180 do terceiro volume das *Dissertationes Miscellanae* de H. Relando, publicadas em 1708 na cidade de Tréveris, no parágrafo que se intitula **De lingua brasilica ex Gramatica Anchietae**".

O saudoso linguista Joaquim Mattoto Câmara Jr. afirmou que o jesuíta, particularmente Anchieta, fez "um trabalho de disciplinarização, de interpretação do Tupi, de acordo com certos ideais, certos preconceitos sobre gramática geral, que era no fundo da gramática latina"⁶. Talvez fosse melhor dizer que tal gramática tão somente poderia servir como modelo formal, diríamos de descrição da língua dos naturais da terra, havendo respeito pela estrutura quando no trato com o sistema sobre o qual se escrevia a gramática.

O capítulo IV da *Arte de Gramática* é uma boa demonstração de como Anchieta soube, e bem, guardar distâncias em referência à gramática latina. Passemos à transcrição:

"Dos nomes. Cap. III

Os nomes não tem casos nen numeros distinctos salvo vocativo, com esta diferença, a saber, que os que tem acento na última, nada mudão, ut abá em todos os casos. Os que tem

⁽⁴⁾ FARIA, Francisco L. de (1972). Os impressos quinhentistas portugueses referentes ao Brasil. *Rev. de Ciências Humanas*, Lourenço Marques, vol. IV (série A), p.176-181.

⁽⁵⁾ Faria, op. cit.

⁽⁶⁾ CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1965). **Introdução às línguas indígenas brasileiras.**

na penúltima perdem a vogal no vocativo, ut tuba, túb, xéruba, vel, xérup, xérira, xerair, xérait".⁷

O Pe. Antonio Ruiz de Montoya, ao redigir sua **Arte Y vocabulario de la lengua guarani**⁸, diferentemente do taumaturgo do Brasil, escraviza-se à gramática latina, utilizando sua morfologia e sintaxe.

Se não vejamos. No capítulo I ("Declinacion de los nombres") ensina:

"N Abaré	Sacerdote
G Abarambaê	Cosa del Sacerdote
D Abare upé	Para el Sacerdote
Ac Abaré	Al Sacerdote
Abaré	Sacerdote

E mais, enquanto Anchieta se ateu a vocábulos específicos do Tupinambá, Montoya estabelece um neologismo religioso (abará) de ordem semântica.

Era de se esperar o uso da gramática latina como modelo formal para descrever as "línguas exóticas" das regiões descobertas nos séculos XVI-XVII, haja visto a importância que se dava ao estudo da língua clássica nos colégios universitários. Foi no Colégio das Artes em Coimbra que Anchieta adquiriu o extraordinário domínio do latim que seus poemas permitem evidenciar.⁹

Este aprendizado por certo o transmitiu a seus alunos em São Vicente, não provavelmente com o rigor necessário, em razão das características da nova terra: "rudeza ou negligência dos discípulos", "pobreza que se padecia e faltas de achegas necessárias", "falta dos livros", como disse Quirício Caxa¹⁰, professor de latim e teologia no

(7) ANCHIETA, José de (1595). *Arte de gramática da lingua usada na costa do Brasil*. Coimbra, Antonio de Mariz. 9/9v Na realidade deveria ser 8/8v, pois deve ter havido falha na paginação da edição primeira.

(8) MONTOYA, Antonio Ruiz de (1640). *Arte e vocabulario de la lengua guarani*. Foi utilizada edição fac-similar, preparada por Silvio M. Luizzi. Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 1994.

(9) RAMALHO, Américo da C. (1976). *Coimbra no tempo de Anchieta. Anais do 8º Congresso Brasileiro de Língua e literatura*. Rio de Janeiro, Edições Gernasa.

(10) CAXA, Quirício. *Vida e morte do Padre José de Anchieta*. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, 1957. Introd. e aparato crítico de Joaquim Ribeiro.

Colégio de Jesus, onde orientou os estudos de Anchieta, antes de sua ordenação como sacerdote, em 1566.

Mas a faina do canarino não estava adstrita às aulas de latim e às atividades próprias do culto religioso. Havia que atender ao determinado pelo Pe. Manoel da Nóbrega, provincial com visão ampla, e estudar, aprender e ensinar a língua do indígena que mais de perto estava sob a tutela dos jesuítas - o Tupinambá - para assim se conseguir alcançar o intento missionário: a evangelização do gentio.

Quirício Caxa escreveu:

"aprendeu a lingua da terra, pondo de sua parte, alem da muita facilidade que Deus para isso lhe tinha dado, muita exigência e aplicação, com o grande desejo que tinha de ajudar as almas dos naturais que por falta de obreiros padeciam muitas necessidades espirituais. E tanto de mais aprendeu que não somente chegou a entendê-la e falá-la com toda a perfeição, e compor nela e trasladar as cousas necessárias para a doutrina e catecismos: mas veio a reduzi-la a certas regras e preceitos e compor arte dela, com que os Nossos que aprendem a lingua muito se ajudam."

Esse entendimento perfeito podemos notá-lo em várias partes de **Arte de Gramática**.

As primeiras gramáticas de línguas européias do século XVI preconizavam a existência de oito ou mais partes da oração. Anchieta indica, com precisão, cinco partes da oração no tupi da costa.

Há um cuidado e acuidade no estudo do verbo, presente em quase todos os capítulos, explicando o uso de sufixos modais e verbalizadores, raízes verbais, etc. As possibilidades mais correntes, ou comuns dos modos e tempos são apresentadas, não deixando, muitas vezes, de trazer informações de ordem morfológica e sintática. Aliás, ao contrário do ensinado nas gramáticas publicadas na época, Anchieta aliava, como um todo, a morfologia à sintaxe.

Com lucidez Jurn J. Philipson ponderou:

"Creio que a Arte de Anchieta resiste a todas as críticas, desde que se leve em conta a época em que foi feita. É uma gramática que, embora decalcada sobre o latim, não o é tanto quanto geralmente se pensa, pois tantos são os dados específicos e novos, que de forma alguma poderiam constar, se o autor se tivesse limitado a preencher os vazios de um esquema preconcebido. O fator tempo que hoje dificulta muitas vezes o trabalho de campo de etnólogos e linguistas não entrava em consideração para Anchieta e seus muitos colegas de catequese, que tiveram, ao que tudo indica, um bom speaking knowledge (conhecimento de falar) da nova língua. Quanto à época, devemos nos lembrar que a primeira gramática portuguesa, a de Fernão de Oliveira, é de menos de cinquenta anos anterior à Arte e lhe é muito inferior na ordenação da matéria".¹²

Como tem sido dito alhures, Anchieta não teve o intuito de escrever uma gramática filosófica. Foi-lhe determinado a preparação de um instrumento de trabalho para que o resultado da ação missionária alcançasse melhores resultados. Foi conseguido o intento.

⁽¹¹⁾ CAXA, Q., op. cit.

⁽¹²⁾ PHILIPSON, Jurn J. (1957). Por que estudar tupi-Guarani? **Rev. da Universidade Católica**, Campinas, ano IV (12).

SABER E PODER NOS INSTITUTOS E SOCIEDADES GEOGRÁFICAS NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O IHGB

Sergio Nunes PEREIRA*

O que aqui se apresenta como texto para a mesa redonda "Os 160 anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" baseia-se em parte de um estudo mais abrangente sobre as modalidades de saber geográfico desenvolvidas no Brasil antes de sua efetiva institucionalização acadêmica (PEREIRA, 1997). Isto implica que o tema da mesa seja abordado dentro da perspectiva delineada no referido estudo, com ênfase particular no papel desempenhado por instituições auto denominadas *históricas ou geográficas* na construção de um projeto de nação no Brasil do século XIX e início do século XX. Parte-se do pressuposto de que tal papel pode ser avaliado a partir das formas de conhecimento cultivadas no âmbito dessas instituições, dentre as quais, pelo pioneirismo e longevidade, destaca-se o IHGB.

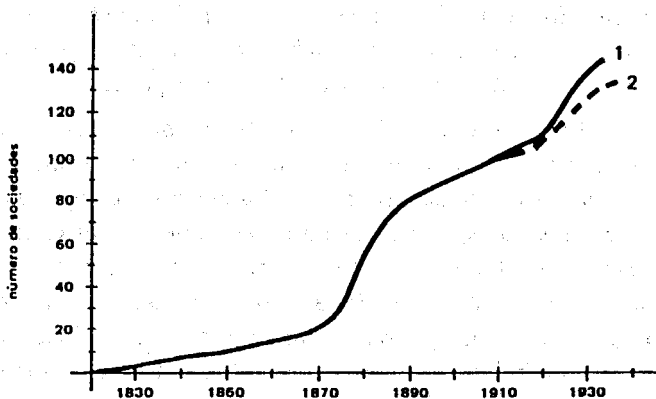
Definidas essas premissas, optou-se por organizar o presente texto em três partes. Na primeira, procura-se contextualizar minimamente o tema em questão, fornecendo algumas coordenadas históricas sobre a origem e expansão das chamadas sociedades geográficas na Europa ao longo do século XIX. Na segunda, considera-se o IHGB como um tipo específico de *sociedade geográfica*, organizada no Brasil com o objetivo de amparar um projeto de construção da identidade política, social e territorial do Império. Na terceira, finalmente, são fornecidas algumas breves indicações sobre outras sociedades geográficas atuantes na mesma época no Brasil, a fim de que se possa dispor de um contraponto em relação ao IHGB.

(*) Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense.

A EXPANSÃO DAS SOCIEDADES GEOGRÁFICAS NA EUROPA DO SÉCULO XIX

O século XIX pode ser considerado como o século por excelência das grandes explorações terrestres e marítimas. O desenvolvimento tecnológico, os novos meios de comunicação, a necessidade crescente de mercados e matérias primas para a produção industrial e uma população cada vez mais numerosa impulsionavam vigorosamente o conhecimento da Terra e permitiam a expansão europeia sobre áreas consideradas até então remotas e inóspitas. As sociedades geográficas tiveram uma importância considerável neste processo, atuando como centros de intercâmbio científico e incentivo à exploração. Pouco tempo após o surgimento da *Société Géographique de Paris* em 1821, a primeira no gênero, foram criadas similares em Berlim (1828), Londres (1830) e Frankfurt (1836). Nas décadas seguintes o ritmo de expansão dessas sociedades manteve-se constante, ainda que relativamente lento, de tal forma que em 1869 existiam 20 delas em todo o mundo.

Nas últimas décadas do século o movimento de criação de sociedades deste tipo na Europa adquire novo impulso, conferido pelo redobramento da expansão comercial e colonial que então se verificava, assinalando a chamada era imperialista. A proliferação de sociedades geográficas, particularmente intensa entre 1870 e 1890 (ver figura abaixo), constitui um fato diretamente relacionado às transformações econômicas e políticas operadas no período.



Evolução do número de sociedades geográficas (1821-1935)

- 1- Total de sociedades (incluindo as de caráter eminentemente profissional)
- 2 - Curva resultante quando suprimidas as sociedades profissionais

Fonte: CAPEL, H. (1977)

Nos termos bastante claros propostos por um dos mais autorizados estudiosos do tema, *"a geografia converteu-se a partir da segunda metade do século XIX numa ciência a serviço dos interesses imperialistas dos países europeus"* (CAPEL, 1981, p. 173). Entende-se assim a importância de se conhecer o território a ser colonizado e explorado, sendo o conhecimento a porta de entrada em lugares antes tidos como exóticos, estranhos ou mesmo bárbaros, sobre os quais eram ainda alimentadas fantasias quanto a riquezas ou potencialidades econômicas. Conhecer o curso dos rios, as condições meteorológicas, os hábitos dos nativos e as rotas de circulação foram alguns dos principais objetivos das sociedades geográficas que se formaram ao longo deste século. Produzir relatórios, mapas e catálogos científicos; financiar expedições e publicações; criar estações meteorológicas e telegráficas; formar um corpo de funcionários para o trabalho nas colônias - eis algumas das iniciativas por elas levadas adiante a fim de produzir um acervo de informações e conhecimentos a serviço do Estado, uma vez que, de acordo com o mesmo autor, *"a preocupação com os aspectos comerciais tornou-se aguda no último terço do século, na mesma medida em que se acentuava a competição pela busca de novos mercados por parte das potências industriais européias"* (CAPEL, 1981, p. 191). Assim, sob a forma de um conhecimento "moderno", comprometido com o progresso e com a expansão do processo civilizatório, desenvolvia-se no âmbito dessas instituições um saber geográfico pragmático e estratégico. Um saber-poder, portanto.

Um exame do perfil profissional dos membros das sociedades geográficas é revelador dos interesses que moviam as mesmas. A grosso modo, os associados podem ser agrupados em cinco categorias básicas: intelectuais diletantes, cientistas, militares comerciantes/empresários e funcionários de alto escalão do governo. Esta composição permite perceber que curiosidade científica, "razões de Estado" e interesses na exploração comercial de áreas ainda precariamente incorporadas à economia mundial coexistiam então no âmbito das sociedades. A tendência, no entanto, é de que estas se tornassem cada vez mais comerciais e menos científicas, como se pode concluir a partir da mudança de objetivos expressa em estatutos, a crescente desproporção entre os associados (com declínio relativo dos membros cientistas) e o maior apoio que passam a receber por parte dos Estados nacionais. Na

realidade, um número considerável de novas sociedades começava a apresentar um caráter exclusivamente comercial, como a *Société de Géographie et d'Études Coloniales de Marseille* (França) e as sucursais da *Royal Geographical Society* em Edimburgo e Manchester (Grã-Bretanha).

Ainda, que em sua maior parte tenham se originado no século XIX na Europa, as sociedades geográficas passaram a ser criadas também em territórios coloniais (a *Royal Geographical Society* contava com uma filial em Bombaim), em países sem ligações com o imperialismo (como a *Société de Géographie de Genève*) e, por vezes de forma bastante precoce, em países ibero-americanos independentes desde o início do século (nesses casos, a *Sociedad Mexicana de Geografía e Historia* e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro constituem os exemplos mais antigos).

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Para entender a origem das sociedades geográficas no Brasil, no entanto, é necessário buscar um viés de análise que não tome como premissa básica a expansão comercial e o imperialismo. A exemplo de outros trabalhos (GUIMARÃES, 1988; ZUSMAN, 1996), optou-se neste caso por considerar a questão da formação do Estado nacional, que diferiu consideravelmente dos processos verificados no continente europeu. No caso brasileiro, havia um projeto específico de nação no topo da agenda política, projeto este acalentado nos órgãos de cultura nacionais, dentre os quais o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A nação recém-independente passava a contar agora com um instituto destinado a escrever sua história, fundar suas tradições, produzir datas a comemorar e símbolos a enaltecer. Assim, o IHGB, criado em 1838, possuía uma função característica no contexto particular de um Estado ainda em formação, para o qual, dentre outras coisas, era de importância vital o conhecimento do território para fins de controle efetivo e apropriação simbólica. O modo pelo qual o Instituto procurava construir a *história nacional* foi bem retratado por Lilia Schwarcz:

...fazer história da pátria era antes de tudo um exercício de exaltação. Essa Lógica comemorativa do instituto se efetivou

não só mediante os textos produzidos e publicados na revista, como por uma prática efetiva de produção de monumentos, medalhas, hinos, lemas, símbolos e uniformes próprios ao estabelecimento. Lembrar para comemorar, documentar para bem festejar (SCHWARCZ, 1993, p. 104).

Em consonância com outros acontecimentos e discussões verificados na Europa, sob diferentes contextos, a criação do IHGB trazia a marca do delineamento da nação. Era necessário formar uma elite esclarecida, com identidade própria, para governar. O conhecimento da história e da geografia da pátria contribuiria, então, para a socialização desta elite nos valores nacionais, construídos através do vínculo entre o território e sua soberania régia (ZUSMAN, 1996, p. 94). Foi, portanto, *"à tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação, que se entregaram os letrados reunidos em torno do IHGB"* (GUIMARÃES, 1988, p. 6). Tratando-se de uma nação "jovem", o Brasil não deixava de apresentar, de forma contraditória, uma dimensão de continuidade no processo de apropriação de si mesmo como objeto de conhecimento, visando forjar sua identidade. O que se buscava, na realidade, era uma continuação da tarefa colonizadora portuguesa.

A proposta de criação do IHGB partiu originalmente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), que pretendia impulsionar a agricultura e a agroindústria no Brasil incentivando a produção de conhecimentos práticos que pudessem ser aplicados a esses setores econômicos. Na ocasião de sua fundação o IHGB contava com cinquenta membros ordinários, divididos igualmente entre as seções de história e geografia. Sua estruturação dava-se através da promoção de expedições, conferências e, sobretudo, através da publicação de uma revista. Coletar, organizar e arquivar documentos pertinentes à história nacional; estabelecer filiais nas províncias; registrar informações sobre o território; manter uma revista - tais objetivos, definidos já nos estatutos, orientaram sua atuação.

É importante ressaltar o vínculo existente entre o IHGB e o Imperador, assim como os vínculos entre os associados e o aparelho estatal. Neste sentido, é revelador que 22 dos 27 sócios-fundadores fossem membros da administração pública. *"Poder e saber associam-se na medida em que a*

erudição parece agir como instrumento de legitimidade para a participação política e enquanto este reconhecimento social outorgaria respaldo suficiente para desenvolver atividades no campo da produção do saber", explica Zusman (1996, p. 96). O Imperador, patrono da instituição e presença constante em suas reuniões, estreitou progressivamente os laços mantidos com ela. Isto pode ser constatado, por exemplo, na transferência da sede do IHGB para o Paço Imperial (1849), e na modificação dos seus estatutos (1851), deixando transparecer um reforço da ligação com a Coroa e, em contrapartida, um esvaziamento da influência original da SAIN. O Instituto chegava a obter 75% de seu orçamento de recursos provenientes do Estado, denotando sua subordinação a este e, inevitavelmente, uma certa ingerência oficial nos assuntos internos e na pauta de discussões. O estabelecimento de um poder monárquico mais centralizado nas mãos do imperador, na década de 1850, reforçou ainda mais os laços de lealdade entre os membros do Instituto e D. Pedro II, como bem exemplifica Lilia Schwarcz:

...nascido em meio a uma conjuntura em que se lutava pela preservação da soberania do país, o IHGB identificou-se com a política centralizadora daquele período, mantendo desde a origem a finalidade explícita de construir uma 'memória nacional' em que produção intelectual e relações de poder estivessem tão irmanadas que não haveria lugar para a discórdia (SCHWARCZ, 1993, p. 135).

Entre as publicações do IHGB merece especial atenção a revista publicada trimestralmente desde 1839, por apresentar uma preocupação de rigidez documental até então inexistente. Não foram poucas as vezes em que tal característica foi colocada a serviço dos interesses políticos do Império. Segundo Perla Zusman (1996, p. 101), a produção do Instituto tomava forma justamente num período em que as fronteiras externas brasileiras eram objeto de discussão com os países vizinhos, o que demandava, além da ação diplomática, um conhecimento acerca desses espaços limítrofes, a fim de melhor fundamentar-lhes a soberania. Era necessário compilar a maior quantidade possível de informação sobre essas áreas, tanto a partir da cartografia quanto das expedições exploradoras. Assim, o IHGB organizou um acervo documental (histórico e cartográfico) que fornecia subsídios a essas discussões, deixando transparecer seus vínculos com o poder e a política imperiais.

Tanto Vânia Vlach (1988, p. 101) como Lilia Schwarcz (1993, p. 110) chamam a atenção para a desproporção entre artigos de história e de geografia na Revista do IHGB, apontando para uma maior ênfase nos estudos históricos e o caráter mais "pragmático" e instrumental dos textos de geografia. Sem entrar no mérito da distinção entre as duas disciplinas, cujos significados e conteúdos não seriam exatamente os mesmos conferidos hoje, pode-se refletir sobre as concepções de história e de geografia que informavam os artigos publicados na revista. No que diz respeito à história, verifica-se uma concepção linear em que os fatos estudados são dispostos um ao lado do outro de maneira contínua, sem conflito, cabendo ao historiador- imbuído de objetividade científica - destacá-los e arrumá-los numa determinada ordem. Trata-se de uma perspectiva marcada pelo positivismo e evolucionismo dominantes na segunda metade do século XIX, afinada com a preocupação de exaltação patriótica que em geral orientava a revista.

A geografia, por sua vez, era necessária sobretudo para o entendimento da história, subordinando-se a esta. Quando não voltados para a cartografia e questões de fronteiras, os estudos de cunho geográfico limitavam-se quase sempre à descrição de circunscrições político-administrativas (corografias) ou de aspectos do quadro natural, segundo uma perspectiva que se poderia considerar enciclopédica. Contra esta concepção se insurgiriam os renovadores da disciplina na primeira metade do século XX, como Delgado de Carvalho, referindo-se aos trabalhos geográficos do tipo mencionado - basicamente descritivos - como uma *geografia-nomenclatura*, e não representantes da *geografia-ciência* (CARVALHO, 1927).

Definição de limites, relatos e memórias de viagem, corografias das províncias, descrição dos rios e do litoral, levantamento de latitudes e longitudes, observações meteorológicas, organização de dicionários geográficos e etnográficos: eis alguns dos temas recorrentes levantados por Vlach (1988) visando demonstrar o predomínio da *geografia-nomenclatura* no IHGB. Nesta perspectiva, o homem aparecia como elemento inerte da paisagem, integrando o quadro geográfico a ser desvendado e desmontado pelo estudioso que, através de minucioso trabalho, observa, descreve e classifica.

Com base no que foi discutido até aqui pode-se afirmar que o conhecimento cultivado no IHGB expressava uma proposta bastante

ambiciosa. Um país restava por construir, o que significava estabelecer não apenas seu tamanho, mas sua "grandeza"; caracterizar não apenas o seu povo, mas os fatores que nele definem um sentimento unificador, um "caráter nacional". Havia, enfim, todo um trabalho a ser realizado e várias indicações parecem apontar para a importância de se elaborar, naquele momento, um referencial político e ideológico que complementasse o sentido de *nação* até então utilizado, de fundo étnico-cultural. Trabalhos acadêmicos recentes têm destacado o envolvimento das instituições culturais e científicas neste processo, identificando-as com a busca de um projeto de nação fundamentado tanto na história quanto na geografia do país (GUIMARÃES, 1988; FIGUERÔA, 1992; DOMINGUES, 1996). Nesta perspectiva, a existência e a atuação de uma instituição como o IHGB via-se plenamente justificada.

UM BREVE CONTRAPONTO: A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO

Inicialmente representadas apenas pelo IHGB, com sede no Rio de Janeiro e chancela oficial, as sociedades geográficas foram pouco a pouco se difundindo pelo território nacional, geralmente como seções provinciais do Instituto *nacional*. A diferença de recursos e o isolamento com relação a outros centros de produção científica e cultural do país, no entanto, colocava limites bastante claros para a atuação desses institutos. Mesmo assim alguns deles conseguiram atingir expressão nacional, ao mesmo tempo em que se tornavam importantes centros de articulação do poder local. São exemplos disto o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, fundado em 1862, e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fundado em 1894 (SCHWARCZ, 1993).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seus congêneres imprimiram em seus temas de estudo, conforme já exposto, uma tradição documental, descritiva e classificatória que visava atender a um projeto de construção da *história nacional*. Já no momento da fundação da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro (1883), outro contexto, pretende-se tomar como modelo para o conhecimento outros

referenciais. Neste caso, o que se coloca em primeiro lugar como preocupação é a busca de uma identidade própria para a geografia. Como toda ciência em formação, a geografia necessitava legitimar o seu discurso a partir de um lugar, o que significava objetivamente uma instituição que detivesse o poder de definir o que poderia ou não ser considerado "geográfico". Segundo Perla Zusman, *"toda a tentativa de realizar uma reconstrução do processo de autonomização temática e metodológica da geografia enquanto disciplina através de um levantamento das instituições que se vinculam à produção deste conhecimento, em qualquer que seja o recorte nacional-estatal escolhido, encontra seu primeiro antecedente histórico na formação das sociedades Geográficas"* (ZUSMAN, 1996, p. 3). Vale observar que, no final do século XIX, a geografia já havia se institucionalizado na Europa, conseguindo, assim, forjar minimamente uma identidade disciplinar. No Brasil, os seus "praticantes" - principalmente engenheiros e intelectuais diletantes - viam-se então estimulados a definir espaços institucionais de atuação alternativos aos existentes.

Embora os objetivos e a atuação da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro (SGRJ) não fossem muito diferentes dos definidos pelo IHGB - promover discussões, investigações e explorações por intermédio de sessões, conferências e congressos; manter publicações, arquivos e intercâmbio científico - a nova associação procurava justificar sua própria existência em função do pouco espaço concedido à geografia na instituição mais antiga, a seu ver demasiadamente concentrada nos estudos históricos. Uma nova concepção de ciência geográfica, referenciada nos avanços metodológicos das ciências naturais, estimulava também argumentos em favor do estabelecimento da geografia como um campo autônomo, atuando no sentido de afastá-la não apenas do IHGB, mas da própria história como área "tradicional" do conhecimento.

Outra insatisfação sentida por parte dos fundadores da SGRJ no que se refere à legitimidade dos foros em que se cultivava a geografia no Brasil era dirigida contra a Sociedade de Geografia de Lisboa, que havia instalado uma filial no Rio de Janeiro em 1878. Ainda que a atuação desta Sociedade não fosse contestada em termos de sua contribuição à difusão do conhecimento geográfico, a sua simples presença no Brasil não deixava de ser percebida pelos mentores da SGRJ como um obstáculo ao pleno desenvolvimento no país de uma *geografia* nacional científica, ou seja, de uma geografia moderna desenvolvida por

brasileiros. Tal projeto, por sua vez, não deveria entrar em contradição com a perspectiva cosmopolita que caracterizava o período em questão, o que imprimiria uma marca particular nos projetos e no saber geográfico produzido no âmbito da nova sociedade.

A criação da SGRJ viria a ocorrer num contexto bem diferente daquele da formação do IHGB. Este fora fundado, em primeiro lugar, sob a égide do Império, participando direta ou indiretamente de suas políticas e mantendo fortes relações com a Coroa. A SGRJ, ao contrário, foi criada em um momento de crise do poder imperial, o que significa dizer que as relações com ele estabelecidas foram muito mais tênues, embora o Imperador participasse eventualmente de suas sessões. Fora isto, a origem da SGRJ deve ser entendida dentro de um contexto bem mais amplo. Verificava-se uma expansão da economia capitalista em nível mundial que colocava na ordem do dia a busca de novos territórios; contexto no qual a geografia ganhava um novo significado, como instrumento a serviço dos Estados e dos agentes econômicos do capitalismo. No caso brasileiro, o desenrolar deste processo estava associado a um quadro interno bastante complexo: inserção na economia internacional, abolição da escravidão, grandes ondas de imigração, começo da industrialização, intensificação do processo de urbanização, formação das classes médias etc. Novas perspectivas de construção da nação se colocavam, influenciadas pela idéia europeia de civilização.

Ao que tudo indica, os membros da SGRJ pareciam estar conscientes da importância assumida pela geografia neste momento singular da história mundial, quando se acelerava o movimento de expansão do modo de produção capitalista por todo planeta. Assim, no âmbito da SGRJ, o que toma curso preferencialmente é uma tentativa de gerar um conhecimento geográfico que colaborasse com a integração do Brasil na economia mundial, o que se pensava conseguir através da produção de obras que projetassem o Brasil no exterior, da organização de "exposições geográficas" internacionais e de congressos científicos que pudessem reunir e difundir mais rapidamente as informações relativas ao país. Fora isto, a mudança no sistema político, com o advento da República, conferia novo *status* à questão territorial, que assumia importância vital para a manutenção da unidade política em um momento em que outros laços se fragilizavam. Neste quadro, o Estado buscava conseguir um domínio mais efetivo sobre o pretendido território

de dominação, esforçando-se em consolidar mais efetivamente o controle sobre as fronteiras e sobre o interior do país através de expedições exploradoras, de demarcações de limites e de levantamentos de todo o tipo. (ZUSMAN, 1996, p. 115). Tais empreendimentos mereceram também grande atenção por parte da Sociedade, tendo constituído tema constante de suas publicações e discussões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPEL, Horacio (1977). "Institucionalización de la Geografía y estrategias de la comunidad científica de los geógrafos" in **Geo-crítica 8-9**. Universidad de Barcelona.
- _____ (1981). **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea**. Barcelona, Barcanova.
- CARVALHO, Carlos Delgado (1927). "Geografia - Ciência da Natureza", in **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro Tomo XXXI**. Rio de Janeiro, SGRJ.
- FIGUERÔA, Sílvia F. de Mendonça (1992). **Ciência na Busca do Eldorado: a institucionalização das ciências geológicas no Brasil, 1808-1907**. Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de História, USP.
- GUIMARÃES, Manuel Salgado (1988). "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma **História nacional**" in **Estudos Históricos vol. I na I**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.
- PEREIRA, Sergio Nunes (1997). **Geografias. Caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Departamento de Geografia, USP.
- SCHWARCZ, Lília (1993). **O espetáculo das raças**. São Paulo, Companhia das Letras.
- VLACH, Vânia (1988). **A propósito do ensino de Geografia: em questão, o nacionalismo patriótico**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Departamento de Geografia, USP.
- ZUSMAN, Perla B. (1996). **Sociedades Geográficas na promoção do saber a respeito do território: estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Departamento de Geografia, USP.

REPERCUSSÕES DO 15 DE NOVEMBRO

Arthur VIRMOND e
Supply de LACERDA

Bem conhecida é a ação dos positivistas brasileiros no advento em nosso país do regime republicano e em sua organização inicial, tema que nos últimos anos vem merecendo a atenção de alguns autores em contribuições reveladoras.

Totalmente ignota porém é a repercussão do 15 de novembro nos meios positivistas estrangeiros, de que dous prontamente manifestaram-se perante o novel governo e de que outros ao evento referiram-se em suas atividades internas. Que manifestações foram essas e emitidas por quem é o que apuraremos a seguir.

Consistiu a primeira delas na mensagem enviada pela Sociedade Positivista de Estocolmo ao governo provisório, em 24 de novembro de 1889, subscrita pelo médico Anton Nystrom, daquele grêmio diretor e fundador em 1880.

Incansável divulgador do sistema de A. Comte, fundara o dr. Nystrom também o Instituto Operário, destinado ao ensino científico em moldes positivistas, iniciativa recompensada com pleno êxito, traduzido pela cifra de 2.820 conferências oferecidas em sua década inicial de existência, sob um público de entre 500 e 1000 ouvintes por sessão.

No ano de 1880 editou o esculápio sueco em seis volumes ilustrados, uma portentosa História Geral da Civilização, prestigiada com o número notável de 4 miríades de assinantes. No ano precedente publicara em 486 páginas uma exposição geral do Positivismo, dedicada a Pedro Laffitte, a quem reconhecia como sucessor de A. Comte.

Pugnaz polemista, incendiou a opinião pública de seu país em torno da laicização do Estado, da supressão da faculdade de Teologia e de medidas congêneres.

A mensagem que expediu apresentava-se como segue:

"REPÚBLICA OCIDENTAL

Humanidade

Ordem e Progresso

Estocolmo, 24 de novembro de 1889.

A Sociedade positivista de Estocolmo tem a honra de dirigir ao Governo esclarecido na nova República a expressão de seu profundo respeito e suas sinceras felicitações pela justa revolução que vem fechar a fase monárquica da independência do Brasil.

Toda a Suécia democrática acolheu a grande nova com a mais viva simpatia, e admirou a atividade firme e resoluta dos que, como os membros do Governo provisório, tomaram a iniciativa de emancipar seu país das formas velhas de governo e de subtrai-lo à influência funesta do clericalismo na alta sociedade.

A Sociedade positivista constata com satisfação a feliz influência que teve o Positivismo sobre o desenvolvimento da nação brasileira, e ela deseja bem sinceramente que esta grande doutrina possa, de uma maneira de mais em mais eficaz, secundar o surto de uma civilização plenamente científica e humana no Brasil.

Possam os obstáculos que o Governo encontrará em sua obra regeneradora e talvez defensiva, ser superadas pela sabedoria que dirigiu seus primeiros atos, afim de que ele possa oferecer ao mundo um novo exemplo da aptidão das Repúblicas modernas a cultivar as grandes idéias da Humanidade e a satisfazer as condições da Ordem ao mesmo tempo que às do Progresso.

Viva a República Brasileira!

Pela Sociedade Positivista de Estocolmo:

Seu Diretor,
 Antom NYSTROM,
 Doutor em Medicina".

Três semanas volvidas, alguns positivistas parisienses (em número superior a 39) sob respectivamente proposta e redação de seus correligionários Vaillant e Emilio Corra, dirigiram esta mensagem a Benjamin Constant, Ministro da Guerra da insipiente república:

"Os republicanos positivistas de Paris, felizes por saberem de maneira definitiva a proclamação e a constituição da República no Brasil com a divisa sistemática Ordem e Progresso adotada pelo novo governo.

Enviam aos republicanos do Brasil e em particular ao Governo provisório que tão pacificamente e com uma tão grande elevação de espírito e de caráter operaram a modificação das instituições políticas deste país, a expressão de suas calorosas simpatias e de seus votos os mais cordiais pela consolidação de seu triunfo.

Paris, 13 de Bichat de 101 (15 de dezembro de 1889)".

No subseqüente ano de 1890, a Revista Ocidental, órgão de divulgação positivista editada sob a direção de Pedro Laffitte em Paris, estampou três apreciações concernentes à inovação política em tela, das quais a primeira devida ao próprio diretor do periódico, em artigo de abertura.

Discípulo, senão predileto de A. Comte, foi Laffitte o que com o filósofo mais privou, de todos o que mais assiduamente o freqüentou e que o sucedeu na condução do movimento positivista francês e destarte, mundial em certa medida, e que enriqueceu desenvolvendo solidamente a doutrina em inúmeros livros que (mesmo hoje) lêem-se com proveito.

Em sua análise do 15 de novembro, pondera: nele "não houve de verdadeiramente imprevisto senão a data do acontecimento". "É evidente, prossegue, que o império brasileiro era uma anomalia no sistema político próprio ao conjunto da América, onde o regime republicano impõe-se necessariamente nas populações cujas tradições

essenciais são indiretas e provém do Ocidente, e cujas tradições que lhes são pessoais não emanam em nada das condições que fizeram a realeza oportuna em o Ocidente... A República era então inevitável no Brasil. Parece bem certo contudo que seu momento foi avançado pelo caráter retrógrado que tomava o poder imperial em apoiando-se sobre o elemento teológico."

Não podendo "senão aprovar" o evento, julga-o "profundamente orgânico", caracterizado "antes como evolução do que como revolução", que creditou ao "bom senso da população brasileira", bem assim à "penetração do positivismo e do espírito positivo naqueles que tão afortunadamente cumpriram esta grande transformação", aludindo a Benjamin Constant, cujo papel aquilata: "... ele inspirou-se no verdadeiro espírito científico de que o Positivismo é a expressão suprema". E completa: "Como homem de Estado filósofo, ele compreendeu o que havia de aplicável na grande doutrina renovadora..."

Embora sem pretender o articulista "absolutamente que a revolução brasileira seja uma revolução puramente positivista", reconhece a manifestação evidente do espírito positivo em alguns de quantos protagonizaram-na.

Formula em seguida votos por uma ação política moderada e firme, lembrando aos novéis governantes "que a dominação dos homens de Estado verdadeiramente emancipados (da teologia e da metafísica. N. A.) é a condição verdadeira de toda liberdade".

Ao de Laffite segue-se o artigo de João Eugênio Robinet, médico e, à exemplo daquele, um dos executores testamentários de Comte.

Intitulado "O Estados Unidos do Brasil" reputava o governo monárquico "por assim dizer estranho ao país", "suportado antes que aceito" pela massa da população, "o que é provado pelos movimentos de oposição" subseqüentes a 1822.

Considerava o imperador deposto como sujeito "a influência crescente" de seu genro, o Conde d'Eu, que ao governo imprimiu "um caráter de mais em mais retrógrado e intriguista". Julga a seguir o próprio Pedro II, em que vislumbrava duas faces: uma, "para exportação", representava-o como "o mais justo e o mais esclarecido dos homens, o

mais indulgente e o mais liberal dos soberanos". A outra revelava um rei "caturra e finório", empenhado em "transformar em monarquia absoluta seu poder constitucional".

Frisando o anti-abolicionismo do regime extinto, verbera o escravismo negro antes de saudar o novo governo, cujos mentores haviam obtido seus "desideratos fundamentais": "autonomia nacional, abolição da escravidão, instituição da república". Encerra seu artigo exprimindo "altamente o voto de vê-la (a república brasileira. N. A.) em breve reconhecida" pelo governo francês, igualmente republicano.

Também na Inglaterra abordou-se o evento, referido no discurso de 1º de janeiro de 1890, por ocasião da Festa da Humanidade, oficiada em Londres por Frederico Harrison, jurisconsulto de larga colaboração em variegadas revistas em matéria filosófica e secretário perpétuo do Partido Laboral.

Entendia ele "ainda muito obscuras" as circunstâncias sobre as quais verificara-se o destronamento, para sobre ele permitir-se um "julgamento seguro e ainda menos prever o futuro do país". Ressalta o cariz pacífico da transformação, em desfavor do que qualificou "uma dinastia popular e progressiva", conquanto em termos algo diversos considerasse o regime em si, em passo cuja transcrição é merecida: "Dom Pedro, diz-se, era um soberano constitucional ideal, respeitado, honrado e amado por todos; sua herdeira era, ao que se conta, uma mulher de alta moralidade e de grande energia, que não temia arriscar o futuro de sua dinastia, em cumprindo o grande ato da abolição da escravidão. Se isto for verdadeiro, nada nos impede de associarmos-nos aos testemunhos de simpatia pessoal que acompanharam os membros da família real em sua queda trágica, protestando contudo contra as invectivas furiosas que seus cortesãos dirigiram aos homens que os destronaram. Mas que lição é preciso tirar deste acontecimento? Esta: a de que o império era um anacronismo e um cerimonial; um resto interessante de representação histórica, que a menor corrente de opinião pública bastou para lançar ao Atlântico... O devotamento à pessoa do Imperador, a popularidade aparente da dinastia pesaram menos que poeira na balança. A monarquia, enquanto instituição, estava ressecada em sua raiz".

No mesmo 1º de janeiro e em igual ensejo, diria o dr. Nystrom por seu turno em Estocolmo, referindo-se a Benjamin Constant: "... foi ele quem insistiu pela abolição da monarquia, quando o Sr. Fonseca estava a princípio disposto a contentar-se com uma simples mudança de ministério. Esta revolução ensina-nos além disso que a marcha normal das sociedades não saberia ser detida pelo mais belo caráter de monarca, não mais que por suas tendências liberais, e que o clericalismo pode causar os piores estragos para os próprios príncipes." Foi observação rica em sugestões...

"MARTINS FONTES: ESTUDANTE NO RIO DE JANEIRO - ASPECTOS INÉDITOS"

Rui CALISTO*

No início deste século o jovem José Martins Fontes matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, seguindo vocação própria e talento absoluto na "Arte de Curar".

Estudou Química Médica com Tibúrcio Valeriano Pecegueiro do Amaral; História Natural Médica com Antônio Teixeira do Nascimento Bittencourt; Anatomia Descritiva com Ernesto de Freitas Crissiúma; Histologia com Raul Leitão da Cunha; Fisiologia com Antônio Rodrigues Lima; Matéria Médica, Farmacologia e Arte de Formular com Antônio Maria Teixeira; Bacteriologia com Antônio Dias de Barros; Patologia Cirúrgica com Pedro Severiano de Magalhães; Anatomia Médico-Cirúrgica com Augusto Braut Paes Leme; Operações e Aparelhos com Domingos de Góes e Vasconcelos; Patologia Médica com Pedro de Almeida Magalhães; Anatomia e Fisiologia Patológicas com Cypriano de Souza Freitas; Terapêutica com Henrique Ladisláu de Souza Lopes; Obstetrícia com Luís da Cunha Feijó Júnior; Medicina Legal e Toxicologia com Ernesto do Nascimento Silva; Higiene com Benjamin Antônio da Rocha Faria; 2º Cadeira de Clínica Cirúrgica com João da Costa Lima e Castro; Clínica Dermatológica e Sifiligráfica com Luiz da Costa Chaves Faria; Clínica Propedêutica com Miguel de Oliveira Couto; 1º Cadeira de Clínica Cirúrgica com Marcos Bezerra Cavalcanti; Clínica Obstétrica e Ginecológica com Érico Marinho da Gama Coelho; Clínica Oftalmológica com José Antônio de Abreu Filho; 2º Cadeira de Clínica Médica com Antônio Augusto de Azevedo Sodré; Clínica Psiquiátrica e de

(*) Presidente do Instituto Cultural e Humanístico "José Martins Fontes", de Santos.

Moléstias Nervosas com João Carlos Teixeira Brandão; Clínica Pediátrica com Cândido Barata Ribeiro; 1ª Cadeira de Clínica Médica com Nuno de Andrade; teve ainda como professores substitutos em várias cadeiras os Drs. Luiz Antônio da Silva Santos; Oscar Frederico de Souza; Julio Afrânio Peixoto; Francisco de Paula Valadares; Miguel da Silva Pereira; Antônio Sattamini; Augusto de Souza Brandão Francisco Simões Correa; Fernando Terra e Márcio Filafiano Nery.

Na Faculdade,

"...impôs-se logo pela simpatia que irradiava, pela naturalidade de maneiras, pela atração que exercia, pelo brilho e pela atmosfera espiritual que a sua presença criara. Discorria com facilidade, fluentemente, como se fizesse uma exposição; suas palavras inspiravam confiança, entusiasmavam pela riqueza de idéias e beleza de expressões...

...foi um estudante notável...

...Oscar de Souza, nosso professor de Fisiologia, figura das mais destacadas da Faculdade...

...fazia, por coincidência, anos num dia de aula. **Nós acreditávamos**, por isso mesmo, que êle não comparecesse à Escola. Puro engano. Na hora do costume, lá estava o mestre, de fisionomia risonha e ar satisfeito, para **deliciar-nos** com uma preleção que tomava, geralmente, a significação de uma conferência literária. Fontes levantou-se. Sala repleta de curiosos, colegas de ano e de outras séries do curso e, com voz firme, clara, quase musical e dicção impecável, fêz durante uns dez minutos o panegírico do professor tanto estimado. Foi um sucesso. A assistência tôda vibrou de entusiasmo, não acreditava que o orador fosse capaz de tanto. Oscar de Souza, êle próprio, sob o efeito de uma profunda emoção, só pode articular, num forte abraço, estas duas palavras de agradecimento às felicitações recebidas: "muito obrigado!".

Fontes recebeu, nesse dia, uma real consagração dos companheiros da Escola; sua reputação estava feita. Daí por diante o seu prestígio cresceu vertiginosamente.

Não havia decisão a tomar, homenagem a ser prestada, data a ser comemorada sem que Fontes estivesse presente e uma parte ativa nelas tomasse. Sem Fontes ser ouvido nada se fazia e, com Fontes, só se fazia o que êle muito bem sugeria pois que, para **nós**, êle era um líder uma força e uma solução...

...Em 1908 realizou-se em Montevidéu o 1º Congresso Internacional de Estudantes Americanos. O Brasil fez-se representar por uma Comissão de 21 membros vindos da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul...

...Um Congresso de Estudantes nada tem de extraordinário. São alunos de cursos universitários que viajam para um país amigo na ânsia de conhecer terras estranhas, estreitar relações e contribuir desde cedo para o intercâmbio cultural e científico entre as nações do Continente. Para isso, uma coisa se torna indispensável: boas intenções, um plano bem traçado previamente e elementos que saibam representar condignamente e brilhantemente o país de origem a que pertencem. O Brasil foi excepcional nessa emergência e muito ganhou na consideração e no conceito de todo o Congresso. Pudera! **Tinhamos** como oradores as figuras mais destacadas da Comissão: Martins Fontes e Maurício de Lacerda...

...Não houve sessão oficial, jantar ou banquete de conagraçamento, simples reunião social ou fortuita de congressistas e amigos sem que uma voz decidida e imperativa reclamasse aos berros: "Que hable Fontes! Que hable Lacerda!"¹

Devo neste instante, lembrar as palavras do Dr. Luciano Gualberto colega de Martins Fontes na Faculdade:

"...Sentado à minha esquerda, dentro do terno de linho branco, impecável, enorme rosa vermelha à lapela, chapéu de palha sôbre os joelhos, raspado, empoado, verdadeiramente apolíneo, um moça, vendendo saúde e alegria, parecia estar longe daquele hidrogênio, na plenitude de um sonho..."²

Foram anos de dedicação e estudo aos ensinamentos dos Mestres a que anteriormente me referi, mergulhando também com afinco em matérias como: Biologia, Sociologia, Psicologia, desenvolvendo com isso uma completa visão da Clínica Médica.

Nos dias em que era possível, ao final de tarde, reunia-se com os amigos na Confeitaria Colombo. E que amigos!

⁽¹⁾ Líbero, Nelson. **Yéyé, Martins Fontes na intimidade**. 1º ed. São Paulo, São Paulo Editors, (1963), p.16-23.

⁽²⁾ Penteado, Jacob. **Martins Fontes uma Alma Livre**. 1º ed. São Paulo, Liv. Martins Ed., (1968), p. 30.

"...o Rio de Janeiro era ainda uma cidade em transição: e, segundo a fórmula lançada por Figueiredo Pimentel - civilizava-se.

A cidade, ruas coloniais do tempo do brigadeiro Onça, com presídios do tempo do "Cortiço", de Aluizio Azevedo. Transformava-se nos costumes e nas fachadas. A rua do Ouvidor era ainda a "gran via" do **parnasianismo** que se reunia, às quatro horas da tarde, em volta do mármore de uma mesa redonda da "Confeitaria Colombo". Bilac, o chefe dessa caravana brilhante, pontificava; Emilio de Menezes, fungando atrás dos bigodes, soltava de vez em quando um trocadilho célebre, que corria imediatamente ao Flamengo e que era logo fígado pelo Raul Pederneiras, caça-trapos de todas as piadas; Coelho Netto dava à luz o se 45º volume e Bastos Tigre emborcava com método, das quatro horas em diante, na 'Colombo", o seu 43.000 chopp duplo...

Foi a época das inovações; criaram-se os sorvetes de côres e **novas elegâncias**. Senhoras elegantes, espartilhadas á "droit devant", espanejavam as imensas plumas de seus imensos chapéus sobre as mesas de chá das cinco, **no Lallet**; João do Rio, de óculos esfumados, por causa da luz forte da Guanabara, passeava o seu fraque de brim **através dos bastidores do Recreio**; Figueiredo Pimentel, com a sua extraordinária flôr multipetalada na botoeira do jaquetão talhado pelo Raunier fazia na quinta coluna da 'Gazeta de Notícias", o "Binóculo", rol de roupas das elegâncias do tempo. Sob o sol de Novembro, já as picaretas do Prefeito Passos cantavam na terra dura, demolindo os velhos sobradões azulejados do tempo do Sr. D. João VI, surgindo em seu lugar o branco e o rosa dos novos prédios da Avenida Central.

Asfaltavam-se as primeiras ruas, rolam os primeiros pneumáticos **das primeiras Panhards** e funda-se a famosa revista "Kosmos"..."³

E o jovem Martins Fontes lá está, envolvido com estudos, estágios e diversão nas horas vagas.

"...Seis meses depois Fontes era um dos nomes mais conhecidos do Rio.

(3) Amaral, Edmundo. **Martins Fontes**. In.: **In Memoriam Martins Fontes**. 1ª ed. São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, (1938), p. 65-66.

Bilac, o comedido Bilac, entusiasmado, considerava-o o seu discípulo querido; o artista de "Inverno em Flôr" profetizava por toda a parte o advento de um grande Poeta, e toda a mocidade dourada que fazia ponto na porta do Cavé e do Paschoal, toda a literatura nacional que escorava a porta do Garnier, às cinco da tarde, proclamava as frases do Fontes, as idéias do Fontes, as anedotas do Fontes.

Foi a fase azul e outro de sua esplêndida mocidade. Guanabara, no verde tropical do Oceano, do verde e da luz, era bem o cenário radioso para inspiração desse panteísta lírico. As tardes côr de cobre, iluminando a massa verde-escura das palmeiras imperiais, as noites brancas de luar branqueando praias e ilhas, que boiavam como tufo de folhagem na baía azul, toda essa festa iluminada e colorida que é a paisagem carioca, deslumbra e envolve o Poeta...⁴

Martins Fontes era pontual, ordeiro, esforçado, cuidadoso com os afazeres nas repúblicas em que morou. Preocupado com os amigos que conquistou; e foram muitos; dedicado aos colegas da Faculdade, que diziam entre si: "...podemos acertar nossos relógios pelo ritmo de vida de Martins Fontes...".

Poucos sabem que Martins Fontes, enquanto estudante, fora estagiário em várias Instituições médicas do Rio de Janeiro, uma delas, o: "Hospício Nacional de Alienados".

Estavam,

...no quadriênio áureo do benemérito governo Rodrigues Alves...

...na Saúde Pública, Oswaldo Cruz coberto de glórias, realizara o prodígio de extinguir a febre amarela. A capital do Brasil transformava-se rapidamente..."⁵

Juliano Moreira, indicado por Seabra, na época na Pasta da Justiça, para assumir a direção do Hospício...

...ampliou os serviços, modernizou os métodos de assistência psiquiátrica, de acordo com as idéias do Prof. Emílio Kraepelin...

(4) Amaral, Edmundo. Martins Fontes. In.: In Memoriam Martins Fontes. 1ª ed. São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, (1938), p. 67-68.

(5) Almeida, Dr. Waldemar de. Recordações do Poeta Martins Fontes. 1ª ed. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio - Rodrigues & Cia, (1949), p. 3.

...fundou bibliotecas, criou oficinas, museus, laboratórios, serviços cirúrgicos e oftalmológicos, reuniu um grupo selêto de alienistas, divulgando pelo mundo seus arquivos especializados, impressos em oficinas próprias, tornando o frenocômio um centro brilhante de estudos e pesquisas. O Instituto de Manguinhos e o Hospício Nacional rivalizavam, à porfia, para evidenciar nos centros médicos sua oporosidade e contribuição científica.

O grande esforço despendido por Juliano Moreira teve de ser interrompido por grave doença. A obra foi continuada por Afrânio Peixoto, psiquiatra de renome que se revelou grande administrador, terminando a reforma encetada. E o manicômio floresceu, dando frutos admiráveis.

Naquele tempo o Hospício tinha como auxiliares dos médicos quatro internos efetivos, por concurso, quatro extra-numerários e um assistente do Laboratório Anátomo-Patológico. Eram cargos que os acadêmicos de medicina disputavam pelo elevado conceito daquele meio cultural, muito ambicionados pelas vantagens que usufruíam: residência, alimentação de primeira ordem, farmácia, um vasto campo de aprendizagem experimental. O título de interno do Hospício valorizava o estudante, era uma honraria, uma recomendação para a vida prática.

Além disso, o ambiente científico facilitava a feitura das teses inaugurais que quase sempre eram premiadas com nota distinta na Faculdade. Dalí saíram muitos psiquiatras, neurologistas, etc., que foram prestar concurso para catedráticos na Faculdade de Medicina, ou dirigir serviços estaduais...

...Era natural que o estudante Martins Fontes tivesse sua atenção voltada para aquele meio superior...

...Aquela fgura singular, radiante de mocidade e de beleza espiritual parecia um paradoxo, pois a dois passos dali nas enfermarias, dezenas de criaturas envoltas nas sombras da insânia, agonizavam ou ansiavam irrequietas.

Pouca gente de outr'ora e de hoje sabe nas rodas literárias e médicas que José Martins Fontes fôra interno do Hospício Nacional...

...Se não quis ser psiquiatra, cumpriu entretanto com as obrigações da velha casa: assiduidade ao serviço na Seção Esquirol, nos

plantões de dia, distinção em clínica psiquiátrica dada pelo Prof. Márcio Nery e nota distinta na defesa da tese inaugural sobre assunto de psicologia: "Do mimetismo em Síntese". Foi assim que ficou assinalada a passagem do Poeta pelo Hospício Nacional como estudante de psiquiatria.

No trato era uma figura excepcional, ruidosa, original. Martins Fontes possuía aquela fôrça mística que é o apanágio dos predestinados. Irradiava inteligência, simpatia e bondade. Tudo nele era espontâneo, sincero, sem afetação. Sua alegria natural fazia parte de seu temperamento, de sua personalidade...

...expansivo, sorridente e vivaz, a palavra rápida, a frase perfeita, concisa, de estilo elegante e pensamento imaginoso. Disputado no meio, admirado pelos companheiros, dominava sempre pelo trato acolhedor, pela sua empregante palestra que no dizer do poeta Galeão Coutinho era "um ofuscante jogo de pedrarias", pontilhada de casos picarescos, de anedotas chistosas, de contos jocosos, de fins imprevistos...

...Ocupava na Casa dos Internos a sala de frente que dava para o pequeno jardim...

...com o avental de Interno passava pela sala de almoço onde saudava cordialmente alguns colegas, atirava algumas piadas e ironias, parava na porta da cozinha cumprimentando alegremente nosso cozinheiro...

...Ia depois ao chuveiro e voltava lépido, trauteando trechos de ópera, sentando-se para almoçar, dando uma prosa aos presentes. Mudava de traje, saindo ligeiro em passo miúdo para o hospício. Era a hora de cumprir obrigações que fazia com correção. De caminho entrava na Sala do Serviço Sanitário onde assinava o ponto com sua letra redonda, muito regular. Dirigia-se à Seção Esquirol chefiada pelo erudito e saudoso Dr. Lúcio de Oliveira, examinava doentes, redigia observações, notas clínicas e receitava. Em casa demorava depois meia hora para se preparar, descendo à cidade impecavelmente trajado, barba rigorosamente escanhoadá, chapéu de palha picareta, de abas largas,

gravata azul, pintalgada de branco, camisa e colarinhos brancos, casaco azul marinho escuro, calça de flanela e borseguins amarelos, sem esquecer o habitual cravo vermelho à lapela..⁶

Lá ia Martins Fontes a caminho da sala de aula na Faculdade de Medicina. Foi aplicado e soberanamente impiedoso no estudo das lides médicas, como também do português, do francês, do latim, do inglês, do espanhol...

"...Possuía o talento sem a vaidade, a força sem a arrogância, a bondade sem a fraqueza..."⁷

Em toda a Faculdade, por todos os anos, tanto os Mestres quanto os alunos, quando queriam apontar algo sobre um colega, logo diziam: "aquele da Turma do Fontes!".

A Turma do Fontes! Assim ficaram conhecidos aqueles estudantes que com ele partilhavam as salas de aula.

Magistral o seu trato clínico, toda a cuidadosa e meticulosa forma em lidar com o paciente era exatamente como se fosse já um médico com décadas de prática; dizia que, embora estagiário e estudante, era um médico a partir do primeiro momento na Faculdade de Medicina; ciente de suas obrigações.

Como nota curiosa: o seu receituário médico em Santos, muitos anos depois, tinha no cabeçalho o seguinte:

"Dr. Martins Fontes

Consultório Médico-Cirúrgico dos Pobres

Consultas Gratuitas"

Ainda na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Martins Fontes estagiou em outras duas Instituições: o Instituto Manguinhos e a Santa Casa de Misericórdia.

"...O Instituto de Manguinhos nasceu no Instituto Soroterápico Federal, repartição municipal criada em 1900 pelo Barão de Pedro Afonso. Médico e cirurgião exímio, êle fôra, entre nós, o introdutor da

⁽⁶⁾ Almeida, Dr. Waldemar de. **Recordações do Poeta Martins Fontes**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio - Rodrigues & Cia, (1949), p. 3-7.

⁽⁷⁾ Silveira, Graco. **Martins Fontes**. In.: In **Memoriam Martins Fontes**. 1ª ed. São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, (1938), p.103.

vacina Jeneriana e do soro andidiftérico; lutara com tenacidade e audácia quase sobre humanas para convencer a opinião pública da necessidade e da eficiência da vacinação que, na época, era taxada de bruxaria ou, pelo menos, de perversidade inútil. Tendo vencido esses primeiros obstáculos contra a ignorância, foi chamado pelo Governo a lutar objetivamente contra a doença, quando do surto de peste bubônica irrompido em 1900; criou, então, o Instituto Soroterápico destinado, inicialmente a preparar vacinas e soros contra a peste. Seleccionador de valores, dentro em pouco o Barão de Pedro Afonso tinha reunido sua equipe de trabalho, integrada pelos Drs. Ismael Rocha, Oswaldo Cruz, Figueiredo de Vasconcelos..."⁸

Foi o Instituto Soroterápico instalado na velha Fazenda de Manguinhos, situada nos subúrbios da Leopoldina. Com o passar dos anos foi construído o edifício em estilo mourisco, que hoje ainda lá está, imponente e suntuoso.

Várias foram as Divisões criadas no Instituto, vejamos algumas: Bacteriologia e Micologia, Vírus; Zoologia Médica; Fisiologia; Química e Farmacologia; Patologia; Estudos das Grandes Endemias; Higiene; Estação de Hidrobiologia; Hórto de Plantas Medicinais...

Foi criada uma excepcional Biblioteca e um Museu Patológico, laboratórios de Química e Seção de Controle; Sala dos Cursos e os Gabinetes de Preparação de Meios de Cultura e Esterilização; Desenho e Fotografia...

Oswaldo Cruz, em particular, de vez em quando chamava até sua presença o jovem Martins Fontes, para alí junto a si, inteira-lo do trabalho desenvolvido no Instituto de Manguinhos; e também para preparar a sua mente em direção a um possível cargo importante na História da Medicina do Brasil. O que de fato aconteceu quando, alguns anos depois, Oswaldo Cruz o nomeou: Médico-Responsável pela Comissão de Obras do Alto Acre, chefiada pelo engenheiro Antônio Manuel Bueno de Andrada.

Sabia Oswaldo Cruz que Martins Fontes, embora ainda estudante, tinha

⁽⁸⁾ Instituto Oswaldo Cruz. Arquivos, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 1, p. 85, Janeiro-Fevereiro de 1947.

"...A necessidade de conhecer, a que os elementos anímicos de sua inteligência e de sua sensibilidade emprestaram tons amenos de nobreza, nêle em tal maneira se fixou, que não lhe foi possível suprimi-la do quadro de suas precisões vitais essenciais... Bem no espírito inflamado guardava a exclamação de Nietzsche contida no "Epistolário": "de todas as alegrias que descobri, a que eu menos quizera perder é a alegria do conhecimento!"

De estatura mediana, referto e inteiriço, olhos inquietos, pequenos e vivos, lábios enflorados por um sorriso irônico, braços sempre abertos para acolher - servia-o, como tônica mental, uma dialética de inspiração hegeliana, em que se desenvolvia a idéia por seu conteúdo de movimento: uma dialética fundamentalmente idealista aplicada à natureza das determinações do entendimento das coisas e, de maneira geral, de todo finito. Sobre isso, valia-lhe um talento de persuadir pela expressão natural do falar, a que jamais faltou a convincente entonação fisionômica. Fruía de uma eloquência espontânea. O pensamento, entesourado de poderosas associações, era reflexivo e conceitual, e o verbo a acompanhar a desenvolução ideológica, vinha, fresco e revicado..."⁹

O que em muito chamou a atenção de Oswaldo Cruz em direção a Martins Fontes foi a dedicação com que o mesmo tratava os doentes, com uma forma individual, e um padrão elevado. Percebeu então, que aquela alma,

...Através de um apostolado que ensina, segundo Adler, a crer que a sobrevivência da humanidade está inseparavelmente ligada a ser bom..."¹⁰ era na forma mais pura da existência, o médico sensível, caprichoso e cuidadoso que um enfermo quer ter a seu lado na hora cruel do sofrimento humano."

Na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, as vicissitudes do ensino médico brasileiro sobrepuseram-se à História, ali estagiaram e foram Efetivos do quadro clínico alguns dos melhores entre os maiores de nossos médicos.

⁽⁹⁾ Silva, Hugo Santos. **Martins Fontes, tão simples e tão grande!** In.: **Duas Conferências**. 1.ª ed. Santos, Tipografia da Santa Casa, (1967), p.10

⁽¹⁰⁾ Silva, Hugo Santos. **Martins Fontes, tão simples e tão grande!** In.: **Duas Conferências**. 1.ª ed. Santos, Tipografia da Santa Casa, (1967), p.11.

"...Na Grécia antiga os médicos ensinavam a sua arte no **iatrum**, descrito sob o nome de Oficina Médica no 1º livro de Hipócrates. Construído na frente das ruas, com amplas portas por onde penetra bem a luz, era aí que os discípulos aprendiam em longas preleções e à cabeceira dos pacientes que sete doenças podiam atacar o fígado, doze a bexiga e quatro os rins. Gorgias, conta-nos Platão, era assíduo frequentador dessas oficinas. Foi só muitos séculos depois que elas se fundiram, sublimando nas célebres Escolas de Cós e da Cnídia, de onde se espalharam pelo pequeno mundo conhecido daquele tempo os profissionais e mestres na arte de curar.

É sabido que Roma, no seu período bárbaro, pretendendo conquistar o mundo, foi na verdade conquistada. A Hellade, vencida e subversa, transfundiu no algoz a sua seiva vivificante e de terras selvagens fez a Roma de Augusto, que, invadida pelas letras, pelas ciências, pelas artes, acabou subjugada pela força irremovível da civilização. Foi assim que durante muitos séculos a medicina só foi exercida em Roma pelos gregos; os seus naturais não inspiravam a maior estima e quando se queriam acreditar, acomodavam-se em um mimetismo literário; escrevendo os seus trabalhos em grego e quem sabe se helenizando o próprio nome.

Quando foi da expulsão dos estrangeiros, só os médicos deixaram-se ficar tranquilamente, amparados nos braços dos nobres e do povo, que os apelidavam: os senhores da vida e da morte, **imperatores vita necisque**; e tão superiores eram ao seu meio que o satírico Juvenal, diminuído, não querendo dizer que os gregos desciam do céu, assegurava que ao menos a ele subiam.

Eles transportaram para Roma os **iatrions**, a que batizaram de **Medicinae** ou **Medicatrinae**, albergados de empréstimo aqui e ali, nos ginásios, no templo da Paz, na biblioteca palatina, até que, sob Augusto, foi edificada sobre o Esquilino a primeira **Scola Mediculorum...**"¹¹

Séculos depois, na cidade do Rio de Janeiro,

"...no vetusto e venerável Recolhimento das Orfãs na Praia de Santa Luzia, **já os mestres daquele tempo**, alguns com as cabeças alvejadas

⁽¹¹⁾ Couto, Miguel. **As Alocações do Presidente da Academia de Medicina**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Tipografia Besnard Frères, (1923), p. 25-26.

pelas brancas, repetiam a súplica, ouvida dos seus velhos professores, de um abrigo austero e digno para o estudo da arte de curar; e esta espécie de herança se transmitia intacta de geração em geração...

De vez em quando as vozes se alteavam, implorativas ou imprecatórias, mas ali mesmo morriam sem éco, qual, no verso de Goethe, as águas que o navio fende e para logo se nivela...¹²

Tendo a necessidade em receber estagiários, o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, acolhia de braços abertos, os estudantes que lhes eram enviados pela Faculdade de Medicina.

Em suas enfermarias, ocupou-se Martins Fontes a seguir o trato carinhoso e eficaz que vinha conduzindo os estudos, realizando também ali um trabalho louvado pelos mais experientes.

...Podendo com a sua cultura, levar-se ao posto de general no exercício dos esculápios, só lhe abrindo as portas do consultório o cartão de consulta paga prévia e largamente, não o quiz. Desceu até a turba, acolhendo a onda incabável dos sofredores. Porque a verdade é que não pode haver medicina sem bondade. A ciência pura é de extrema insuficiência. Quando o médico tem diante dos olhos um destes terríveis episódios do drama humano, a ciência se lhe torna precária e inútil. A bondade, sim, a bondade é que lhe vem tomar o lugar, expandindo-se em mil formas de ternura, na promessa enganosa, no gesto animador, na suavidade que minora e aplaca mais as dores que as picadas de morfina. Não existe, não existirá jamais grande médico que não traga uma resplendente auréola de bondade. É Potain na França, "o melhor dos homens e o mais perfeito dos médicos do seu tempo", é Souza Martins em Portugal, "o Santo Apóstolo", é o grande Miguel Couto entre nós.

Em Martins Fontes esta virtude se eleva ao mesmo grau...¹³ transformando seu estágio nas enfermarias do Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro em um culto à nobre arte de curar,

"...O professor **Couto** acha que há duas espécies de bondade, uma que faz o bem com os olhos envolvidos para o Alto e não

(12) Couto, Miguel. **As Alocuções do Presidente da Academia de Medicina**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Tipografia Besnard Frères, (1923), p.149.

(13) Prata, Ranulpho. **Martins Fontes, Médico**. In.: Instituto Cultural e Humanístico "José Martins Fontes", Ano I, nº 1, em preparo.

se esquece de pedir o recibo em todos os selos, para a cobrança dos juros acumulados; a outra que faz o bem pelo bem que logra, porque sente o mal alheio como próprio: a primeira é um negócio, quando muito máu; a segunda é sempre um sofrimento. Ora Martins Fontes não se pode increpar de ter a primeira fôrma de bondade. Quando se desfaz em favores e benefícios, não *visa* a recompensa do Alto, porque não *crê* no Alto, é ateu confesso, e, não compreendendo, como *nós* católicos, o problema da dor, *clama* e *quase blasfema* ante o espetáculo da miséria humana.

A sua bondade é da segunda espécie. Se estende a mão e afaga, é porque sofre também.

O seu tipo moral é feito, assim de bondade e de beleza.

E como Beethoven, o gênio mais sofredor que transitou pelo mundo:

"Je ne reconnais pas d'autre signe de superioité que lá bonté" ...¹⁴

Alí, naquelas enfermarias, Martins Fontes inovou em matéria de assistência social, recebia por isso de todos quantos o rodeavam um carinho estremoso.

Era metódico, acompanhando todos os ensinamentos dos Mestres. Envolvia-se em pormenores, comentava, refletia, discutia. Era bulçioso e irreverente. Diziam os cariocas, que devia-se ao fato de ser jovem, o que discordo, porque na época de seu falecimento, aos cinquenta e três anos de idade, mantinha essas características.

Estudar seus escritos médicos, ou sua poesia, seus contos ou seu teatro é navegar nessa irreverência, nesse temperamento a que os amigos deram o nome de: vulcânico!

Exigia muito de sí mesmo. Era de sua natureza estar sempre insatisfeito. Queria render o máximo em todos os momentos.

Alí naquelas enfermarias nunca se desviou desse pungente anseio, seus colegas e professores o admiravam por isso, chegando alguns ao exagero da idolatria.

⁽¹⁴⁾ Prata, Ranulpho. **Martins Fontes, Médico**. In.: Instituto Cultural e Humanístico "José Martins Fontes", Ano I, Nº 1, em preparo.

Deixou marcas profundas na Cidade do Rio de Janeiro, tanto o artista, quanto o médico.

Um dia, a Faculdade chegou ao fim. Recebeu o diploma, o anel, o aplauso pelo discurso inflamado, a glória. Teve sua primeira obra publicada no ano de 1908, intitulada: "Da Imitação em Síntese"; vendida nos meios acadêmicos e nas livrarias cariocas, esgotou-se em uma semana. Foi para o Acre, lá permanecendo cerca de dois anos; quando retornou ao Rio de Janeiro escandalizou os meios literários e científicos, porque decidira clinicar em Santos, viver junto da família e dos pobres da terra que viviam com menos recursos médicos que os da "Cidade Maravilhosa".

No Rio de Janeiro as tentativas de convence-lo do contrário foram em vão. O Hospício Nacional de Alienados, o Instituto de Manguinhos, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia acenaram-lhe com vantagens e benefícios, convidaram-no a continuar, como médico efetivo, o trabalho excelente que iniciara como estagiário.

Martins Fontes disse adeus, a meu ver, à grande chance de sua vida, de ser comparado a Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e Miguel Couto na Medicina; Machado de Assis, Olavo Bilac e Alberto de Oliveira na literatura.

A História de uma Nação tem início com os grandes feitos de seu povo; e este povo só poderá agigantar-se se compreender o que significa a salvação de sua memória, de sua História, de suas Raízes!

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

MEMORIAL PELA IMIGRAÇÃO JAPONESA

Aluísio AZEVEDO

Quando o Japão, graças à inteligente e enérgica política do ilustre Marquês Ito e do Conde de Inuyê, conseguiu ver consolidada definitivamente a sua restauração imperial ou micadoal, tratou logo, para melhor ocidentalizar o governo do Estado, de alargar as suas relações internacionais até aos mais longínquos países do Ocidente, e solicitou então do Brasil, por duas vezes, um tratado de amizade e comércio, servindo de intermediário na primeira dessas tentativas o Vice-Almirante Artur Jaceguai e da segunda o ex-ministro Colado, ambos encarregados nessa ocasião de uma Embaixada Extra-ordinária perante o governo da China.

Era então o Brasil império; a situação política pertencia ao Partido Liberal e o Gabinete Sinimbu estava no poder.

Ao nosso governo ministerial era simpática a proposta do Micado, como o era igualmente a idéia da imigração chinesa, tanto assim que o Brasil havia enviado aqueles seus embaixadores ao Celeste Império; mas, com a queda do Gabinete Sinimbu, D. Pedro II, a quem sempre repugnaram as relações asiáticas, arredou para o lado o que até aí tão pensosamente fora conseguido e nem se dignou responder sequer às cordiais pretensões do governo japonês.

Nunca mais entre nós se tratou disso, até que um dia, já depois da República, vendo o Brasil que o Japão se punha em real e universal evidência com a brilhante vitória alcançada sobre a China, logo lhe propôs entrar com ele em relações internacionais, e, tendo o glorioso Império do Extremo Oriente accedido, sem a menor sombra de ressentimento, à

proposta que lhe dirigimos, resolveu o nosso governo, por decreto nº 2495, de 14 de abril de 1897, criar e estabelecer em Tóquio, capital do Japão, uma Legação composta de um Ministro Plenipotenciário, um Primeiro Secretário e três Segundos, percebendo o Ministro trinta contos de réis anuais, o Primeiro Secretário oito e os outros Segundos seis; e mais, na cidade de Yokohama, estabelecer um Consulado Geral, um Vice-Cônsul, um Chanceler e ainda um auxiliar que não chegou a ser nomeado, percebendo o Cônsul quinze contos de réis anuais, e o Vice-Cônsul e o Chanceler cinco cada um.

O decreto nº 2494, da mesma data, abria o crédito de duzentos contos de réis para as novas despesas dessa alta representação.

Depois, por decreto nº 2786, de 5 de janeiro de 1898, reduziu o governo, segundo as determinações das Câmaras, o Consulado Geral em Yokohama em Consulado Simples e criou um novo Consulado Simples em Kobe, extinguindo os lugares de Vice-Cônsul e de Chanceler, como também os dos três Segundos Secretários, e reduzindo os vencimentos do Ministro a vinte e quatro contos, os do Primeiro Secretário a seis e os dos Cônsules a oito. Mas, o então Ministro das Relações Exteriores, Sr. General Dionísio de Cerqueira, compreendendo a necessidade de conservar pelo menos um auxiliar em cada consulado, fez nomear Vice-Cônsul honorário ao Vice-Cônsul e ao Chanceler, passando este último a ir servir ao lado do Cônsul em Kobe, e deu ordem ao delegado do Tesouro Nacional em Londres que lhes pagasse, a título de gratificação, pela verba "Extraordinários do Exterior", quatro contos de réis anuais a cada um.

A designação das duas novas sedes dos consulados no Japão foi justificada pela Lei Orçamentária nº 490, de 16 de dezembro de 1897 que estabelecia dous consulados simples naquele Império, votando-se a respectiva verba.

Afinal, por decreto nº 560, de 31 de dezembro de 1898, o governo, suprimindo de súbito as respectivas verbas, resolveu simultaneamente suprimir a Legação e os Consulados no Japão, sem dar ao governo japonês a menor explicação desse inesperado ato.

Entretanto, durante a efêmera duração desses cargos brasileiros no Japão, o nosso respectivo Ministro Plenipotenciário, Henrique Lisboa, havia lançado com mão de mestre no comércio japonês a semente de relações que, mais cedo ou mais tarde, teriam que germinar, florescer e frutificar, como igualmente se não descuidara um instante de encaminhar os interesses

da emigração japonesa para o Brasil: de sorte que, enquanto o nosso governo fulminava daqui a Legação e os Consulados, lá em Tóquio, em Iocoama e em Kobe, acudiam já os primeiros negociantes, nacionais como estrangeiros estabelecidos nos *settlements*, a reclamar do Ministro e dos Cônsules informações do modo pelo qual deviam enviar ao Brasil as amostras dos produtos industriais japoneses e receber as dos nossos produtos agrícolas.

Em tal conjuntura, o Ministro Lisboa, para não deixar o comércio japonês privado de trocar relações com o nosso por falta de uma autoridade brasileira que lhe visasse os conhecimentos e as faturas, e, calculando ainda que a imigração japonesa para o Brasil poderia, no pé em que se achavam as cousas, começar a efetuar-se de um momento para outro, resolveu o que lhe restava fazer de mais conveniente em semelhante dificuldade, isto é, pedir ao nosso governo que nomeasse no Japão ao menos um Cônsul honorário que se encarregasse de tratar daqueles interesses. O governo atendeu à justíssima reclamação e, ainda por indicação do mesmo Ministro Lisboa, nomeou Cônsul honorário do Brasil em Yokohama a súdito alemão Sr. Guilman, negociante que já tinha a seu cargo o Consulado da República do Equador.

Convém notar que os principais Estados da América do Sul, como da Central e do Norte, como igualmente os grandes e pequenos países da Europa e do Oriente, mantêm no Japão, como tentou fazer o Brasil, legações ou consulados encarregados de negócios. Só o Brasil e a República do Equador são hoje representados lá por estrangeiros.

O pensamento do Ministro Henrique Lisboa, confiando nas vantagens do comércio entre o Brasil e o Japão, apresentadas oficialmente ao nosso governo, baseiam-se em dados de ordem positiva. Apesar da grande distância que separa os dous Estados, não se poderia desejar melhor campo de expansão para certos produtos brasileiros do que o vastíssimo mercado japonês. A capital do Japão, Tóquio, é em extensão maior que Paris e tem uma população igual a de Londres. O açúcar, a aguardente, o café, o tabaco e a borracha, fornecidos pela América do Norte ou por intermédio dela, são cotados a preços por tal modo elevados que a concorrência seria muito fácil e lucrativa para o Brasil. O açúcar norte-americano, já refinado em pequenos tijolos, custa no Japão de cinco francos para cima o quilo; o café custa o triplo, o tabaco, que

jamais aparece em folha no mercado, mas somente já preparado em charutos, cigarros e pequenos pacotes de cem e quinhentas gramas, é vendido quatro vezes mais caro do que o preço em nossos estanques e a aguardente de cana não tem valor certo, porque está sujeita a alta e baixa conforme a existência no mercado, acontecendo que o seu custo se eleva às vezes ao do whisky, aguardente americana que vale de doze a vinte francos a garrafa no comércio a retalho. A borracha que nos sai do Amazonas por preço relativamente baixo, é vendida a alto preço pela Inglaterra e pela América do Norte.

No Japão, onde não existem canaviais, ainda não há refinações de açúcar, porque está claro não convém ao comércio norte-americano que elas existam; o açúcar de Pernambuco ou de Sergipe, que no máximo dará 2\$000 por arroba, exportado em bruto, poderia no Japão alcançar um preço a que jamais atingiu, nos atuais mercados.

Por outro lado, se há um país cuja produção industrial convenha particularmente ao Brasil, é ainda sem dúvida o Japão. Os objetos de tecido de palha e de bambu, esteiras, cortinas, gelosias, malas, sapatos e chinelos, convém melhor que quaisquer ao nosso clima e aos nossos hábitos domésticos; a indústria da porcelana japonesa não tem, quer quanto à modicidade no preço, quer quanto à qualidade e bem gosto, competidor em nenhum outro centro produtor do mundo; basta dizer que pelo preço que a França ou a Alemanha nos vende um prato de porcelana dourada, podemos comprar em Osaka um aparelho completo de chá; os tecidos de seda custar-nos-iam três vezes menos que os congêneres que recebemos da Europa; e nesta proporção se acham todos os outros gêneros de exportação japonesa, sem precisar dizer que hoje o Japão concorre com a Europa inteira em todos os ramos da indústria ocidental, podendo, graças ao baixo preço de sua mão de obra e matéria prima, vender o que produz, não pela terça parte, mas sete ou oito vezes mais em conta que as rivais.

Afianço que não exagero! Os mais aperfeiçoados objetos da indústria européia, reproduzidos pela novél e ameaçadora indústria japonesa, são vendidos pela quinta parte do preço da indústria alemã, que é a mais barata. Os produtos minerais do Japão, notavelmente o petróleo, o ferro, o cobre e o carvão de pedra, têm criado ultimamente temerosas crises nos centros correspondentes da Europa. São tão sedutores

os preços que diversos centros europeus desses mesmos produtos minerais, os centros a quem compramos, por sua vez os vão comprar ao Japão, obrigando-nos a tomar em segunda mão aquilo mesmo que poderíamos obter em primeira com uma vantagem talvez de 50%. Os arsenais de Nagasaki regorgitam neste momento de encomendas de armamento feitas pela França, Rússia e Inglaterra; a América do Norte tem atualmente nesses estaleiros japoneses um navio de guerra em construção.

Com a imigração japonesa entraria no Brasil a indústria oriental. A da porcelana, da laca, da seda, do papel, da palha trançada e do mosaico de bambu, estão a reclamar aplicação para o nosso meio pois para nenhuma delas nos falta a matéria prima, e ninguém pode calcular o alcance do proveito prático que elas proporcionariam. Mas pondo de parte a indústria e só pensando na agricultura, basta lembrar que o japonês, como sobriedade, morigeração e honestidade, é o mais perfeito tipo do lavrador, o mais aplicado ao trabalho, resistente às fadigas e às intempéries e o menos exigente na importantíssima questão do salário. A cultura do arroz, que é a mais comum no Japão, é feita de crepúsculo a crepúsculo, ora com um calor superior ao do nosso verão no Pará, ora com 6, 8 e 10 graus abaixo de zero, sem rasguardo da chuva, nem dos freqüentes tufões; trabalho cruel, exercido em pântanos podres e extensos baixios infectos, com lama até acima dos joelhos, a virar e revirar, entre sanguessugas, um lado fumegante e rescendente de fezes não curtidas que lhes despejam aos baldes logo depois de retirada dia a dia dos depósitos particulares.

Em geral, no Ocidente, confundem o japonês com o chinês, e não há erro mais grosseiro. Um é a antítese do outro. Todo o japonês, ao inverso do chinês, é extremamente aseado, tranquilo e respeitador da propriedade alheia. Entre os japoneses não há um só fumador de ópio, um alcoolista, nem um só desses casos de nevropatia tão freqüentes na China como na Europa.

Quando em Ceilão, na primeira metade deste século, se cultivava café em alta escala, eram japoneses e não chineses a forte dos agricultores de toda a enorme ilha; e depois, quando as terras cansaram de dar café e os capitalistas ingleses começaram a plantar o chá (pois está mais que provado que toda a terra cansada de dar café produz magnífico chá) foi ainda com os japoneses que se acharam aqueles, conseguindo em pouco tempo fazer grande concorrência à China. Hoje o chá

de Ceilão é sem dúvida o mais acreditado no mundo inteiro, melhor e mais caro que o do continente asiático. Ora, o Brasil que começa a ver já os fatais inconvenientes do exclusivismo da sua lavoura, devia prestar atenção para o caso de Ceilão, caso sobre o qual o nosso patricio Gonçalves Pereira, diplomata que já foi fazendeiro de café no Brasil e que atualmente se acha em disponibilidade no Rio de Janeiro de volta do Oriente, pode dar-nos desenvolvidos esclarecimentos, pois que de perto e com proficiência estudou o assunto.

A imigração japonesa é tão conveniente para o Brasil quanto será para este a introdução da indústria japonesa e as regulares transações comerciais. No meu livro sobre o Japão mostrarei quais são na grande raça japonesa os três tipos étnicos que terão um dia de exercer entre nós Indústria, Lavoura e Comércio.

Assim, pois, se são respeitáveis as razões de ordem econômica que levaram o governo do Brasil a suprimir a legação e os consulados que em boa hora havia criado no Japão, não há dúvida, por outro lado, que é de toda a conveniência substituir quanto antes o súdito alemão, Sr. Guilman, atualmente encarregado do consulado honorário do Brasil em Yokohama, por um funcionário brasileiro a valer, que reúna a comprovada competência profissional à circunstância de acomodar-se com modestos vencimentos, porque:

1º) Só desse modo poderá o Brasil atenuar o mau efeito produzido no governo japonês pela brusca e inexplicável supressão da legação e consulados que mal acabava de criar no Japão, fato este agravado pela circunstância de que esse próspero e corretíssimo Império continua a manter entre nós os representantes que nos enviou ao atender cordialmente a solicitação que lhe fizemos de relações internacionais;

2º) Não me parece lícito contar que um negociante estrangeiro, que mal conhecerá o Brasil de nome, e que a este não se acha ligado por interesses de ordem moral nem material, nem mesmo pela esperança de receber uma comenda, esteja disposto a sacrificar graciosamente o seu tempo e a sua atividade em proveito das conveniências nacionais, principalmente quando, como já previu que há de acontecer o Ministro Henrique Lisboa, travarem-se deveras as

relações comerciais entre o Japão e o Brasil e travar-se a nosso favor a corrente da emigração japonesa;

3º) Convém não esquecer que a atual situação política do Oriente preocupa o mundo inteiro e que nós não temos, para além do Mediterrâneo, como para além do Pacífico, um só delegado ou simples agente consular brasileiro, com quem possamos contar para sermos ao menos prevenidos do choque das grandes emergências que de dia para dia se tornam mais inevitáveis por toda essa outra banda do mundo;

4º) Não é de boa política, mormente para um país que, como o Brasil, precisa fazer economias, suprimir de todo a sua representação num Estado com o qual está em risco de as reatar de um momento para outro, como sem dúvida estamos para com o Japão, pois que nesse caso sai sempre mais cara a emenda que o soneto. O reatamento realizado nessas circunstâncias nem só encontra múltiplas dificuldades de caráter oficial, como também acarreta consideráveis dispêndios, pois não é de praxe, nem seria de bom efeito, fazer de novo o que irrefletidamente se destruiu, sem doirar semelhante confissão de descaída com muito brilho e muita pompa. O ministro de Portugal no Brasil poderá informar quais foram as dificuldades que seu governo encontrou quando quis ultimamente fazer-se de novo representar no Japão depois de ter retirado de lá a modesta representação que mantinha, e a qual em cinco anos mais de permanência, segundo cálculo justo, não despenderia o que aquele Reino despendeu de uma só vez enviando uma embaixada para negociar as novas relações.

Pois bem, como na verba "Extraordinários do Exterior" do ano passado há no respectivo Ministério um saldo superior a trinta contos de réis (ouro) e como com uma modesta gratificação de cinco contos anuais pode o Brasil manter um cônsul honorário brasileiro no Japão, como a mim próprio já manteve na qualidade de vice-cônsul, parece que não seria difícil, nem oneroso, nem de mau aviso substituir o Sr. Guilman por um funcionário brasileiro em Yokohama ou em Kobe, principalmente se esse funcionário se comprometer com o governo a

tornar o Japão perfeitamente e conscientemente conhecido no Brasil por meio de um livro completo sobre a história antiga e moderna, sobre o estado político, financeiro e militar, sobre as artes, as indústrias, a agricultura e os costumes desse tão famoso quão mal conhecido arquipélago do Sol nascente.

(Texto-autógrafo pertencente ao Museu Histórico Nacional e publicado pela primeira vez em o "Suplemento Cultural" nº 173, de 24-2-1980, de "O Estado de S. Paulo", com nota introdutória de Fábio Freixeiro).

MEMÓRIA CAMPINEIRA

A ESCOLA CORRÊA DE MELLO

F. J. Monteiro SALLES

Logo depois da morte de Corrêa de Mello (1877) que foi chocante para a população cuja mágoa foi sincera, falou-se muito sobre o que fazer para representar a admiração e a gratidão da cidade. O homem sério, magro e tímido que tanto e tão bem serviu à comunidade estava a merecer um monumento que lhe perpetuasse a lembrança. Houve debates apaixonadamente discutidos até que se firmasse a idéia do prédio escolar para ensino gratuito.

Formaram-se comissões para o levantamento de fundos em escala popular, procederam-se às quermesses, às festas em clubes, às subscrições e aos leilões de prendas. E isso, com o entusiasmo do povo e das famílias de projeção de Campinas, acrescentou maior vivacidade social durante dois anos seguidos nesta cidade. Nos leilões "as prendas eram disputadas ao som de festivas músicas".

A imprensa publicava em destaque a origem e espécie das prendas arrematadas bem como o prêmio alcançado além do valor dos lances e respectivos autores. Tudo era miudamente noticiado aqui e na Capital. Além das quermesses havia os donativos em moeda corrente, alguns deles de estrangeiros de regresso à Pátria como gratidão à terra que lhes propiciou o cabedal necessário para voltar aos respectivos lares - como foi o de um certo senhor Sampson cujo donativo atingiu a quantia de duzentos mil réis.

Em 1879 deu-se o lançamento da pedra fundamental da obra projetada e depois construída pelo engenheiro Francisco de Paula Ramos de

Azevedo (1851-1928). O ato foi solene e na caixa enterrada nas fundações foram colocadas moedas estrangeiras e nacionais, jornais daqui e da Capital, ata da cerimônia, assinatura dos presentes, a escritura da aquisição do terreno e uma chapa "americana" gravada nestes termos: "Escola Corrêa de Mello constituída por iniciativa popular em homenagem ao cidadão desse nome em 7 de abril de 1879".

Também a "carta aos pósteros" lá ficou sepultada; foi a única que se salvou porque saiu publicada na íntegra nos jornais do dia seguinte. Constitue tal mensagem um documento histórico importante porque a propaganda republicana influenciou significativamente na redação dele.

O local escolhido - o antigo e mal afamado Largo do Jurumbeval - passou a ser denominado Praça Corrêa de Mello. Constava de um baixio brejoso cortado de córregos e circundado por algumas casas residenciais ao longo de uma rua - a Deserta - que ia em direção do Cemitério Municipal situado nas proximidades do atual Viaduto Vicente Miguel Cury.

Já por lá havia residências porém os moradores eram turbulentos. Em 6 de outubro de 1880 a imprensa pedia providências ao Delegado de Polícia porque nas imediações da Escola em construção "as mulheres descompostas e sujeitos de má nota postavam-se lá a proferir nauseabundas obscuridades". Esta frase mostra bem a dificuldade do redator para trasladar num vernáculo publicável o que ali se ouvia...

Terminado o prédio em 1881 foi ele inaugurado com muito entusiasmo no dia 17 de abril desse mesmo ano. Lá, na sala engalanada, estava o retrato a óleo do patrono - feito por Escolat, pintor espanhol que aqui trabalhou na era dos setenta - hoje na pinacoteca do Centro de Ciências, Letras e Artes. A inauguração foi um acontecimento marcante de entusiasmo popular e de grandes manifestações cívicas. O retrato e os documentos relativos ao ato foram solenemente recebidos pela comissão diretora cujo primeiro presidente, o Coronel Joaquim Quirino dos Santos, assumiria mais tarde os encargos da manutenção e do funcionamento da Escola até que em 1888, doente e empobrecido, deveu abrir mão da sua generosidade.

O dr. Cândido Barata Ribeiro, figura de prôa desde o início como orador infalível e inspirado, inflamava o povo pelos seus discursos entusiásticos

desde os primórdios da campanha e durante a construção da Escola tanto nas passeatas quanto nas festividades dos clubes locais. Na data da inauguração lá estava ele falando oficialmente na entrega do prédio e, em seguida, nas redações do "Diário" da "Gazeta de Campinas" por onde passou o povo e, gloriosa coluna sob os estouros dos rojões enquadrada pelas bandas de música Luís de Camões (colônia portuguesa) que abria a marcha e dos Irmãos Tullio (colônia italiana) que fechava a passeata. Filha e esposa desse fogoso orador cooperaram recitando versos.

Esta Escola sobreviveu 81 anos e representou a precursora do Mobral no Brasil conforme a expressão feliz de Júlio Mariano. Passou para a responsabilidade de Câmara Municipal quando foi desfeita a Sociedade (1888). Teve professores de notória eficiência dos quais Luís Cerqueira Monteiro, um dos diretores, nela lecionou sem faltar um só dia durante 36 anos consecutivos.

A Escola sediou o Gabinete de Leitura (1892) cujas estantes com dois mil livros ficavam na sala central do edifício. Nesses volumes figuravam os espessos tomos doados ao município por Campos Sales quando Ministro da Justiça do Governo Provisório.

O Poder Municipal foi autorizado a ceder o prédio ao governo do Estado em 1897, com a condição de lá manter o Grupo Escolar bem como a sua denominação e de mudar a biblioteca para local que oferecesse as condições necessárias. Porém ali continuaram os livros até que em 1908 o prefeito Orozimbo Maia cedeu o resto existente da Biblioteca Municipal para o Centro de Ciências, Letras e Artes. Seis anos mais tarde, no entanto, o Centro devolveu tudo à Prefeitura que, à mingua de lugar mais adequado, transferiu para a Cadeia Pública o trambolho livresco de impossível guarida.

Nas grandes epidemias que assolaram Campinas (febre amarela e gripe espanhola) o prédio foi utilizado como hospital de emergência. Depois de cada crise, convenientemente desinfetado e repintado, voltava à rotina das aulas abrigando as levas dos alfabetizando de pés descalços.

Assim funcionou o Grupo Escolar Corrêa de Mello em prédio construído mediante subscrição pública e doado à

Municipalidade que, por sua vez, cedeu-o ao Governo do Estado até com em 1962 foi demolido.

Houve movimento entre os historiadores e jornalistas daqui alertando os poderes competentes para a inoportunidade da destruição de um prédio que representou o monumento popular a um cidadão prestativo como Corrêa de Mello. Bráulio Mendes Nogueira e Júlio Mariano combateram tenazmente a demolição do Grupo Escolar e Celso Maria de Mello Pupo propôs o edifício para sede do Museu de Campinas, manifestando-se energicamente contrário à derribada dele. Tudo inútil. E a pedra fundamental com os documentos que lá estavam jamais foi encontrada.

É difícil reconhecer, menos ainda aceitar, a inexorabilidade transformadora do progresso quando ele, o progresso, é entendido sem a discriminação adequada à tradição. Eis que toda a área da Escola e do Largo que a alojava foi adaptada para terminal de ônibus.

(Salles, Francisco José Monteiro - **Joaquim Corrêa de Mello**, sua vida e sua obra, pp. 34-38. Campinas, 1978. (Publicação nº 38 da Academia Campinense de Letras).

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

MUDANÇAS QUE SE FAZEM NECESSÁRIAS DO GOVERNO DO BRASIL

(Hipólito da Costa)

Em primeiro lugar, a divisão do território em **provincias**, abolindo os capitães-generais, ou **governos militares**, é cousa de imediata necessidade; porque a continuarem tais governos, será o Brasil administrado como a Pérsia, por sátrapas militares, a pior das formas de governo que a imaginação do homem pôde inventar. Sobre isso havia muito a dizer; mas como me não posso lisongear de ver um trânsito do péssimo para o ótimo, contento-me com observar que a divisão do Brasil em provincias e comarcas, dando às câmaras os mesmo direitos que tinham em Portugal, não pode ofender a ninguém, e é o mais moderado que podem ser os meus desejos. E aqui não seria mau lembrar, que se deixassem de planos para adquirir mais território; e quando desejem estender os limites do Brasil até o Rio da Prata, para evitar disputas de vizinhos contiguos, nesse caso não principiem por intrigar; façam proposições mutuamente vantajosas aos espanhóis, cedam, por exemplo, o norte do Amazonas, portando-se com a sinceridade que devem caracterizar todos os negócios nacionais, de que se espera bom resultado, e serão bem sucedidos.

Depois da divisão do território e extinção do governo dos **Bachás** nas capitánias, deve seguir-se o promover a população, o que será mui fácil se souberem atrair emigrados de todas as partes da Europa; para o que é necessário segurar-lhes a liberdade pessoal e o direito de

propriedade; um só exemplo da violação arbitrária destes direitos amedrontaria muita gente, da que para lá quisera ir, do que seriam úteis todas as promessas feitas em papel. Nisto só deve haver uma limitação, e é arranjar de maneira as leis da naturalização, que só depois de uma racionalmente longa residência possam os novos concidadãos gozar dos plenos direitos de naturais.

Segue-se a introdução das ciências. Neste artigo nem um só passo se tem dado ainda no Brasil. Não aparece o menor intento de estabelecer universidades, colégios ou outros estabelecimentos semelhantes; e sem isto é quase impossível que o Estado tenha homens capazes de governar; e se os há, é impossível conhecê-los.

Passo a passo, com tais medidas, seria preciso restituir às câmaras, únicas corporações populares no Brasil, aqueles direitos de que sempre gozaram as câmaras em Portugal e que formam a base das Cortes, instituição importante, cujo desuso fez marchar a nação rapidamente à sua destruição. Um povo, para obrar com energia, é necessário que sinta a sua vocação política; que tenha voto mais ou menos direto nos negócios da nação. O povo que não goza isto facilmente se reduz a um rebanho de carneiros, incapazes de obrar ações grandes, e até de defender a pátria. Os exemplos são tantos, debaixo dos olhos, que não nomeio nenhum.

(Apud. Ribeiro, João - **Autores contemporâneos**, 250-252. 18ª edição. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1928).

*

O EXEMPLO DA REVOLUÇÃO AMERICANA

(Chamfort)

A América setentrional é o lugar do universo onde os direitos do homem são melhor conhecidos. Os americanos são os dignos descendentes desses famosos republicanos que se expatriaram para fugir à tirania. É aí que se formaram homens dignos de combater e de vencer os próprios ingleses,

na época em que estes tinham recuperado a liberdade e tinham conseguido formar o mais belo governo jamais existente. A revolução da América será útil à própria Inglaterra, forçando-a a fazer um novo exame da sua constituição e a banir dela os abusos. Que acontecerá então? Os ingleses, expulsos do continente da América Setentrional, lançar-se-ão sobre as ilhas e sobre as possessões francesas e espanholas, dar-lhe-ão o seu governo que é fundado sobre o amor natural que os homens têm à liberdade, e que aumenta esse mesmo amor. Formar-se-ão nessas ilhas espanholas e francesas, e sobretudo no continente da América espanhola, então tornada inglesa, novas constituições de que a liberdade será o princípio e a base. Assim, o ingleses terão a glória única de ter formado quase todos os povos livres do universo, os únicos, falando propriamente, dignos do nome de homens, pois que serão os únicos que tenham sabido conhecer e conservar os direitos dos homens.

(Chamfort, Nicolas-Maximss e Pensamentos. "Apud" Freitas, Gustavo de - 900 textos e documentos de História, III: p. 67. Lisboa, Platano Editora (1976).

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Carlos RIZZINI (1898-1972)

Nossa publicação já se ocupou de Carlos Rizzini a propósito de seu falecimento ocorrido no dia 19 de julho de 1972. O que então escrevemos, integrando o nº 36, de agosto daquele ano, da NBH pode ser considerado suficiente para uma apreciação, embora sumária, de sua vida e obra. Se, praticamente, repetimos o artigo, com alguns acréscimos e juntando valioso excerto de um de seus livros, foi pela consideração que nos merece o transcurso de seu centenário, a ser celebrado no dia 25 de novembro próximo. Sabemos que diversas entidades, especialmente as ligadas ao jornalismo, estão se preparando para assinalar de maneira condigna a significativa efeméride centenária.

Carlos de Andrade Rizzini nasceu na histórica cidade paulista de Taubaté. Transferindo-se ainda menino para o Rio de Janeiro, ali cursou o Colégio Pedro II e, posteriormente, a Faculdade de Direito, pela qual se bacharelou. Na antiga Capital Federal iniciou sua vida de imprensa, primeiro no "Rio-Jornal" e depois em "O Jornal", no período de 1919 a 1921. Foi o ponto de partida de uma brilhante carreira jornalística que o levou a dirigir alguns dos maiores órgãos da imprensa brasileira, especialmente na cadeia dos "Diários Associados", tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, para onde voltou definitivamente em 1959. Residiu por algum tempo em Petrópolis, militando na imprensa e na política como vereador à Câmara Municipal da importante cidade serrana. Foi também deputado estadual no Estado do Rio de Janeiro e em São Paulo exerceu diversos cargos públicos, entre os quais o de Secretário da Educação e Cultura da Municipalidade, de 1961 a 1965. Lecionou na Escola de Jornalismo "Casper Libero", da capital paulista e pertenceu à Academia Paulista de Letras, onde sucedeu ao Professor Spencer Vampré na cadeira que tem como patrono outro grande jornalista, Rangel Pestana.

Carlos Rizzini foi antes de tudo e sobretudo homem de jornal. Viveu do jornal e para o jornal. O jornal levou-o à História. A princípio, a História do jornal; depois, à história da tipografia e entre uma e outra produziu um dos mais importantes ensaios da bibliografia histórica brasileira, qual o volume em que estuda a personalidade de Hipólito da Costa e sua atuação à frente do "Correio Braziliense".

De como veio a escrever essa obra e qual seu objetivo, deixemos o próprio autor falar, transcrevendo alguns trechos do prefácio do livro:

"Por um golpe de sorte", segundo sua própria declaração, Rizzini adquiriu em Buenos Aires uma coleção completa do "Correio Braziliense", o jornal editado em Londres por Hipólito da Costa, de suma raridade e valia. "Lendo-o" - prossegue o autor - confirmei-me nas lacunas e deficiências, antes constatadas na biografia de Hipólito e no geral desconhecimento do sentido e da extensão de sua ação jornalística. Ignorava-se: onde fora sepultado; se existiria o seu túmulo; que família constituiria; que filhos deixara e se destes haveria descendentes atuais. Tampouco se sabia: o exato motivo e o efeito de sua primeira estada em Londres; a profundidade de suas relações com o Duque de Sussex; a natureza de sua desavença com o ministro português na Inglaterra; e se este o processara mesmo por crime de difamação, quando e com que desfecho; se, de fato, fora o jornalista naturalizado cidadão britânico; e se cedera ou não ao suborno oferecido pelo mencionado diplomata. Todos esses pontos básicos estão esclarecidos e documentados nesta obra".

Mais ainda: analisando os escritos de Hipólito à luz das controvérsias que suscitaram e dos fatos envolventes, a influência por ele exercida na formação de nossa consciência política, salientando as razões que, levando-o a longo e pertinaz combate aos erros e males sociais, administrativos e políticos do Brasil e de Portugal, também o levaram a opor-se à separação dos dois reinos. "Apologista extremo de Monarquia Portuguesa, Hipólito só capitularia com a Independência, em 1822"

A obra é dividida em cinco "livros". O primeiro, **Vicissitudes de um sementeiro de idéias no ocaso do absolutismo**, compreende três capítulos: 1. "Os caminhos da liberdade"; 2. **"Os 18 anos de Inglaterra"**; 3. "A terrível invenção de um jornal português na Inglaterra". O segundo

livro, **Ensaio sobre o estado mental, social e político do Brasil do limiar do século XIX**, consta também de três capítulos: 1. "Entrada e circulação dos conhecimentos e das idéias, escolas, livros e periódicos"; 2. "Assimilação: a literatura colonial publicada em tempo e fora de tempo, e a inédita ou perecida; Academias Literárias; Correios", 3. "Formação de uma consciência própria: academias secretas, clubes maçônicos; pasquins; pruridos autonomistas"

O "livro" terceiro, **A ação esclarecida e tenaz do "Correio Braziliense" contra a opressão, a ignorância, a corrupção e o servilismo nos Estados Portugueses**, compreende quatro capítulos: 1. "Um periódico livre entre Portugal subjugado e a América Espanhola rebelada"; 2. "Combate às instituições anacrônicas, ao despotismo dos governantes e a censura ao pensamento escrito"; 3. "Esforços ininterruptos para disciplinar o comércio e o crédito, incrementar a navegação, varrer os monopólios e moralizar as finanças públicas"; 4. "Um abolicionista, entusiasta da imigração branca, a braços com as arbitrariedades na Inglaterra e a ameaça de súbita extinção da escravatura". O "livro" quarto, **Partidário da unidade da pátria portuguesa, opõe-se obstinadamente o "Correio" à separação do Brasil**, apresenta-nos três capítulos: 1. "Pela volta dos Estados Portugueses às franquias e às corporações eletivas da sua primitiva organização política"; 2. "Pregando caber as revoluções aos governos, reprova o Correio o levante republicano e aprova o constitucional do Porto"; 3. "Preservando a integridade da monarquia, apoia Hipólito a descentralização do governo do Brasil, o enfraquecimento das províncias e a revocação do Príncipe-Regente".

Finalmente, o "livro" quinto, **Revoltado com a dilaceração e a degradação do Brasil, adere o "Correio", em julho de 1822, ao movimento da Independência**, com dois capítulos: 1. "Acima da união dos reinos, a integridade territorial e política do Brasil"; 2. "Constituição simples, reformas lentas, ministros responsáveis, Senado, política americana, finanças saneadas, uma poderosa força naval - as últimas advertências do Braziliense".

Representa, assim, esta obra, uma preciosa contribuição à história da cultura no Brasil, especialmente para a compreensão do "clima" do importante período vivido pelo país no início do século XIX.

Além dessa importante obra, que julgamos oportuno registrar detalhadamente em todo o seu extenso leque de assuntos, deixou Carlos Rizzini "**O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1946) e O jornalismo antes da tipografia (1968)**", onde versa assunto por assim dizer inédito em nosso idioma, o que o torna indispensável para os estudantes de história, de biblioteconomia, de literatura, enfim para todos os interessados no estudo das fontes não impressas anteriores ou mesmo posteriores ao invento de Guttenberg. Nele, o autor estuda as atas romanas, os jornais, os trovadores e os cronistas medievais, os novidadeiros de rua e de café, o papel, o correio, a carta, a gazeta manuscrita, a sátira e o pasquim.

Sobre **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil**, recolhemos alguns dados de uma judiciosa apreciação publicada pelo jornalista João Alves das Neves no "Jornal da Tarde", de São Paulo, de 1º de abril de 1989: "É obra das mais importantes e abrangentes, pois vai de 1500 a 1822. Está dividida em dois "livros": o primeiro aborda não somente a informação geral e epistolar, mas igualmente um histórico da evolução da imprensa; o "livro" segundo registra as primeiras impressões conhecidas acerca do Brasil, desde a histórica e "jornalística" carta de Pero Vaz da Caminha, assim como observações referentes aos meios coloniais de comunicação, primeiros jornais e academias literárias, clubes secretos, lojas maçônicas (pois estes, embora específicos, foram também meios de comunicação), além de proporcionar muitos dados sobre a implantação da tipografia e os pioneiros da imprensa, terminando com referências ao jornalismo no Rio de Janeiro e na província, até a Independência".

Preocupou-se, ainda, Rizzini nesse livro em destruir a afirmação da existência de imprensa ou simples tipografia em Pernambuco durante o domínio holandês (século XVII). Refere-se, contudo, à existência, ali, de um prelo no século XVIII, mas de duração efêmera; dele, sabe-se que imprimiu uma **Relação de entrada** do bispo D. Antônio do Desterro, um romance "heróico", **Em aplauso**, de autoria do mesmo prelado e as **Conclusões metafísicas**, em latim, de um certo Francisco Braga.

Além das diversas entidades culturais a que emprestou sua colaboração, entre elas a Academia Paulista de Letras e a Faculdade de Jornalismo "Casper Libero", cumpre mencionar uma, de sua própria criação: a "Ordem dos Velhos Jornalistas", que vem de completar seu

trigésimo aniversário, atualmente uma das mais atuantes agremiações culturais da capital paulista, agregando profissionais da imprensa de todo o Estado de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA
(apenas em livros)

O livro, o jornal e a tipografia no Brasil. Rio de Janeiro, Kosmos, 1945.

O ensino do jornalismo. Rio de Janeiro, 1953.

Hipólito da Costa e o "Correio Braziliense". São Paulo, Editora Nacional, 1957, Coleção Brasileira, grande formato, vol. 13.

O jornalismo antes da tipografia. São Paulo, Editora Nacional.1968.

SELETA

COMBATE ÀS INSTITUIÇÕES ANACRÔNICAS

Carlos RIZZINI

O fim precípua do **Correio Braziliense** era o de promover o progresso do Brasil, erguendo-o de colônia a nação; nação portuguesa, isto é, unida a Portugal, sob o sistema monárquico-representativo. A mudança da Corte para o Rio de Janeiro forçava providências favoráveis ao desabrochar do Domínio americano, subitamente elevado a sede da realeza. Hipólito lançava o seu jornal na hora exata.

Sem liberdade de comércio; sujeito a estancos e monopólios; privado de indústrias; falta de estradas internas e de comunicações; desprovido de tipografias e de jornais; tapado às luzes das ciências e das artes pela censura literária; submetido às conscrições militares, a derramas e falsas contribuições voluntárias; escravizado ao braço cativo nos labores agrícolas, rurais e mesmo urbanos; aliados os seus filhos de posições, honras e dignidades; oprimido por uma justiça enleada, tarda e venal, e por um funcionalismo corrupto; assolado por tantos males - estiolava-se o Brasil, ao raiar de um século fascinante e promissor, em denso obscurantismo.

Faleciam a Portugal forças para atualizar, por si, sem a pressão dos acontecimentos, as suas sedijas regras de administração, encruadas no alvedrio, no sigilo e na irresponsabilidade. Outrora asseguraram essas regras a grandeza geográfica da Colônia, desbravaram a sua imensidão e descobriram-lhe as riquezas, modelaram o seu complexo social nas formas da cristandade, uniram e unificaram as suas diversas e separadas partes numa só língua, fé

e sentimento; mas, desgastaram-se, e, método para a puerícia, mostrava-se impotente na adolescência.

Propunha-se o **Braziliense** a ajudar, por um modo até então desconhecido entre portugueses - o do livre exame dos fatos livremente publicados - a atualização da política, o ajustamento administrativo e a compassada renúncia a anacrônicos prejuízos, impedindo, por oportunas concessões do Poder, a sua capitulação, ou destruição, diante do avanço da opinião pública e das reclamações coletivas propelidas pelo revolucionarismo da época. "É para ver reparados os erros e os males do Governo" - escrevia o jornalista - "que conduzimos o nosso jornal no sistema que inventamos, abrindo na língua portuguesa nova carreira de idéias por meio da imprensa, do que até então não havia exemplo".

Batalhava Hipólito num mundo de violências e surpresas. Contemplou, do único ponto a salvo na Europa, o impossível: a poluição das monarquias de direito divino por um aventureiro, que as esfatiou, decompôs e demarcou, demitindo, nomeando e perdoando os soberanos, ou dando-lhes, por primos e irmãos, parentes e amigos seus; ao ofuscar-se em Waterloo, deixava Bonaparte uma Europa passível de relimitar-se, mas incapacitada de restabelecer-se no conceito e na credulidade dos povos. Presenciou Hipólito o apressado progresso dos Estados Unidos, as revoluções emancipadoras da América Espanhola e os movimentos constitucionalistas de Nápoles e Sardenha, esmagados pelo punho da Santa Aliança, e da Espanha e Portugal, temporariamente triunfantes.

A persistente pregação do **Braziliense**, por mais racional que fosse, não alcançava despertar o sonâmbulo governo pessoal, desfrutado pela astúcia dos validos e pela lisonja do aulicismo parasita. As suas advertências e fulminações calavam, entretanto, no espírito público, criando nele a consciência de vindicações, que a mesma pregação antes quisera conjurar pela oportuna transigência do que impor por intimações irresistíveis.

Em 1820, excitadas pelo êxito da Espanha, as vindicações acumuladas e sofridas rebentaram no Porto e puseram a pique o poder pessoal. Esplendeu, então, em dias, a abafada sementeira espalhada por Hipólito ao longo de doze anos de canseiras: liberdade de imprensa; garantia da propriedade; segurança de ninguém ser preso sem culpa formada e de cingir-se a pena à pessoa do condenado; abolição da inquisição, do juízo

da inconfidência, dos fôros especiais e das penas infamantes; introdução do juri; reconhecimento do direito de associação e de petição; acesso de todos aos cargos públicos; responsabilidade dos ministros; publicação dos orçamentos e das contas do Erário; substituição dos governos militares despóticos por juntas ou conselhos eleitos pelo povo; e adoção do protecionismo fiscal em favor dos produtos de exportação interna. Outras inovações peculiares ao Brasil, como as referentes à imigração branca, a determinados cultivos, a à mudança da Capital, não chegaram a ser ventiladas. Mas, aí, nessa altura, já o **Correio** não se ufanava de tantos triunfos. Afligiam-no os novos erros cometidos pelas Cortes Constituintes. Lutava Hipólito pela adoção de melhoramentos que fundissem a grandeza do Império Português, e esses melhoramentos, em magna parte aceitos, ameaçavam parti-lo e apartá-lo sem remissão. A próxima independência do Brasil enchia o **Braziliense** de amargura.

Em meados de 1809, após a retomada do Porto por Wellington, reportando-se às calamidades de Portugal, ocupado, humilhado, saqueado e investido pelos franceses, imputou-as o **Correio** originalmente à injustiça com que ele sempre tratara o Brasil. Proibindo-lhe as manufaturas, as artes, as ciências e o comércio estrangeiro, condenara-o a mourejar a seu benefício. Descansando nessa iniquidade, descuidara do próprio engenho e, agora, faltando-lhe o Brasil, via-se reduzido à mendicidade. A lição não lhe aproveitava, porém, eis que repetia os mesmos erros na oportunidade de corrigi-los.

Impunham-se como medidas imediatas: a) a abolição das capitanias, administradas por militares, ao modo das satrápias persas, dividindo-se a Colônia em províncias e comarcas, dando-se às câmaras as mesmas prerrogativas vigorantes em Portugal; b) o aumento da população, atraindo-se imigrantes da Europa, assegurando-se-lhes a liberdade pessoal, o direito de propriedade e de naturalização, este após longa residência; c) a admissão das ciências, a fim de vir o Estado a ter homens capazes de dirigi-lo. A restituição às câmaras de seus antigos privilégios era primordial. Um povo só obra com energia sentindo a sua existência política; senão reduz-se a um rebanho de carneiros, incapaz de grandes ações e até de defender a Pátria.

Ao instalar-se no Rio de Janeiro, o governo de Lisboa copiou servilmente as velhas instituições, sem pesar as diferenças do tempo e do

meio. Certo correspondente comparara os três ministros do Brasil a três relógios: um sempre adiantado, outro atrasado e o terceiro parado. Examinando o Conselho de Estado, realçou o erro elementar de comportar-se dos presidentes dos principais tribunais, todos fidalgos ignorantes, por entenderem as grandes famílias ignominioso mandar os filhos primogênitos aos estudos. Os homens cultos não tinham como aparecer. Faltavam-lhes caminhos. Não havia em Portugal um parlamento, onde as inteligências se acusassem pela palavra e a via escrita era tão estreita, que as obras mais exprimiam a opinião dos censores que a dos autores. Os cargos constituíam privilégio da mediocridade enobrecida.

Em fevereiro de 1813, escreveu Hipólito um artigo sobre não haver novidades no Brasil. Dia a dia esperava notícias de ter o Governo adotado processos administrativos próprios à felicidade dos povos, e dia a dia se desenganava. Havia quatro anos arranchara lá a Corte e nada fizera naquele sentido. Prosseguia tratando a Colônia como conquista africana, erro de primeira ordem, porque conquistas guardam-se à força de armas e governos militares, e colônias conduzem-se sob as leis da Metrópole. Os brasileiros clamavam e os estrangeiros os ouviam. O mal teria de ter remédio. Devia aplicá-lo o governo, antes que outros o fizessem.

Abertura de estradas e de navegação fluvial, construção de pontes, fundação de povoados, preparação de portos - tudo o que significava adiantamento para o Brasil anotava o **Correio** com palavras estimuladoras. Um bom sistema de administração era o que importava. Acima de tudo o bem público.

As boas qualidades do Príncipe-Regente davam-lhe esperanças de vê-lo lançar os fundamentos da independência nacional, admitindo e promovendo o estudo daquelas artes e ciências que distinguem o homem civilizado do selvagem. "O estabelecimento de uma Universidade, a introdução geral de escolas de ler e escrever, e a ampla circulação de jornais e periódicos, nacionais e estrangeiros, são as medidas que olhamos como base da evolução do caráter nacional.

(...) As Cortes Gerais extinguíram os governos militares no Brasil, tornaram efetiva a responsabilidade dos ministros e acabaram com a tradição de pertencerem aos fidalgos os ministérios e altos cargos. Pelejara Hipólito anos a fio por essas conquistas, cuja melhor justificação, em argumentos e exemplos, se acha nas páginas de seu mensário. A

gravidade da quadra política em que elas se impuseram ao espírito renovador das Cortes não permitiu ao jornalista congratular-se com os próprios esforços. Comemorando a cessação dos governos militares cingiu-se a apontar as suas vantagens objetivas: livrarem-se os brasileiros da tirania dos bachás; transferir-se do Ministério para os povos a responsabilidade da boa ou má administração dos governantes; oportunidade aos brasileiros de olharem por seus interesses, instruírem-se nos negócios públicos e "adquirirem o caráter de cidadão, que até agora estava submergido no mero estado de súdito passivo".

(...) A publicação de tudo quanto interessasse ao povo - orçamentos, contas do Tesouro, estudos e planos sobre medidas administrativas, peças oficiais, documentos, correspondência, doutrinas, informações, acontecimentos, novidades úteis, literatura - foi a grande constante da ação jornalística de Hipólito. Verberando as peias à imprensa, não apenas em Portugal, mas em diversos países da Europa, frisava que era julgando por si dos negócios públicos que os homens adquiriam a energia de espírito capaz de levá-los a aspirar à fama e, para obtê-la, a praticar serviços assinaldos. Nada a tanto mais os animava do que a leitura dos sucessos do mundo insertos nas obras políticas periódicas. A sua aceitação e multiplicação traria incalculáveis vantagens ao adiamento da civilização do Brasil. El-Rei, em dez anos, contribuiu mais para o progresso do Reino americano do que os seus predecessores, tomados juntamente.

(...) Consumiram as Cortes de Lisboa muitas sessões e palavras na discussão do decreto regulamentador da liberdade de imprensa. Achou-o Hipólito aparatoso e imperfeito. A sua grande novidade estava em introduzir o júri no Reino Unido. Funcionaria em dois graus, para o conhecimento e classificação dos delitos capitulados em quatro categorias: contra a Religião, o Estado, os bons costumes e os indivíduos. Como, porém, as listas dos juizes de fato fossem curtas e durassem uma legislatura, tornando-se eles conhecidos, achou o **Correio** perdurarem os inconvenientes dos julgamentos pelos magistrados letrados. Dos outros reparos não falarei, por não ter o decreto vigorado no Brasil.

De fato, não o aguardou o Príncipe-Regente D. Pedro. Considerando a injustiça de encontrarem autores e editores inesperados estorvos à publicação dos escritos, apesar do que decidiram as Cortes

Gerais, mandou que se não embaraçasse por pretexto algum a impressão que se quiser fazer de qualquer escrito, devendo unicamente servir de regra o que as mesmas Cortes têm determinado sobre este objeto. Aboliu-se desse modo intempestivo a censura prévia no Brasil. Nunca mais se teve notícia dela. Reapareceu para vergonha nossa nos eclipses democráticos da República.

(Hípolito da Costa e o "Correio Braziliense", pp. 143-164. São Paulo Editora Nacional, 1957. Col. "Brasiliana", série Grande Formato, v. 13).

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

326. O SANTO DE HOJE

Há quase setenta anos, quando se comemorou o sétimo centenário da morte de Santo Antônio, a paróquia que o tem por orago, no bairro do Pari, na capital paulista, erigiu-lhe expressivo monumento na praça fronteira ao templo, na época denominada simplesmente "Largo Santo Antônio do Pari", posteriormente batizada com o nome de "Padre Bento", figura marcante da Igreja brasileira, como é sabido.

Quatro ou cinco anos depois, continuava o monumento sem qualquer inscrição na qual se gravasse para a posteridade o sentido da homenagem. Afinal, a lacuna foi sanada com os felizes dizeres sugeridos, se a memória não me falha, pelo historiador Afonso de Taunay. E é isto o que lá se lê:

"Relembra este preito a oblação muito grata dos católicos de São Paulo à memória sete vezes secular do trânsito celestial do Santo de Lisboa, luminar paduano da Igreja Universal, cuja glória, tão especialmente cara aos lusos e aos latinos em geral, é das maiores da Catolicidade".

Santo de Lisboa e luminar paduano! Para nós, mais de Lisboa que de Pádua, embora seja a cidade italiana que se lhe agregou ao nome

de maneira mais generalizada, pois foi em Pádua que se deu o "trânsito celestial" do grande santo (Fernando Bulhões, no século) e para a Igreja o que conta é mais a morte que o nascimento.

Talvez nenhuma figura do hagiológico católico haja alcançado maior popularidade no Brasil. Milhares de templos, desde majestosas catedrais (como a de Juiz de Fora, por exemplo) até humildes capelinhas de beira de estrada, lhe são consagrados. E ainda o seu nome é atribuído com freqüência não só como topônimo e, mesmo fora do ambiente religioso, a escolas, associações, instituições da mais variada natureza e até a propriedades rurais e estabelecimentos comerciais. Assim, entrou para o folclore, como entrou para a história, e de maneira curiosa, pois no Brasil Santo Antônio também foi soldado.

Muitos historiadores têm tratado da "carreira militar" de Santo Antônio no Brasil. Os estudiosos certamente conhecem o livro bastante documentado que ao assunto dedicou José Carlos de Macedo Soares (1942), bem como os escritos mais recentes do Coronel Reginaldo Miranda Moreira, meu preclaro confrade do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e que, à dedicação pela carreira militar alia um profundo interesse pelas pesquisas históricas. Soube ele resumir, em poucas páginas, a "carreira militar" do santo franciscano e sua participação na história bélica do Brasil, até atingir o mais alto posto que foi o de Coronel das Tropas Milicianas da Capitania de São Paulo. Isto, em fins do século XVIII. No Rio de Janeiro, entretanto, sua carreira foi mais lenta, pois só em 1814 tornou-se Tenente Coronel...

O curioso é que mesmo a República, leiga e até certo ponto positivista, continuou por muitos anos pagando rigorosamente o soldo devido ao santo militar, o que só deixou de ser feito em 1913, obrigando Santo Antônio a uma espécie de reforma ou aposentadoria sem vencimentos...

Mas ainda está por ser escrito o livro que realmente historie a presença do bom franciscano na vida brasileiro: na religião, na história, no folclore, na literatura, na vida social, etc. (13-6-98)

327. VICENTE TAPAJÓS

Com o falecimento, a 17 de fevereiro do corrente ano, de Vicente Tapajós, perderam as letras históricas de nosso país um dos seus grandes animadores, autor de numerosos trabalhos que enriqueceram sobremaneira a bibliografia histórica do Brasil. Natural de Petrópolis, onde nasceu em 20 de janeiro de 1916, faleceu pouco depois de completar 82 anos. Dedicou-se praticamente a vida toda ao magistério nos mais diversos níveis, não só como titular de importantes estabelecimentos de ensino do Rio de Janeiro, como também na qualidade de professor e conferencista em cursos especiais no Brasil e no exterior. Ilustrou por quase vinte anos os quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com participação em sua diretoria, a princípio como secretário, depois como presidente, passando a integrar após o termo de sua gestão (1992-1995) o Conselho Consultivo do sodalício fluminense.

Quem tenha acompanhado os trabalhos do venerando Instituto poderá testemunhar o dinamismo de sua administração, especialmente no setor das publicações. Além de vários números de sua mais que centenária revista, foi o organizador e o autor principal do Dicionário bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros, em seis volumes, cobrindo o quadro social do Instituto de sua fundação até o início da década de 90.

Infelizmente, não tive oportunidade de um relacionamento mais freqüente com a saudoso professor e historiador. Durante sua gestão, não tive oportunidade de comparecer sequer uma vez ao Instituto, do qual tenho o privilégio de ser sócio correspondente. Nem quando mereci a honra de ser homenageado por ocasião do 25º aniversário da "Notícia Bibliográfica e Histórica". Enfermidade em pessoa de minha família impediu-me de comparecer à solenidade que veio ilustrar tão acentuadamente meu modesto currículo.

Mas, se pouco o conheci pessoalmente, posso me gabar de um bom conhecimento de sua obra, que sempre acompanhei com interesse, desde quando, no início da década de '40, publicou pela Companhia Editora Nacional seus livros sobre a História do Brasil e a História da América, excelentes sínteses, das melhores aparecidas em nosso país. Demonstrou Tapajós especial interesse pela história administrativa do Brasil colonial, e nessa área produziu seus melhores trabalhos, a começar pela tese com que

concorreu à cadeira de História do Brasil do antigo Instituto de Educação do Distrito Federal e que versou sobre "O regime das capitanias hereditárias".

Sua tarefa, nesse campo, culminou com a **História administrativa do Brasil**, planejada por iniciativa do DASP e editada pela Editora da Universidade de Brasília, da qual Vicente Tapajós foi não apenas o coordenador (o que já não seria pouco) mas o autor de pelo menos dois volumes, um sobre a política administrativa de D. João III e outro sobre a organização política e administrativa do Império. Não tenho condições de informar se essa obra se completou; nem sei quantos volumes foram publicados dos quarenta que foram planejados. Como sempre acontece com as publicações oficiais, são de difícil aquisição, uma vez que não são postas à venda nas livrarias. Dela não possuo mais que seis volumes, que me permitem perfeitamente avaliar o nível desse grande empreendimento editorial, dos maiores já planejados no Brasil e em boa hora confiado pelo DASP ao saudoso Vicente Tapajós.

Credite-se, ainda, a Tapajó a colaboração em diversas obras coletivas, a supervisão para parte histórica da Enciclopédia Delta-Larousse e a vasta e variada contribuição para publicações periódicas, a começar pela revista do próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

328. O SIGNIFICADO DE UMA ENCÍCLICA

Tendo transcorrido ontem o aniversário da **Rerum Novarum**, uma das mais importantes e certamente a mais divulgada das encíclicas da Igreja, não serão fora de propósito algumas reflexões sobre o precioso documento ou por ele sugeridas.

O século XIX parece ter sido, em toda a história, um dos períodos mais difíceis para a Igreja Católica e o próprio Catolicismo. Nunca o monobloco que a Igreja sempre pretendeu ser sentiu-se tão ameaçado. Nem por ocasião das heresias do fim da Idade Média; nem por ocasião da Reforma protestante do século XVI; nem com o racionalismo do século XVII; nem com o Iluminismo, o Enciclopedismo e as teses revolucionárias do século XVIII. A todos esses movimentos a Igreja sempre teve prontas respostas. Mas todas essas respostas, a própria Igreja acabou reconhecendo serem de pouca valia. Faltou à Igreja, ao longo dos séculos, a qualidade que lhe

deveria ser primordial, pois era da própria essência do Cristianismo, qual seja o sentido da compreensão.

A tonitroante **Quanta Cura**, de Pio IX, muito pouco beneficiou à Igreja. Ao contrário, provocou um recrudescimento de tudo quanto ela procurou condenar através do "Sílabo" que a acompanhou. E nunca a reação contra a Igreja foi tão violenta. E é curioso que justamente nos países de mais alta catolicidade, como a Itália, a Espanha e a França, foi onde as perseguições à Igreja e sobretudo o anticlericalismo foram mais violentas.

A perda do poder temporal da Igreja com a unificação italiana, em 1870, fez agravar ainda mais a situação, pois foi-lhe tirada uma de suas grandes forças, qual o poder político, só restaurado em 1929 com o Tratado de Latrão. Da mesma forma, a quase cisão provocada pelo Primeiro Concílio do Vaticano, que definiu, entre outras coisas, o dogma da infalibilidade papal, deu ensejo a uma violenta literatura panfletária, de que é exemplo **O Papa e o Concílio**, de Doellinger/Janus, traduzido, entre nós, por Rui Barbosa pouco depois de publicado na Alemanha. Concluiu-se, afinal, que o "Roma locuta, causa finita" nem sempre deu bons resultados. E como se não bastasse, ocorreram, ainda, os movimentos sociais estimulados pelo socialismo, pelo comunismo e por numerosos outros "ismos".

É nesse momento que surge a figura grandiosa de Leão XIII, a quem não tenho dúvida em chamar de "o papa da compreensão". Com a encíclica **Rerum Novarum**, de 1891, fez o que a igreja poderia ter feito ao longo dos seus quase dois mil anos. Compreendeu-se que havia uma "questão social", que não poderia continuar sendo ignorada. Grandes especialistas em doutrina social da Igreja já se têm manifestado sobre o valor do precioso documento, do qual não posso fazer senão uma ligeira apreciação histórica.

É claro que, diante do que se pensa hoje, a **Rerum Novarum** poderá parecer documento pouco expressivo, muito aquém do que se reclamaria em nosso tempo. Mas - e isto me parece importante - a encíclica de Leão XIII deve ser considerada como um ponto de partida e não como ponto de chegada. Provam-no as encíclicas que vieram depois, como que complementando-a, desde a **Quadragesimo Anno**, de Pio XI, até o "aggiornamento" de João XXIII, Paulo VI e do atual Pontífice.

Para onde irá a Igreja? a pergunta não é fácil e os próprios teólogos não estão de acordo ao respondê-la. Uma coisa, contudo, é

certa: a releitura da *Rerum Novarum*, pouco mais de cem anos depois, mostra-nos o seu sentido mais evidente, diante do qual me permito chamá-la de "encíclica da compreensão". Oxalá esta compreensão se torne cada vez mais acentuada, levando a Igreja a caminhos seguros e fiéis à sua origem e à sua divina missão. (16-5-98)

*

329. PADRES NA VIDA POLÍTICA

Escrevendo há pouco sobre as relações entre a Igreja e o Estado no Brasil, lembrei que no tempo do Império foi muito raro o sacerdote que se limitasse apenas ao sacerdócio. Quase todos dividiram seus afazeres com a imprensa e a política, caminhos pelos quais julgavam que também poderiam servir à causa da Igreja.

Padres políticos, tivemos-os sempre em nossa História, desde os tempos coloniais. Aparecem na Inconfidência Mineira, na Revolução Pernambucana de 1817, no movimento da Independência, na Constituinte, na Confederação do Equador, na Regência, nas lutas políticas do Segundo Reinado, na propaganda republicana. E, implantado o novo regime, apesar do laicismo de suas instituições, continuaram, embora com menor destaque, na sua participação. Um bispo presidiu à Constituinte imperial, outro vinculou seu nome ao pensamento político, figurando como uma das grandes cabeças pensantes do País, um outro padre foi Regente do Império. Aparecem eles nos momentos de paz e nas revoluções.

Mas o Império, pela própria natureza e estrutura do sistema vigente, foi o campo ideal para as suas funções políticas, não apenas no Parlamento, mas igualmente nas assembleias provinciais. É a participação do clero no Parlamento imperial que ressalta de maneira rica e bem documentada nos cinco volumes de **O Clero no Parlamento Brasileiro**, editado pela Casa de Rui Barbosa em convênio com a Câmara dos Deputados.

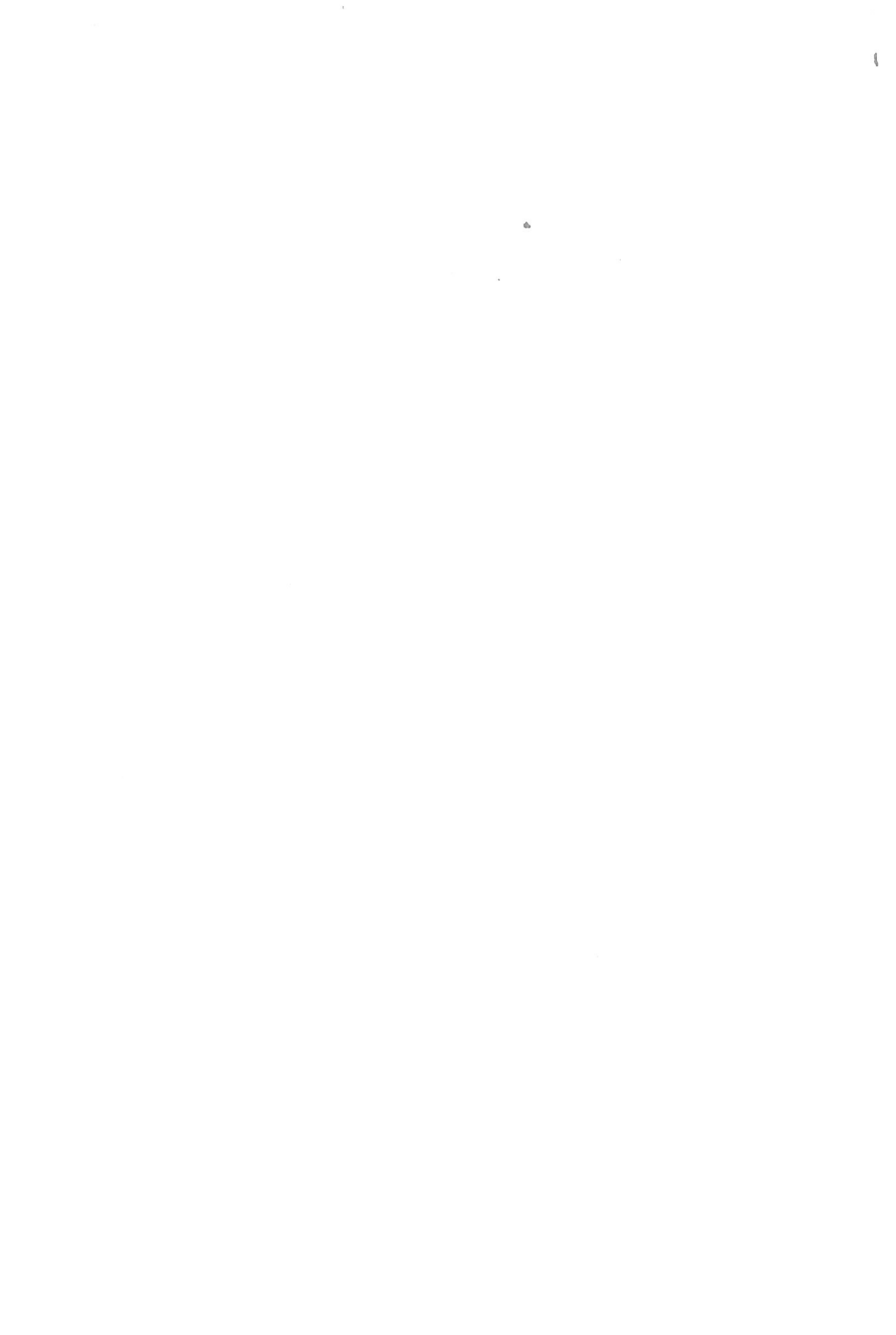
Trata-se de pesquisa do mais alto interesse histórico, realizada pelo Centro João XXIII, do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento, sob a direção do saudoso Américo Jacobina Lacombe e coordenação do padre Fernando Bastos de Ávila. A este eminente sacerdote jesuíta

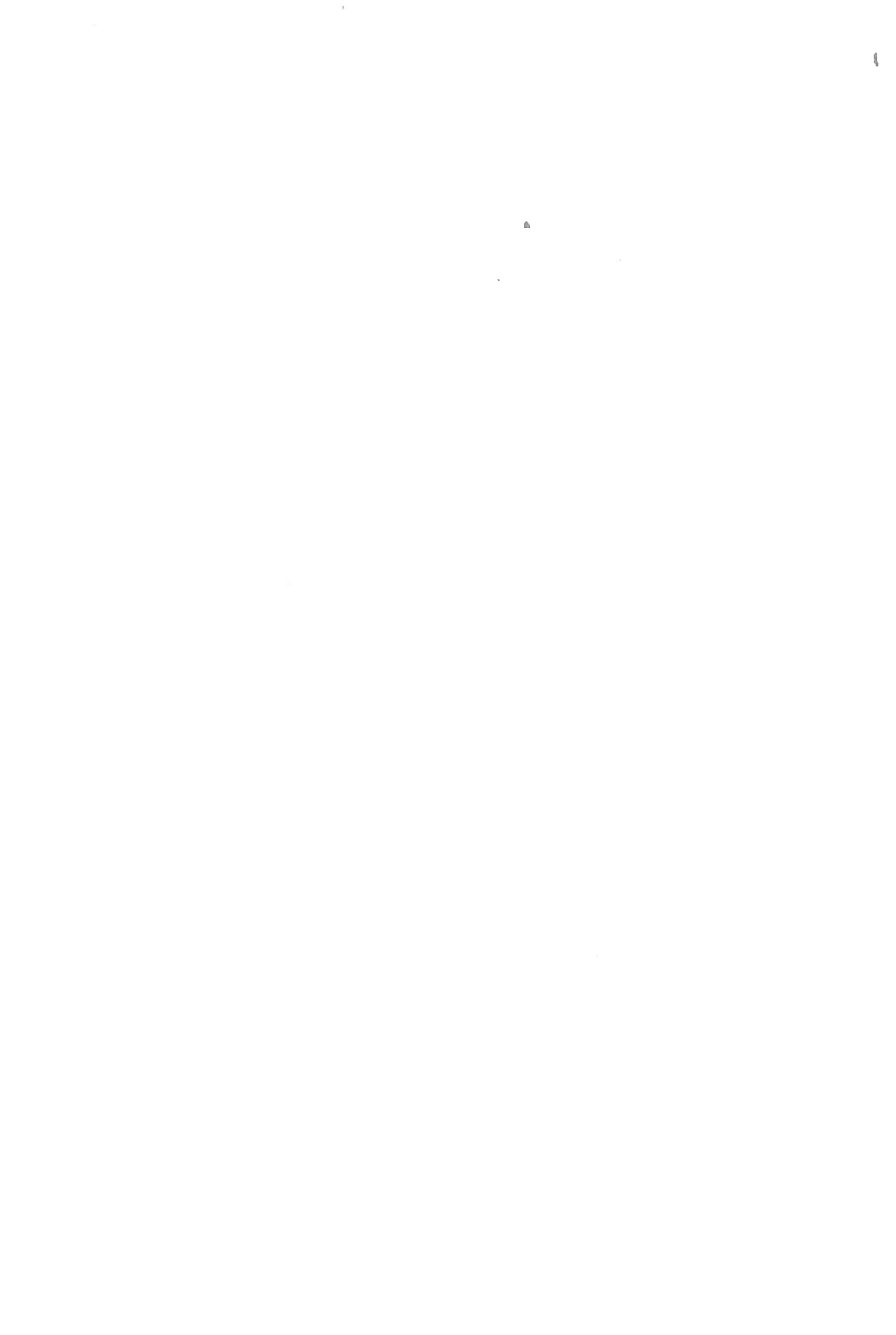
coube justificar, na introdução, os movimentos que levaram à longa pesquisa, como dupla e valiosa contribuição para a história do Parlamento e para a história da Igreja no Brasil, sobretudo no período em que o Catolicismo era religião de Estado e em que, por isso mesmo, os sacerdotes desempenhavam um papel de maior proeminência na condução dos problemas políticos e legislativos.

Excelente "síntese histórica" do também saudoso Francisco de Assis Barbosa abre a coleção, doravante instrumento imprescindível para quem pretender trabalhar na história do Império e/ou da Igreja. Além da atuação pormenorizada de cada parlamentar eclesiástico, apresenta, ainda, a coleção, a transcrição dos trechos mais importantes de seus discursos ou pronunciamentos.

Na referência que fiz, no início desta nota, sem citar o nome, a um padre que figura como um dos grandes pensadores políticos de nosso País, provavelmente os leitores perceberam tratar-se de Frei Caneca, o martir da Confederação do Equador, cuja obra, hoje bastante valorizada, pode ser considerada o ponto de partida para o estudo do pensamento político no Brasil. Da mesma forma, embora noutra linha, o bispo Azeredo Coutinho, pelos seus estudos econômicos, que justificam o cognome que se lhe dá, de "bispo economista". (6-6-98).







UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I- INSTITUTOS

1. Instituto e Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas e Química
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II- FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III- INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

